

UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL
ÁREA DO CONHECIMENTO DE HUMANIDADES
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL

ISADORA RECH ANDRIGHETTI

**ECOS DO PASSADO: UMA ANÁLISE DA PRESENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS
DO CONSERVADORISMO CLÁSSICO NO DISCURSO DE ASSISTENTES SOCIAIS
APÓS VINTE E SEIS ANOS DO CÓDIGO DE ÉTICA CRÍTICO**

CAXIAS DO SUL

2019

ISADORA RECH ANDRIGHETTI

**ECOS DO PASSADO: UMA ANÁLISE DA PRESENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS
DO CONSERVADORISMO CLÁSSICO NO DISCURSO DE ASSISTENTES SOCIAIS
APÓS VINTE E SEIS ANOS DO CÓDIGO DE ÉTICA CRÍTICO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do Título de
Bacharel em Serviço Social, do Curso de
Serviço Social, da Universidade de Caxias do
Sul.

Orientadora: Profa. Dra. Ana Maria Paim
Camardelo

CAXIAS DO SUL

2019



Universidade de Caxias do Sul
Área do Conhecimento de Humanidades
Curso de Serviço Social

ATA DE ARGUIÇÃO DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos 02 dias do mês AGOSTO de 2019, no Bloco H, do Campus da Universidade de Caxias do Sul, reuniu-se a Comissão Examinadora, indicada pelo Núcleo Estruturante do Curso de Serviço Social desta Universidade, integrada pelos seguintes membros: Ana Maria Paim Camardelo; Elizabete Bertele e Margareth Lucia Paese Capra para realizar a arguição do Trabalho de Conclusão de Curso do/a aluno/a Isadora Rech Andrighetti intitulado "ECOS DO PASSADO: UMA ANÁLISE DA PRESENTIFICAÇÃO DE ELEMENTOS DO CONSERVADORISMO CLÁSSICO NO DISCURSO DE ASSISTENTES SOCIAIS APÓS VINTE E SEIS ANOS DO CÓDIGO DE ÉTICA CRÍTICO", tendo por palavras-chave "Conservadorismo clássico. Pensamento conservador. Código de Ética. Serviço Social.", contabilizando um total 121 páginas. Este trabalho foi orientado pela Professora Ana Maria Paim Camardelo, tendo sido previamente entregue à Comissão Examinadora e avaliado de acordo com os critérios de avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso estabelecidos pelo Curso de Serviço Social, recebendo as seguintes notas:

- (a) Nota do Desempenho do aluno no processo de orientação e construção do TCC (peso de 20 pontos): 2,0
(b) Nota do Trabalho Escrito (peso de 60 pontos): 6,0
(c) Nota da Apresentação Oral e Arguição (peso de 20 pontos): 2,0

- Nota Final (a) + (b) + (c) = 10,0 transformada no código QUATRO, conforme Regimento Interno da UCS.

Comissão Examinadora:

Elizabete Bertele

Margareth Lucia Paese Capra

Aluno:

Isadora Rech Andrighetti

Orientadora:

Ana Maria Paim Camardelo

*Às Marias que constroem essa profissão.
Que têm manha,
Que têm graça,
Que têm sonho, sempre.
Que trazem na pele essa marca e
Possuem a estranha mania
De ter fé na vida*

AGRADECIMENTOS

*Quero desejar, antes do fim,
pra mim e os meus amigos,
muito amor e tudo mais;
que fiquem sempre jovens
e tenham as mãos limpas
e aprendam o delírio com coisas reais.
Belchior*

Chegando ao último trabalho da graduação, são muitos e necessários os agradecimentos a serem feitos, posto que este não é senão a conjugação de, claro, esforços pessoais, mas também de incentivos e de oportunidades.

Em primeiro lugar, minha gratidão à minha família. Aos meus pais, que me permitiram sonhar e proporcionaram as condições para que eu realizasse meu sonho. Ao final da jornada pela graduação, o Serviço Social, ainda que seja minha grande paixão, foi meu segundo curso. Portanto, aos meus pais, pelo apoio incondicional quando mudei de curso e por me ensinarem a correr atrás dos meus sonhos. Que me permitiram voar, mas que me mostraram que a melhor parte do voo é saber que tenho para onde voltar.

Ao meu pai, na figura de um homem que por mais de quatro décadas trabalha diariamente, de segunda a segunda, para conceder aos filhos a oportunidade que não teve e o acesso à educação que não teve. Ao meu pai, que com todas as divergências que permeiam nossa relação, tanto me ensinou, me corrigiu, me proporcionou.

À minha mãe, figura a quem não atribuo um defeito. Não existem palavras que expressarão o tamanho da minha gratidão por todo o cuidado, pela paciência, pela compreensão, pela compaixão, pelo exemplo de bondade, pelo exemplo de inteligência, de astúcia, de responsabilidade. À minha mãe, a quem devo meu nascimento e minha vida.

Ao meu irmão, por sempre mostrar-se solícito aos meus pedidos, às minhas exigências. Por me ensinar tanto sobre tantas coisas. Pelas dezenas de vezes diárias que me chama para me pedir soluções para as tantas e tantas dúvidas que passam na sua cabeça. A mana sente daqui a admiração. E é recíproca.

Aos meus amigos. Muitos foram e muitos chegaram ao longo dessa graduação. Agradeço imensamente e eternamente o aprendizado e a oportunidade de me construir junto a vocês. Vocês são a extensão da minha família, quem eu divido as minhas certezas e as minhas dúvidas. Às minhas amigas do colégio, que diariamente me mostram que independente dos caminhos que escolhermos trilhar, sempre estaremos juntas. Agradeço aos meus amigos da

vida: não cabe mencioná-los, mas eles sabem quem são. Pelas diversas vezes que me colocaram pra cima quando eu não acreditava ou não conseguia gostar o suficiente de mim. Agradeço em especial à minha querida amiga Priscila, a quem a vida me deu o privilégio de tê-la como irmã de coração.

Às colegas do Serviço Social da Universidade de Caxias do Sul, com quem aprendi e amadureci. Com suas histórias, com seus discursos, com suas vivências, com as discussões, com os debates, com as risadas. Em especial à minha querida colega e companheira de luta Geraldine. Esse caminho não seria metade se não tivesse, ao longo de todo o curso, uma pessoa para dividir – e multiplicar – as alegrias e as construções da graduação. Muito obrigada. Tenho certeza que construiremos muito juntas, tendo em comum a vontade de viver em uma sociedade mais justa.

Às assistentes sociais que conheci e me espelho, em especial à minha supervisora de estágio Nicole Fidler. Ao privilégio de passar um ano no Núcleo de Acolhimento Institucional, espaço que despertou minha paixão pela Assistência Social e que me mudou completamente. À oportunidade de comparecer a diversos espaços, conhecer diversas pessoas e ter no coração e na memória momentos que dão real sentido a esta profissão e ao que defendemos. Ao espaço, ao trabalho, às pessoas que, com suas histórias, me serviram de lição de vida.

Às oportunidades de aprendizado no desenrolar desse período de graduação, nos estágios, nos empregos, na participação no Diretório Acadêmico e na Executiva Nacional de Estudantes de Serviço Social, para quem devo minha gratidão por oportunizar a vivência do Serviço Social e por enriquecer minha experiência. Agradeço a troca e agradeço a oportunidade de me mostrar novos horizontes para além da universidade que venho frequentando desde 2014, seja em outro curso, seja em outra área, sejam colegas estudantes ou colegas de trabalho. Sejam profissionais, estagiários, pessoas que estive perto e pessoas que acompanhei de longe.

Às professoras que, com sabedoria e empenho, esforçam-se para que este curso permaneça de pé. À professora Marga e principalmente à minha orientadora Ana, quem guiou minha discussão e me auxiliou a desbravar o caminho que teci até aqui. Às professoras que são um norte, para onde eu olho. Porque são espelho e são referências. Se eu quero entrar para a docência um dia, é porque tive vocês como professoras.

Um agradecimento especial a quem tenho como exemplo, a quem me despertou para a permanente inquietação que carrego comigo, às diversas e permanentes dúvidas, que me

ensinou a olhar às inquietações – tanto minhas quanto suas – com admiração. Heloísa: és quem personifica o significado da docência.

Ainda, estendo meus agradecimentos a quem, não por acaso, tantas vezes chamei de “mãe”. Bete. Obrigada pela dedicação, pela supervisão, pela paciência, pela oportunidade, pelo afeto. Pelas conversas, pelas caronas, pelo consolo, pela ajuda, pela confiança. São tantas as coisas pelas quais deveria agradecer que não sei nem por onde começar.

A todas as mulheres, que na sua existência são exemplo de resistência, em uma sociedade que se construiu a partir do machismo. Do estupro ao feminicídio. Da violência física ao silenciamento de nossas lutas. Das que, bravamente, têm lutado para construir uma sociedade mais justa para si e para as que virão. Às mulheres mães e também as que não querem e não podem ser. Às mulheres que performam feminilidade e àquelas que, corajosamente, enfrentam a heteronormatividade compulsória e a obrigação de ser mulher de acordo com um ideal de gênero, do modo de ser conservador tenta impor a nós. Agradeço a todas que lutam e lutaram para que eu consiga ter forças para enfrentar e me permitir ser à minha maneira, que me guiam e que eu espero refletir profissionalmente, na ausência de idealismos preconceituosos, de impor compulsoriamente minhas crenças e minhas vontades.

Por fim, agradeço ao Serviço Social. Às quase 90% de mulheres que compõem essa profissão, a quem dedico minha monografia. Às Marias que, na voz de Elis Regina, a quem paraphraseei, têm fé na vida e por isso estão aqui como eu estive e estarei. Às mulheres que construíram essa profissão e se dispõem a construir uma sociedade mais justa, com quem eu partilho o ideal. Ao curso, que muito mais que um curso de graduação, foi quem me deu oportunidade de me reconhecer enquanto pessoa e ver um propósito na vida. A quem permitiu com que eu enxergasse o outro e a mim mesma. E que me ensinou que é preciso ter força, ter garra, sempre. Não é o término de uma etapa. É o começo do caminho.

*A viagem não acaba nunca. Só os viajantes
acabam.
E mesmo estes podem prolongar-se em memória,
em lembrança, em narrativa.
Quando o visitante sentou na areia da praia e
disse:
“Não há mais o que ver”, saiba que não era
assim.
O fim de uma viagem é apenas o começo de
outra. É preciso ver o que não foi visto, ver outra vez o
que se viu já, ver na primavera o que se viu no
verão, ver de dia o que se viu de noite, com o sol
onde primeiramente a chuva caía, ver a seara
verde, o fruto maduro, a pedra que mudou de
lugar, a sombra que aqui não estava.
É preciso voltar aos passos que foram dados,
para repetir e para traçar caminhos novos ao
lado deles.
É preciso recomeçar a viagem.
Sempre.*

José Saramago

RESUMO

A presente monografia tem como temática o Conservadorismo e Serviço Social, o qual se delimitou como problema de pesquisa: em que medida o conservadorismo se faz presente no discurso de assistentes sociais mesmo após 26 anos da aprovação do Código de Ética de 1993?, A partir disso teve-se como questões norteadoras: (i) O que é o conservadorismo clássico?; (ii) Como se deu o desenvolvimento do conservadorismo no Brasil?; (iii) Qual foi o posicionamento ético-político do Serviço Social a partir de sua gênese e institucionalização?; (iv) Quais os aspectos que foram fundamentais para o rompimento do Serviço Social com a lógica estabelecida desde sua gênese? e; (v) Em que medida o conservadorismo ainda se faz presente no discurso de assistentes sociais no Brasil, mesmo após 26 anos da aprovação do Código de Ética de 1993? Posto isso, definiu-se como objetivo geral verificar os elementos do pensamento conservador que ainda se fazem presentes no discurso dos assistentes sociais mesmo após 26 anos da aprovação do Código de Ética de 1993. Trata-se de um trabalho de conclusão de curso, cujo método para o desenvolvimento foi amparado pelo crítico dialético, usando dos seguintes instrumentos metodológicos: pesquisa bibliográfica e documental. Na pesquisa documental, foi utilizada a análise de conteúdo online em páginas específicas do Serviço Social no *Facebook* e *Instagram*. A delimitação temporal para o estudo do conservadorismo clássico se deu entre 1789 e 1914 e tem como marcos Edmund Burke, Auguste Comte e Émile Durkheim. No Brasil, a linha do tempo do Serviço Social é da gênese ao Código de Ética de 1993. Quanto às páginas de *internet*, a pesquisa limitou-se ao material disponibilizado entre os anos de 2018 e 2019. Como principais resultados destaca-se a presença recorrente de elementos do pensamento conservador clássico no cotidiano dos/das assistentes sociais, tais quais: a religiosidade compulsória, o apoio à família tradicional, a oposição ao Estado laico, a relativização das desigualdades sociais e o antiproletariado, resultando na reivindicação por parte da categoria por uma revisão no direcionamento ético-político e teórico-metodológico do Projeto Ético-Político profissional.

Palavras-chave: Conservadorismo clássico. Pensamento conservador. Código de Ética. Serviço Social.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. A confusão em relação à liberdade no Serviço Social.	90
Figura 2. Estado laico, família e Serviço Social.	91
Figura 3. Educação moral e cívica: a representação do conservadorismo moderno.	92
Figura 4. A negação da questão do aborto como uma questão de saúde pública pelo Serviço Social.	93
Figura 5. A defesa do Serviço Social religioso e conservador.	94
Figura 6. A relativização do racismo por parte de assistentes sociais.	96
Figura 7. A relativização das questões étnico-raciais , de gênero e orientação sexual	97
Figura 8. Reivindicação por um Serviço Social técnico, abstraindo a indissociabilidade das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica.	98
Figura 9. Assistentes sociais a favor da Reforma da Previdência	99
Figura 10. Assistentes sociais contra a mobilização da classe trabalhadora pela garantia de seus direitos na página oficial do CFESS no Facebook	100
Figura 11. Assistentes sociais satirizando o apoio manifestado pelo CFESS às reivindicações da classe trabalhadora por direitos.	102
Figura 12. A oposição de profissionais a um Serviço Social classista.	104
Figura 13. Assistentes sociais a favor da "faxina ideológica".	106
Figura 14. A crítica à "militância marxista"	107
Figura 15. A tentativa de vincular o Serviço Social a um partido político.	107
Figura 16. As páginas do Serviço Social organizadas contra o Projeto Ético-Político hegemônico.	109
Figura 17. O Serviço Social abertamente conservador.	110

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 O CONSERVADORISMO CLÁSSICO: UM ESBOÇO PARA APROXIMAÇÃO	19
2.1 O PENSAMENTO CONSERVADOR ROMÂNTICO E O REACIONARISMO CATÓLICO	21
2.2. MUDANÇA DE CURSO: DO CONSERVADORISMO ROMÂNTICO AO MÉTODO SOCIOLÓGICO CONSERVADOR E A RERUM NOVARUM.....	31
2.3. MARXISMO E A CRÍTICA AO PENSAMENTO CONSERVADOR	47
3. ECOS DO PASSADO: O SERVIÇO SOCIAL ENTRE A HERANÇA CONSERVADORA E O PRECONIZADO PELO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993	58
3.1 RAÍZES CONSERVADORAS, GÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO: O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ENTRE A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA E O ESTADO BURGUEÊS.....	63
3.2 ROMPIMENTO COM O CONSERVADORISMO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A DEFESA DE UM NOVO PROJETO SOCIETÁRIO.....	75
3.3. OS ELEMENTOS DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO DISCURSO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTRAMAÇÃO DO QUE DEFENDE O PROJETO ÉTICO- POLÍTICO: UM DEBATE NECESSÁRIO.....	84
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	113
REFERÊNCIAS	116

1 INTRODUÇÃO

Pauta recorrente em debates acadêmicos, para além dos *ismos* que compõem o percurso teórico-metodológico anterior ao findar do Movimento de Reconceituação, o pensamento conservador¹ e suas múltiplas faces e/ou desdobramentos, tal qual o neoconservadorismo e o neoliberalismo, tem ocupado espaço importante nas discussões realizadas pelo Serviço Social brasileiro.

Em um país como o Brasil, latino-americano e periférico, cuja história se construiu a partir das mais diversas formas de exploração, seja ela de cunho étnico-racial, de gênero, religiosa, cultural ou política, todas reforçando a exploração econômica, e que por quase quatro séculos não assumiu postura republicana e abolicionista, é evidente e suficientemente estudada – para os fins deste trabalho – a presença de mecanismos ideológicos e coercitivos responsáveis pela manutenção do *status quo*, mesmo que a história nos coloque um leque de conflitos sociais, a saber:

[...] os inúmeros quilombos, com destaque para o de Palmares, em Alagoas, no século XVII; as tentativas de revoltas de escravos, sendo talvez a principal o Levante de Escravos da Bahia, em 1835; a Inconfidência Mineira, em Minas Gerais, em 1789; a Conjuração dos Alfaiates, na Bahia, em 1798; a Revolução Pernambucana de 1817; a Confederação do Equador, em Pernambuco e outras províncias do Nordeste, em 1824; a Canabagem, no Pará, em 1835-1840; a Sabinada, na Bahia, em 1837-1838; a Guerra dos Farrapos, no Rio Grande do Sul, em 1835-1845; a Praieira, em Pernambuco, em 1849; Canudos, na Bahia, em 1893; Contestado, na região da divisa entre Santa Catarina e Paraná, em 1912-1915; o movimento liderado pelo Padre Cícero, no Ceará, por vários anos, a partir de 1913 – entre muitos outros. (BRUM, 1988, p. 122)

O que importa é que estas revoltas se configuraram como movimentos isolados, representando interesses locais ou regionais, ora devido à inexistência de perspectivas na estrutura oligárquico-latifundiária, ora com ideais de independência, ora revolucionária; e as respostas dadas pela hegemonia foram de rejeição e de manutenção da ordem social estabelecida, mas não possuíam elementos que permitem generalizações de cunho sociológico. Isto é, ainda no Brasil pré-republicano, escravocrata e distante da configuração

¹ Aqui, sinônimo de conservantismo e conservadorismo.

capitalista, urbana e industrial, a classe dominada² esboçou tentativas de reação em relação à opressão exercida pela classe dominante. No entanto, o enfrentamento às revoltas, não necessariamente, possui configuração conservadora no molde que se pretende nesta monografia, tampouco pode ser analisado uniformemente; menos ainda é possível transpor invariavelmente a concepção do conservadorismo clássico de Edmund Burke, Augusto Comte e Émile Durkheim ao contexto sócio-histórico brasileiro à época (SOUZA, 2016).

Reforça-se a presença de conflitos de classes por razões de diferentes naturezas no Brasil em um período anterior ao capitalismo a fim de que não se caia na armadilha de atribuir ao conservadorismo, nos moldes em que se encontra na postura do Serviço Social conservador, toda e qualquer ação repressiva do Estado ou da classe dominante. Assim, esquiva-se da concepção a-histórica, sem identidade, sem marcos analíticos, sem variações culturais acerca do conservadorismo: por tratar-se de uma monografia cuja temática é o pensamento conservador e sua presença no discurso de assistentes sociais após vinte e seis anos do Código de Ética crítico, há que se aproximar e minimamente estabelecer pressupostos teórico-identitários e universalizantes do conservadorismo, com vistas a evitar um uso pouco criterioso do termo, que possui tanto variantes econômicas, políticas e sócio-culturais ao longo da história europeia e brasileira, quanto incidências e características expressas na categoria profissional (NETTO, 1992; SOUZA, 2016).

Um exemplo do equívoco teórico-analítico – sobretudo no Serviço Social, área de que se trata a monografia – é o dito conservadorismo político: é conservador o indivíduo, o grupo ou o partido político contrário à luta pela universalização de direitos sociais; à efetivação dos direitos humanos; à liberdade religiosa, sexual e de gênero; favorável à privatização de serviços públicos; dentre outros. Assim, mesmo em momentos de formação acadêmica, não há nenhuma diferenciação entre as múltiplas faces do conservadorismo, tampouco distinção clara entre conservadorismo e liberalismo; ambos são tomados genericamente como sinônimos e aplicados deliberadamente no discurso cotidiano profissional.

A partir da abstração de diferenciação de tais vertentes, estas são atualizadas, novamente vazias de distinção analítica, para correntes teóricas contemporâneas de real incidência na materialidade da vida cotidiana da classe trabalhadora – o neoconservadorismo e o neoliberalismo –, que são tidos como pano de fundo (ou como elementos causais, ou como consequência de um modo de produção específico na atualidade) para os conflitos de classe,

² Utiliza-se “classe dominada” de forma genérica, compreendendo que a história da humanidade é a história da luta de classes; classes, portanto, como setores de interesses e realidades sociais opostas, muito anterior à configuração capitalista.

sem que haja clareza dos elementos constitutivos de sua forma clássica para que, aí sim, haja a responsabilização e diferenciação do clássico para o *neo*, não sendo este apenas um afixo ou uma variação linguística em si mesmo, mas um desdobramento teórico com consequências materiais no cotidiano da categoria e da classe trabalhadora.

É, portanto, legítima a preocupação com as diferentes tradições de pensamento fundadas pela modernidade, quais sejam: comunismo, socialismo, liberalismo e, finalmente, conservadorismo, para que se evite a empregabilidade de diferentes conceitos esvaziados de sentido prático. Traz-se esta sintética análise para que, reconhecido o impacto intelectual de um equívoco teórico assumido por uma categoria eminentemente interventiva, mas que dotada de dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa³, há que reconhecer-se que este impacto pode ser ainda maior para as massas (NETTO, L.⁴, 2011). Não é regra que toda agenda neoliberal seja conservadora; da mesma forma, nem todo o compromisso do pensamento neoconservador seja com o ultraliberalismo econômico; menos ainda, a garantia de direito por vias *residuais* é revolucionária. Isso porque cada uma das vertentes modernas reatualiza-se e ora aproxima-se de outras, mas não significa que sejam sinônimas em sua gênese.

Este texto trará elementos de caracterização do pensamento conservador e seus reflexos na materialidade da vida e do exercício profissional em Serviço Social. Mas, afinal, de que conservadorismo se fala? O quanto, de fato, conhece-se do objeto de crítica quando colocamo-nos em posição oposta a ele? O quanto o Serviço Social foi influenciado pelo pensamento conservador na sua gênese e institucionalização? Pode-se concluir que a partir de 1986, Código de Ética de ruptura com o conservadorismo, este não mais se presentifica no cotidiano de assistentes sociais?

A escolha pela temática abordada na monografia se dá pela necessidade de defesa e consolidação da direção social inscrita no Código de Ética do/da assistente social de 1993, vista a observação e inquietação por parte de quem a redige quando visualiza comentários de cunho conservador nas páginas do Serviço Social nas redes sociais, mas não se limita à

³ “Destacamos aspectos centrais às dimensões da competência profissional, quais sejam: a teórica-metodológica, que significa capacidade analítica e investigativa da realidade, capaz de captar as múltiplas expressões da questão social a partir da totalidade, a partir do domínio de teorias explicativas da realidade e da profissão; a ético-política, ancorada na crítica à sociabilidade burguesa, tendo em vista a materialização de valores emancipatórios, da garantia de direitos e da qualidade dos serviços prestados a população; a técnico-operativa, que consiste na articulação do instrumental a partir da clareza de finalidade, pressupondo atitude investigativa, propositiva para o desenvolvimento de processos reflexivos em conjunto com a população usuária.” (CLOSS; SCHERER. 2017, p. 46)

⁴ Por haver dois autores com o mesmo sobrenome ao longo da elaboração do trabalho, optou-se por referenciar Leila Escorsim Netto desta maneira.

inquietação pessoal: existe a demanda por concentrar-se no pensamento conservador – e na sua crítica – reconhecendo-o como mais que a análise simplista que a ele atribui as matrizes teórico-metodológicas onde o Serviço Social esteve amparado, seja o neotomismo, positivismo, funcionalismo ou fenomenologia, teorias que também são desmedidamente repetidas sem que haja suficiente compreensão sobre estas em nível de graduação; também, para que compreenda-o em sua totalidade e historicidade, haja vista que, mesmo com demarcação geopolítica originária, este tem perpassado os tempos de progresso e crise; os contextos derivados, seja em países centrais ou periféricos, do amplo e generalizado processo de capitalização de mundialização do capital.

Para dar conta do problema, que busca expor em que medida o conservadorismo se faz presente no discurso de assistentes sociais mesmo após 26 anos da aprovação do Código de Ética de 1993, foram realizadas as pesquisas bibliográfica e documental, de natureza qualitativa, com o objetivo de responder as seguintes questões norteadoras: o que é o conservadorismo; qual foi o posicionamento ético-político do Serviço Social a partir de sua gênese e institucionalização; quais os aspectos que foram fundamentais para o rompimento do Serviço Social com a lógica estabelecida desde sua gênese; e, finalmente, em que medidas o conservadorismo ainda se faz presente no discurso de assistentes sociais no Brasil, mesmo após 26 anos da aprovação do Código de Ética de 1993.

Há, no entanto, a necessidade de ser honesta com quem lerá o presente Trabalho de Conclusão de Curso: este não tem como objetivo abordar de forma detalhada o conservadorismo e suas relações com a contemporaneidade em nível nacional e internacional, tampouco esgotar a temática. A ideia, portanto, é traçar as ideias centrais, breve e introdutoriamente do pensamento conservador clássico e, em um segundo momento, realiza recorte específico da realidade brasileira, sem o intuito transpor invariavelmente o conservadorismo europeu ao cenário brasileiro e aos reflexos deste na atualidade e na categoria profissional, a exemplo da apologia ao livre mercado, à redução do papel do Estado, à mercantilização de serviços públicos, a precarização do trabalho, agudização das desigualdades, do fundamentalismo religioso e da intolerância, que acirra a discriminação a opressão de maneiras violentas (BOSCHETTI, 2015).

Ainda, se tratando do Serviço Social, faz-se o esforço para que, amparando-se em Ozanira⁵ (2011), reconheça-se, com as limitações que um trabalho de graduação carrega consigo, que talvez o termo *ruptura* não seja o mais adequado quando contextualizamos o

⁵ Por ter mais de um autor cuja referência é Silva, optou-se por, quando da oportunidade de referenciar Maria Ozanira da Silva e Silva, utilizar “Ozanira”.

Serviço Social não-conservador na atualidade, podendo, inclusive, coexistir a disputa por diferentes projetos societários em uma única categoria, mesmo que o Projeto Ético-Político represente a “construção coletiva por [...] membros que dão efetividade à profissão. É através da sua organização [...] que um corpo profissional elabora o seu projeto. Se considerarmos o Serviço Social no Brasil, tal organização compreende o sistema CFESS/CRESS, a ABEPSS e a ENESSO [...]” (NETTO, 1999, p. 4).

A análise de conteúdo bibliográfico e documental – com ênfase nos comentários e publicações ligadas ao Serviço Social brasileiro na internet – foi o procedimento metodológico utilizado para o desenvolvimento do estudo; o conteúdo disposto nas redes sociais, no entanto, possui um imenso desafio quando observado: há a necessidade de contextualização e atenção a “como o sujeito do discurso se apropriou do contexto, deparando-se, aí, com a questão da subjetividade dos sujeitos autores dos discursos” (OZANIRA, 2011, p. 35) e da própria pessoa que se propôs à análise na monografia em sua subjetividade. Há, portanto, um esforço por parte da autora em estar em constantes sistematizações sócio-históricas de elementos muito anteriores ao que se encontrou nos discursos e, em hipótese nenhuma a intenção da pesquisa foi culpabilizar ou expor os autores dos discursos ou, ainda, descolar estes sujeitos das condicionantes e determinantes sócio-históricas de sua sociabilidade e subjetividade, quando estes analisam o contexto e voluntariamente externalizam sua opinião em redes sociais; a exibição tem o intuito tão somente de tornar palpáveis as indagações de quem redige a monografia, sempre sujeita a revisão, análise, problematização e crítica.

Por fim, assim como a análise de discurso, toda a monografia está alicerçada sobre o método dialético crítico, não se colocando alheio ou neutro quando se depara com os contrassensos intrínsecos ao pensamento conservador (romântico ou moderno) e suas refrações nos diferentes espaços de observação percorridos ao longo da construção do Trabalho de Conclusão de Curso, próprias do Serviço Social. Inscreve na realidade objetiva as contradições e permite a compreensão do movimento entre a teoria e a prática na atividade humana, contando com apreensão prévia das categorias do método – contradição, totalidade, historicidade e mediação –, e, por se tratar de uma pesquisa na área do Serviço Social, tem como fundamento a teoria social crítica, que compreende os processos históricos pelos quais a realidade objetiva passa e, calcada na materialidade dialética, reafirma seu ético-político e teórico-metodológico.

Dessa forma o Trabalho de Conclusão de Curso está organizado em dois capítulos. No primeiro intitulado *O Conservadorismo clássico: um esboço para aproximação* trata de

uma reconstrução histórica acerca da temática do pensamento conservador, seus elementos fundantes, sua variação a partir da consolidação da irreversibilidade do modo de produção capitalista e um contraponto aos conservadorismos romântico e moderno pela teoria social de Marx, considerando principalmente a categoria trabalho para a reprodução das relações sociais e como mediação necessária para a possibilidade de uma outra configuração societária, para além do constituído pelo modo de produção capitalista e defendido pelo conservadorismo moderno, o qual se consolidava no mesmo tempo histórico em que Marx – e Engels – discutiam uma teoria revolucionária que considerava, mais que o julgamento moral da classe trabalhadora, a questão econômica como determinante para o aparecimento das refrações da questão social.

No segundo capítulo, intitulado *Ecos do passado: o Serviço Social entre a herança conservadora e o preconizado pelo Código de Ética de 1993*, ocorre a discussão acerca do conservadorismo no Brasil, elucidando a ausência de passagem do Brasil arcaico para o industrial de forma revolucionária, ou seja, sem o rompimento com antigas instituições e sujeitos detentores do poder, ponto principal para compreensão da impossibilidade de a discussão do Capítulo anterior ser tomada abstratamente e adaptada ao contexto brasileiro. Da construção do Brasil urbano-industrial, coloca-se o surgimento do Serviço Social, bem como sua institucionalização entre o conservadorismo católico e o conservadorismo das instituições tradicionais, a exemplo do Estado. Ainda, há a reconstrução histórica do Serviço Social em tempos de ditadura militar e o rompimento da base profissional com o conservadorismo, que se oficializou ao final da década de 1970 e foi legitimado a partir de instrumentos com validade jurídico-legal apenas com o Código de Ética de 1986. Para subsidiar o debate, que vai desde a configuração do Brasil República, com sua herança colonial, até a consolidação do Projeto Ético-Político do Serviço Social, o capítulo terá como fio condutor os Códigos de Ética conservadores de 1947, 1965 e 1975, além dos Códigos de Ética de ruptura de 1986 e 1993. O último item deste capítulo apresentará a presença de elementos do pensamento conservador no cotidiano de assistentes sociais, ilustrados a partir de captura de tela de comentários conservadores em páginas oficiais da categoria profissional – CFESS – e de páginas organizadas por assistentes sociais que reivindicam a revisão do Projeto Ético-Político do Serviço Social.

As considerações finais apresentam não a culpabilização dos/das assistentes sociais, mas a necessária discussão acerca do conservadorismo para além de uma herança dos primórdios da profissão, mas como presente nas relações sociais primárias dos/das profissionais, não sendo possível, portanto, descolar os/as assistentes sociais dos elementos

conservadores que se presentificam no cotidiano, tampouco concluir ingenuamente que o Projeto Ético-Político instrumentalizado por um Código de Ética profissional molde a formação ético-moral dos sujeitos. Por último, conclui-se que todo o percurso percorrido para a realização do trabalho de conclusão de curso representa não outra consideração senão “achados”. Achados cuja demonstração se dará no decorrer da monografia, mas com a consciência do tempo limitado, da ausência de sistematizações e de aprofundamento teórico por se tratar de uma monografia de graduação, mas que são de grande relevância para que os conceitos estudados sejam menos abstratos, permitindo que se preencha com historicidade e com conteúdo político, ético e moral.

2 O CONSERVADORISMO CLÁSSICO: UM ESBOÇO PARA APROXIMAÇÃO

O objetivo central deste capítulo é possibilitar, sintética e generalizadamente, a apreensão de elementos do que será chamado de “conservadorismo clássico”, com recorte específico, para que se possa identificar o tema em sua totalidade: onde ele deita raízes, as especificidades sócio-históricas, o papel que assumiu desde que tomou espaço, primeiro como força antiburguesa e, finalmente, como legitimador científico-ideológico do modo de produção capitalista, sendo o advento do reconhecimento da sociologia como ciência um dos pilares de sustentação da hegemonia burguesa.

Talvez o maior desafio posto a quem se propõe a pesquisar a temática do pensamento conservador seja delimitar e caracterizar este que é aparentemente abstrato, cuja abordagem se dá de diferentes maneiras, sob os mais diversos aspectos, que contam com conclusões divergentes quanto ao que é, de fato, o conservadorismo. Trigueiro (2015) coloca que

[...] devemos adotar a necessária cautela acerca de, por exemplo, palavras que mantêm a mesma forma, mas variam de significado ao longo do tempo. Também é possível falarmos em expressões homônimas perfeitas que inspiram ainda mais cuidado, de tal sorte que, ao nos referirmos a conservadorismo, segundo uma acepção europeia continental, estaremos evocando algo bem distinto do que é o conservadorismo norte-americano. É importante que atentemos às especificidades culturais, sociais e políticas da expressão que está sendo analisada no presente momento. (TRIGUEIRO, 2015, p. 99)

Portanto, estudar o conservadorismo é adentrar um universo semanticamente conhecido, mas que possui um vasto leque interpretativo, visto que é objeto de estudo de diferentes áreas. Nesse sentido, a abordagem presente neste capítulo pressupõe escolhas: da linguística aos conceitos; da delimitação histórica à caracterização sociológica. Não há acordo, entre as bibliografias, em relação à forma de abordar este que, neste momento, optou-se por compreender como um fenômeno, posto que fenômeno, segundo Michaelis (2019), é um fato ou evento que pode ser objeto da ciência, que pode ser descrito e explicado do ponto de vista científico; é chamado fenômeno para fins de generalização, mas não por motivação puramente positivista ou empírica; fenômeno porque a análise se dará amparada em um método dialético-crítico; fenômeno porque, de fato, não há unanimidade, mesmo entre os marxistas, quanto ao que é de fato o conservadorismo (ou conservadorismos); não é consenso se este é um projeto societário, se é uma ideologia aglutinadora de interesses burgueses (NETTO, 1992), se é a ideologia da crise (SOUZA, 2016), se faz parte do próprio “ser do

homem” (VINCENT, 1995), se é uma doutrina teórica ou arma política, ou, ainda, uma matriz teórica com distinções internas (VINCENT, 1995).

A escolha é por utilizar o conservadorismo como sinônimo de conservantismo e de pensamento conservador, abstraindo-se as especificidades terminológicas amplamente discutidas por sociólogos, visando minimamente estabelecer uma identidade teórica e política universalizante, propiciando uma síntese de suas características centrais. Muito embora não haja o intuito de fazer uso pouco criterioso do tema, os itens que seguem não objetivam esgotá-lo, mas materializar-se como um esboço para aproximação, como o título do capítulo sugere e, para tanto, não houve a necessidade de aprofundar-se acerca das diversas hipóteses e mapas conceituais do que recorrentemente é chamado de *modo de ser* conservador.

Por isto, neste momento, haverá a abordagem diacrônica e sincrônica⁶ do chamado de “conservadorismo clássico” (NETTO, L): em termos de uma abordagem histórica, o ponto de partida é a crítica imediata à Revolução Francesa, realizada em 1790, e o ponto final é a abordagem funcionalista de Durkheim, já no século XX; o contraponto ao pensamento conservador, ocorrida no mesmo tempo histórico em que este adquiria cientificidade pelo surgimento da sociologia, ou da “filosofia positiva”, é feito pela teoria social crítica de Marx, brevemente exposta. Portanto, a linha do tempo apresentada na monografia acerca do conservadorismo é entre os anos de 1789 a 1914 no cenário Europeu; o que precede este quadro histórico são os elementos determinantes para o surgimento do que por ora é objeto de análise.

Os parâmetros posteriormente elucidados visaram estabelecer elementos que deem conta de preencher com historicidade o que o próprio Serviço Social discute sobre o conservadorismo nos seus Fundamentos Históricos e Teórico-Metodológicos (e, ainda, nas análises de conjuntura), resguardando, claro, as particularidades sociais, culturais, geográficas, históricas, econômicas e políticas de cada cenário, a fim de construir um paralelo histórico-conceitual entre as etapas do pensamento sociológico europeu – que terá como dois expoentes Burke e sua reação antiburguesa e o método sociológico conservador, já em uma sociedade capitalista consolidada e madura – e o próprio Serviço Social. A forte presença da ora reacionária, ora progressista Igreja Católica contribui para o esboço – e para visualizar e correlacionar o exposto com as diferentes maneiras com que o Serviço Social confessional

⁶ De acordo com a abordagem de Leila Escorsim Netto (2011), “a perspectiva histórica do Serviço Social não se restringe à análise de sua origem e da sua evolução, mas envolve a abordagem da profissão como totalidade (seus valores, suas práticas, os conhecimentos que as embasam, as instituições a que se vincula etc.). Assim, o trato histórico [...] inclui tanto a sua análise sincrônica (segundo os epistemólogos estruturalistas, o “eixo das simultaneidades”), quanto a diacrônica (o “eixo das sucessividades”). (NETTO, 2011, p. 28).

contribuiu para o enfrentamento da dita “questão social”, decorrente do processo de industrialização e urbanização brasileiro.

2.1 O PENSAMENTO CONSERVADOR ROMÂNTICO E O REACIONARISMO CATÓLICO

A história do conservadorismo coincide com o nascimento e a evolução do modo de produção capitalista⁷ e este não se limita a ser apenas uma ideia social ou uma ideologia política:

[...] o pensamento conservador é uma expressão cultural (obviamente complexa e diferenciada [...]) particular de um tempo e um espaço sócio-histórico muito precisos: *o tempo e o espaço da configuração da sociedade burguesa* – configuração que deve ser tomada como uma “rica totalidade de determinações e relações diversas” (Marx, 1982, p. 14) e em que operam movimentos e tensões em todas as esferas e instâncias sociais. (NETTO, L., 2011, p. 40-41, grifos nossos).

Deve-se retroceder pelo menos ao século XVI para entender como se organizavam as instituições que dominavam a sociedade em um momento pré-revolucionário, e que fatores alteraram a ordem estabelecida, ou, pelo menos, “como a crise das instituições acarreta a criação de um saber social ainda pouco especializado, porém já crítico quanto à ordem estabelecida e de suas justificativas intelectuais” (LAPASSADE; LOVRAU, 1972, p. 19, apud HEREDIA, 2008, p. 2). Imperioso lembrar que o modo de produção capitalista adquiriu maturidade com o dismantelamento da sociedade feudal, que se manteve por aproximadamente dez séculos e se caracterizou pela forte presença do Cristianismo, da aristocracia, das relações recíprocas entre os senhores feudais e os vassallos. Foi “o regime feudal que marcou a civilização da época medieval, e a Igreja Católica, a sua alma.” (HEREDIA, 2008, p. 2).

Assim, dois momentos foram essenciais para o enfraquecimento e queda do feudalismo e, conseqüentemente, pela quebra de paradigmas: a Revolução Francesa e a Revolução Industrial. A primeira, colocando em xeque a hegemonia da Igreja, que se punha, em nome de Deus, no centro do mundo, daí o teocentrismo; a segunda, estabelecendo um novo modo de produção, de acumulação e da organização da vida social. Se o feudalismo era

⁷ Segundo Mannheim (1986), o tradicionalismo é uma “tendência a se apegar a padrões vegetativos, a velhas formas de vida”. No entanto, para o autor, “o tradicionalismo se constitui como um comportamento reativo, uma atitude psicológica, uma característica individual – que pode ser generalizada. Difere do conservadorismo, que é consciente, reflexivo, político e, portanto, uma estrutura mental objetiva, que “instaura e constitui uma visão de mundo” (p. 103).

a condensação de interesses aristocráticos e católicos, que tinha como critério da estratificação social a terra, as Revoluções trouxeram consigo o questionamento da ordem vigente. Mesmo que os fatores impulsionadores para que fossem realizadas mudanças na materialidade da vida econômico-social fossem anteriores à falência do feudalismo, ou seja, mesmo que ocorridas as revoluções e que haja o reconhecimento destas como responsáveis por tal queda, a preparação para tais acontecimentos se deu gradativamente e a partir de uma sequência – muito mais sutil que revolucionária, no entanto – de acontecimentos que possibilitaram o questionamento tanto da vigência político-ideológica (fomentando, inclusive, discussões que, hoje, categorizariam matérias de biologia, economia, psicologia e história) como quanto às questões referentes às formas de trabalho e à acumulação de riqueza (vide as guerras religiosas, as grandes navegações e o colonialismo), que possibilitaram a mercantilização de produtos manufaturados e o surgimento e crescimento exponencial do comércio (HEREDIA, 2008).

Na sociedade feudal, a sociedade era constituída por homens livres, servos e escravos. Entre os livres se encontravam nobres, clérigos, soldados, profissionais, mercadores, artesãos e alguns camponeses. O rei era o mais importante dos suseranos. Os servos estavam presos às obrigações definidas pelo sistema e, em troca de seus serviços, o senhor feudal dava-lhes terras de arrendamento vitalício. Além do direito de propriedade para a concessão aos servos em troca de impostos, os senhores possuíam o direito de governar suas células descentralizadas, ou seja, o feudo. Foi neste período que foram fundadas as cidades independentes, que enriqueceram, libertaram-se e emanciparam-se da tutela feudal (LESSA; TONET. 2011).

Do comércio local [a emergente burguesia] passou [a dominar] o comércio por toda a Europa. Em seguida, descobriu a África, o caminho marítimo para as Índias, as Américas e articulou um mercado mundial. Alguns séculos depois, com base nisso e no constante desenvolvimento das forças produtivas que ele possibilitou, a classe burguesa realizou a Revolução Industrial (1776-1830). Após a Revolução Industrial, a sociedade burguesa atingiu sua maturidade e amadureceram também as suas classes fundamentais: a burguesia e o proletariado. (LESSA; TONET. 2011, p. 63)

Mas o processo revolucionário ocorreu gradualmente. Já no século XIII, as estruturas feudais independentes passam a ser substituídas pelas monarquias absolutistas (BURNS, 1975, p. 521, apud. HEREDIA, 2008, p. 3). Assim, a prática comercial consolidada estimulou o mercantilismo e o expansionismo, a produção e acumulação de riqueza e, conseqüentemente, o incipiente modo capitalista de produção. As instituições que configuraram o Estado estavam baseadas na realeza, e governavam por direito divino, mas

pode-se identificar aqui a embrionária ideia do Estado Nacional. Neste período, cresce o poder da classe burguesa, que tenta negociar o prestígio político em troca do econômico.

As mudanças revolucionárias trazidas com o Renascimento e as alterações ocorridas na natureza da ciência medieval fizeram com que o teocentrismo fosse substituído pelo antropocentrismo. Os grandes descobrimentos marítimos, as grandes invenções, o colonialismo, o apogeu do mercantilismo, a força do racionalismo e do empirismo transformaram o mundo moderno [...] (HEREDIA, 2008, p. 4).

Dessa forma, abriram-se as portas para uma revolução intelectual que faria duras críticas às instituições baseadas em tradições aristocráticas e em princípios de autoridade divina (MARTINS, 1984), inaugurando o cenário filosófico para uma revolução ideológica e antropocentrista. Um dos importantes pensadores – que não se encaixa em uma categoria específica⁸, sendo tratado ora entre os homens de letras, ora entre os teóricos da política, às vezes como historiador do direito, por vezes economista, outras vezes entre os ideólogos que, no século XVIII, discutiram os fundamentos das instituições francesas e prepararam a crise revolucionária – é Montesquieu⁹, que traz contribuições para o entendimento da sociedade àquela época e sinaliza, em um período pré-revolução, a presença do racionalismo como fruto do acúmulo secular elucidado até aqui.

Em *Considerações sobre as causas da grandeza dos romanos e de sua decadência* (1734), Montesquieu escreve:

Não é o acaso que domina o mundo. [...] Há causas gerais, morais ou físicas, que agem em cada monarquia, levantando-a, mantendo-a ou destruindo-a. Todos os acidentes estão sujeitos a estas causas, e se o acaso de uma batalha, isto é, uma causa particular, arruinou um Estado, havia uma causa geral que fazia com que esse Estado devesse padecer em uma única batalha. Numa palavra, a tendência principal traz consigo todos os acidentes particulares. (MONTESQUIEU, 1734, Cap. 18; O.C., t. II, p. 173 apud. ARON, 1967, p. 18).

E, em *O espírito das leis* (1748):

Examinei em primeiro lugar os homens, e vi que, nessa infinita diversidade de leis e de costumes, eles não eram conduzidos exclusivamente por suas fantasias. [...]. Coloquei os princípios, e vi os casos particulares se enquadrarem como que por si

⁸ De acordo com Raymond Aron n'As etapas do pensamento sociológico (1967, p. 17).

⁹ Aqui, traz-se Montesquieu porque ele é quem, de acordo com Aron, “tem o objetivo de tornar a história inteligível. [...] a finalidade da pesquisa deveria ser a substituição da diversidade incoerente por uma ordem conceitual. Exatamente como Max Weber, Montesquieu deseja passar do dado incoerente a uma ordem inteligível. Ora, esse processo é próprio do sociólogo.” (ARON, 1967, p. 18). Por se tratar de uma monografia com maiores identificações com a sociologia do que com a filosofia, optou-se por utilizar estes autores, mas reconhece-se a notoriedade da filosofia política de Rousseau, Locke e Hobbes, e a influência destes para a materialização da Revolução Francesa em 1789.

mesmos; vi as histórias de todas as nações sendo apenas consequências deles; e vi cada lei particular associada com uma outra lei, ou dependendo de outra mais geral. [...] [Quanto às formas de governo] suponho três definições, ou antes, três fatos: um é o de que o governo republicano é aquele em que o povo, coletivamente, ou só uma parte do povo, tem o poder soberano; no monárquico, só um governa, mas por meio de leis fixas e estabelecidas [leia-se: tradições]; no despotismo, porém, uma só pessoa, sem lei e sem regras, tudo arrasta com sua vontade e seus caprichos.” (MONTESQUIEU, 1748, livro II, cap. 1; O. C., t. II, p. 239 apud ARON 1967, p. 22).

O prestígio da obra de Montesquieu, segundo Aron (1967), revela critérios para compreensão da estrutura política da sociedade, quanto à sua natureza e modo de governo, além de ser um dos que fomentaram a inquietação quanto ao destino das nações não necessariamente representarem acaso divino. Como já visto, para ele, existem três formatos para compreender *quem* detém o poder; quanto a *como*, a república depende da virtude, a monarquia, da honra, e o despotismo, do medo. Considerar a virtude da república representa a virtude política de respeito às leis e submissão do indivíduo à coletividade, buscando o bem comum. A própria diferenciação quanto aos detentores do poder e o modo de se fazer um governo representa distinção das organizações e estruturas sociais, possibilitando o questionamento ao que antes era absoluto, estabelecendo um paralelo de *quem* exerce o poder e *como* este é exercido. Na França, em 1789, a Revolução alterou tanto os *sujeitos* quanto o *modo*, por isso a importância da contribuição de Montesquieu para a compreensão dos fins do capítulo.

Se tratando da estrutura econômica da sociedade, é importante remeter-se à Inglaterra, no período emblemático da segunda metade do século XVIII e primeira metade do século XIX, quando data a Revolução Industrial, que alterou as relações sociais e os processos de produção de riqueza, reorganizando a sociedade cuja centralidade passa a ser urbano-industrial – e o próprio poder do Estado.

Embora geralmente se fale em capitalismo mercantil [...], o capitalismo propriamente dito, enquanto política e prática econômica, somente surgiu e se consolidou no mundo com a Revolução Industrial. [...] A trajetória do capitalismo confunde-se com a do liberalismo, do qual é sua expressão econômica. [...] *Capitalismo é o sistema econômico baseado na supremacia do capital sobre o trabalho.* [...]. Fundamentado na doutrina do liberalismo, inaugurou e implantou a total liberdade da iniciativa privada no processo produtivo, cabendo ao Estado apenas a tarefa de manter a ordem interna e segurança externa para garantir a livre ação dos capitalistas. Incluem-se, ainda, suas principais características: *a propriedade privada dos meios de produção, a transformação da força de trabalho em mercadoria* (trabalho assalariado), a produção generalizada de mercadorias e a concorrência entre os capitalistas. [...] (BRUM, 1998, p. 30-31, grifos nossos)

Assumindo o liberalismo como a condensação de duas dimensões básicas, a política – Revolução Francesa – e a econômica – Revolução Industrial –, compreende-se que o período em tela é marcado pela busca, por parte da classe subalterna da época – a burguesia –, por afirmar a liberdade do indivíduo, do capital e do comércio frente aos empecilhos do Estado Absoluto (monarquia absoluta de direito divino) e eliminar Deus como fonte originária do poder, substituindo-o pelos indivíduos (BRUM, 1998). É a partir dos ideais do liberalismo que se difunde a ideia de que os governantes deveriam ser escolhidos pelos indivíduos e não por herdeiros. No entanto, só gozariam de cidadania os indivíduos que possuíssem propriedade. Na prática, apenas a burguesia, que detinha poder econômico e ganhava protagonismo político-ideológico, era capaz de dirigir a sociedade e, pela primeira vez na história da humanidade, o poder passa a centralizar-se numa classe que não nasceu dominante. Daí o Estado burguês.

[...] a Revolução Industrial, ao contrário do que pode sugerir a denominação, implicou muito mais que um conjunto de mutações técnicas na forma de produzir bens materiais – e a denominação pode ser equívoca se remeter somente a este ponto. De fato, seu processo é o processo pelo qual a burguesia opera a conquista da sua hegemonia econômica e social ainda nos quadros da sociedade feudal – hegemonia econômica: desenvolve-se no seu interior o capitalismo, com o capital subordinando o conjunto das novas e dinâmicas relações econômicas; hegemonia social: a *sua* cultura, a *cultura da Modernidade*, desloca as visões sociais de mundo até então inoperantes. (NETTO, L. 2011, p. 42).

Posto o cenário revolucionário-burguês, é evidente que os defensores da aristocracia não assistiram calados a este processo. Dentre os representantes aristocráticos, recebeu grande notoriedade o teórico irlandês Edmund Burke, atuante no sistema político inglês, que fundou a tradição de onde “provém boa parte das ideias que conferem conteúdo às várias expressões do conservadorismo no cotidiano” (SOUZA, 2016, p. 361), além da Igreja Católica, quem assistiu, pela influência da racionalidade trazida pelo Iluminismo, a perda de sua hegemonia moral-ideológica.

Imediatamente após a Revolução Francesa (1789), Burke publicou a obra que abriria portas para a tradição conservadora: *Reflexões sobre a Revolução na França* (1790). O texto foi o primeiro manifesto em defesa dos interesses aristocráticos, com duras críticas aos revolucionários e outros elementos trazidos pelo Iluminismo, que serão expostos a seguir. O conteúdo principal das *Reflexões...* foi a oposição que Burke fez à Revolução Burguesa na França, que teve como seu parte de seu lema a igualdade:

[...] aqueles que tentam nivelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer seja posto no chão. (BURKE, 2014, apud. SOUZA, 2016, p. 364)

Representante do Antigo Regime, Burke toma como ideal a Revolução – ou Reforma – da Inglaterra, cujo detalhamento não cabe nos propósitos do trabalho. Importa registrar que Burke tomava como exemplo de reforma política o caso inglês de 1688¹⁰, porque a transição de regime ocorreu “sem sangue, via conciliação de interesses” (NETTO, L., 2011, p. 38), conservando o regime monárquico e sem a presença das massas; em relação à França, Burke acusa os revolucionários de inconstantes, particularistas, fúteis, agitadores e violentos com as heranças da tradição. Em termos de análise, discurso este semelhante aos dos atuais “conservadores ortodoxos”.

Outras revoluções foram conduzidas por pessoas que, ensaiando ou realizando mudanças no Estado, consagravam sua ambição em acrescentar dignidade ao povo cuja paz perturbavam. Enxergavam à distância. Pretendiam governar, não destruir o país. (BURKE, 2014, p. 68, apud SOUZA, 2016, p. 366)

Percebe-se que Burke não se opõe a mudanças na sociedade, mas sim às revoluções republicanas/democráticas; ainda, age ideologicamente, colocando trato pejorativo nas novas concepções que o Iluminismo trouxe: direitos do homem, igualdade, antropocentrismo, a ciência e o rompimento – ao menos parcial – com boa parte da herança cultural das tradições europeias, dentre elas a monarquia e o teocentrismo. Por não acreditar na legitimidade da Revolução Francesa, Burke considera seus ideais como unicamente abstratos, e que o caráter científico trazido pelo Iluminismo deveria ter “ficado satisfeita em continuar como instrutora e não aspirasse a ser senhora [...] pois agora [...] a ciência será atirada ao lodo e pisoteada pelos cascos de uma suína multidão” (BURKE, 2014, p. 98 apud SOUZA, 2016, p. 368).

O conservantista defende que o Estado e a sociedade ocupem lugares naturais com classes distintas, hierarquicamente divididas e por Deus abençoadas. O olhar teológico

¹⁰ “A diferença entre a “Revolução Gloriosa” (1688) na Inglaterra e a Revolução Francesa (1789) é significativa. A primeira, modelo “revolucionário” ideal de Burke, caracterizou-se por uma transição “sem sangue”, via conciliação de interesses. O novo regime monárquico, parlamentar e constitucional, depôs Jaime II e entronizou o holandês Guilherme III, que aderiu ao novo pacto de poder, regido pela Declaração de Direitos, no qual uma parcela em ascensão da burguesia adquiriu reconhecimento e prestígio naquele país. Isso garantiu a continuidade, ao menos formalmente, à institucionalidade política já estabelecida. Foi uma “revolução sem revolução”, uma mudança conduzida “pelo alto”, sem a presença das classes dominadas. A revolução na França, em contraste, haveria realizado uma ruptura abrupta, desnecessária (“fútil”) e violenta com as heranças da tradição. A partir de interesses acusados de serem particularistas, a sociedade francesa teria sido violentada e devastada por revolucionários inconstantes.” (SOUZA, 2016, p. 365)

repousa no idealismo, negando a materialidade da vida social e, obviamente, a transmutação de quadros hierárquicos amparados pela tradição seria como uma heresia, como um atentado às leis divinas. A nobreza, organicamente, ocupa os cargos mais altos da sociedade e naturalmente está mais apta para fazer as reformas políticas necessárias. Burke (2014, apud SOUZA, 2016) ainda refere-se às classes dominadas – na época, a ascendente burguesia industrial – como feitas para ser instrumento, não para exercer controle, rejeitando, assim, a capacidade de ação política e crítica de outros que não os agentes do poder e proprietários da “descendência, riqueza hereditária ou adquirida, talentos cultivados, distinção militar, civil, naval e política” (BURKE, 2014, apud SOUZA, 2016, p. 370). Na contemporaneidade, podemos identificar discurso semelhante quando se trata do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, metalúrgico, pobre e nordestino, que não estaria capacitado para exercer o mais importante papel do Poder Executivo brasileiro, diferentemente do sociólogo e cientista político Fernando Henrique Cardoso, a quem naturalmente possui maior aptidão para o cargo. O mesmo aconteceu com João Goulart, último presente democraticamente eleito anterior à ditadura militar.

Ainda, Burke avança colocando que a propriedade deve ser protegida pelo Estado e categoriza os “pobres” como invejosos e ameaçadores da paz que reinava no sistema aristocrático feudal, também perceptível na contemporaneidade, quando da marginalização de trabalhadores que reivindicam o direito à propriedade e à cidade:

A característica essencial da propriedade, resultante de princípios combinados de sua aquisição e conservação, consiste em ser desigual. Por conseguinte, torna-se necessário protegê-la da possibilidade de qualquer perigo, uma vez que excita a inveja e estimula a rapacidade. (BURKE, 2014, p. 72 apud SOUZA, 2016, p. 371)

Podemos considerar, portanto, que as *Reflexões...*, ao caracterizar negativamente certos indivíduos, classes e grupos com base em condições socioeconômicas ou simpatias ideológicas inaugura um dos fatores que dá origem aos preconceitos e posteriores inclinações fascistas (e sobre estas, há acordo de que o fascismo é geneticamente ligado ao conservadorismo), abrindo espaço para perseguições políticas, ideológicas, xenofóbicas e religiosas (pois “aqueles que não aderem ao cristianismo também são vistos com desconfiança no contexto do conservadorismo presente nas Reflexões” (SOUZA, 2016, p. 372)), podendo colocar os indivíduos e grupos que não os que concordam com a ideologia dominante – conservadora – como traidores da nação, inimigos a serem combatidos. Aqui, a gênese da perseguição político-social para a garantia da ordem.

Sinteticamente, as *Reflexões...* não são, no entanto, apenas uma síntese de interesses particulares de um aristocrata reformista no plano econômico – quando não admite enfraquecer a tradição, mas reconhece a possibilidade de mudanças moderadas – e antiburguês no plano ideológico – visto que se coloca como saudosista de valores de um regime que já havia sido destituído. Pelo contrário: Burke (2014) inaugura um manual de manutenção da sociedade “pelo alto”, admitindo reformas, desde que realizadas pela nobreza, sem a participação dos “baderneiros” ou “invejosos”; não aprova alianças com classes sociais “subalternas”, nem enfraquecimento de instituições clássicas e heranças – sejam elas de cunho econômico, político ou religioso.

O conservadorismo burkeano se particulariza, assim, como uma coletânea de princípios aristocráticos, empunhados não apenas contra a revolução, mas também contra qualquer ideia progressista oriunda da modernidade, porque estas atacam as instituições consagradas pela tradição, e a forma de ação política revolucionária representa um perigo à sociedade. Quanto à forma de acumulação – capitalista –, não existem críticas específicas. Podemos arriscar concluir, inclusive, que Burke admite o capital sem revoluções. Reforça o trato ideológico e especulativo de sua obra, sem metodologia ou cientificidade – ele mesmo se colocava em lado oposto a tal abordagem –, considerando a revolução excrescência desnecessária, os revolucionários como baderneiros que atacam os privilégios, aos quais deveriam ser mantidos pelo seu trato histórico-tradicional (o privilégio da família, o protagonismo público-temporal da Igreja, a hierarquia social cristalizada etc.) (NETTO, L, 2011), sem tocar nas possíveis vantagens econômicas que o acúmulo de capital traz consigo.

A Igreja, com postura muito semelhante ao discurso de Burke, opõe-se ao individualismo, à liberdade e a igualdade civil e política, visto que estes são valores que pretendem a felicidade terrena e exigível. O direito divino dá lugar ao direito natural: é substituído pelo Contrato Social rousseauiano, que “na sustentação da soberania [...] do povo, introduz dois elementos que repugnam: [...] a laicização [...] e a liberdade” (NISBET, 1987, p. 26). O poder político que a Igreja exerceu durante séculos, nos moldes de uma moral católica de renúncia e resignação, distanciam irremediavelmente os direitos de Deus e os direitos do Homem, sem conciliação entre religião e século: enquanto a modernidade caminha rumo ao progresso burguês, a Igreja enquanto instituição é reacionária e nostálgica.

É a partir das *Revoluções...* de Burke, aliados às duras críticas da Igreja Católica reacionária, que pode-se apreender os principais elementos do conservadorismo roântico, com base na análise de Leila Escorsim Netto (2011):

A. *Quanto à liberdade restrita:*

Atuando sempre como na presença de antepassados canonizados, o *espírito de liberdade, que em si mesmo conduz ao desgoverno e ao excesso*, é moderado por uma seriedade respeitável [...]. Por este instrumento, nossa liberdade se torna uma liberdade nobre [...]: tem um *pedigree* e ancestrais ilustres. [...] A própria ideia de confecção de um novo governo é suficiente para nos encher de desgosto e horror. [...] [Sugere que] todas aquelas [reformas] que eventualmente possam ser realizadas daqui por diante serão concebidas cuidadosamente *a partir do precedente, da autoridade e do exemplo analógicos* (BURKE, 1989, p. 32 apud NETTO, L. 2011, p. 61, grifos nossos).

A sociedade exige não somente que as paixões dos indivíduos devam ser dominadas, mas que, mesmo na totalidade e na estrutura tanto quanto nos indivíduos, as tendências humanas sejam frequentemente, na sua vontade, controladas e suas paixões trazidas à sujeição [...]. Neste sentido, *as restrições sobre os homens, tanto quanto suas liberdades, devem ser consideradas entre seus direitos* (BURKE, 1989, p. 32 apud NETTO, L. 2011, p. 61, grifos nossos).

B. *Quanto à democracia:*

Uma democracia perfeita é [...] a coisa mais sem-vergonha do mundo. Tal como é a mais sem-vergonha, é também a mais destemida. [...] Estou certo de que, numa democracia, a maioria dos cidadãos é capaz de exercer as mais cruéis opressões sobre a minoria [...] e que a opressão da minoria se estenderá a proporções muito maiores e será conduzida com fúria muito maior do que quase nunca foi temida a partir do domínio de um único cetro. (BURKE, 1989, p. 32 apud NETTO, L. 2011, p. 62).

C. *Quanto à laicização e racionalização da vida social:*

Uma religião conectada com o Estado e com a responsabilidade dos cidadãos perante ele torna-se ainda mais necessária [...]. Todas as pessoas que possuem qualquer quantidade de poder devem ser inculcadas [...] com a ideia de que agem por delegação e de que, nessa delegação, são responsáveis por sua conduta diante do Grande Senhor, autor e fundador da sociedade. (BURKE, 1989, p. 32 apud NETTO, L. 2011, p. 62).

A razão humana, reduzida às suas forças individuais, não é mais do que um selvagem, cuja única força se resume em destituir e é tão inútil para a felicidade dos Estados como para dos indivíduos. (BURKE, 1989, p. 32 apud NETTO, L. 2011, p. 62).

D. *Quanto à naturalização da desigualdade social e da apologia ao preconceito:*

Em toda sociedade constituída por classes distintas, *necessariamente algumas classes se encontram em situação superior*. Os apóstolos da igualdade, portanto, simplesmente modificam e invertem a ordem natural. [...] um povo amparado, satisfeito, laborioso e obediente, ensinado a buscar e a reconhecer que a felicidade, em todas as circunstâncias, deve ser encontrado através da virtude; nisto consiste a autêntica igualdade moral da humanidade e não naquela ficção monstruosa que, ao inspirar ideias falsas e vãs expectativas nos homens destinados a viajar no passo obscuro da vida laboriosa. (BURKE, 1989, p. 32 apud NETTO, L. 2011, p. 63, grifos nossos).

[...] nada é mais importante que os preconceitos, porque sem eles não existe *nem culto, nem moral, nem governo*. [...] O preconceito é um resumo, na mente individual, da autoridade e da sabedoria contidas na tradição. (NISBET¹¹, 1987, p. 58 apud NETTO, L. 2011, p. 66, grifos nossos).

E. *Quanto à centralidade da família para a garantia de propriedade privada:*

Tomamos nossas leis fundamentais no seio de nossas famílias. [...] a segurança de conservar nossas propriedades em nossas famílias é uma [...] circunstância que, mais do que nenhuma outra, contribui para a eternização da sociedade. (BURKE, 1989, p. 124 apud NETTO, L. 2011, p. 66-67).

De maneira geral, do período compreendido entre o final do século XVIII até meados do século XIX, foi marcado por confrontos da ascendente burguesia às instituições do Antigo Regime, dentre elas a nobreza, a Igreja enquanto instituição, e da religião, enquanto elemento dominante da cultura e da moralidade. No seu todo, a filosofia política iluminista – e os agentes que a materializaram por meio das Revoluções, que alteraram as condições objetivas da sociedade – conduziu a população a ações cada vez mais desconfessionalizadas, laicizadas, racionalistas e liberais (tanto no sentido econômico como político). A Modernidade subalternizou o elemento religioso, a nobreza fundiária, enterrou o feudalismo e, com as “luzes da razão”, recusou qualquer via de diálogo com o teocentrismo feudal, colocando a burguesia revolucionária no centro da ordem social (NETTO, 1992).

O conservadorismo, por sua vez, surgiu como importante *fenômeno* ídeo-político-cultural (NETTO, L., 2011) de recusa à ordem burguesa. O pensamento conservador defende que a comunidade se coloque acima da sociedade, a tradição acima do contrato, a intuição acima da razão, a experiência espiritual acima da material, a herança acima da igualdade civil, a restrição da participação política à nobreza acima da igualdade política. No entanto, diante da irreversibilidade do liberalismo/capitalismo e de suas consequências, o período datado entre a terceira e quinta décadas do século XIX trouxe um novo sujeito político: o proletariado. É quando se esgota o ciclo revolucionário da burguesia que esta assume, a partir de então, postura *conservadora*, incorporando racionalidade instrumental-positivista como representação teórico-metodológica da sociedade burguesa, que será representada a seguir.

¹¹ Sociólogo norte-americano estudioso do conservadorismo.

2.2. MUDANÇA DE CURSO: DO CONSERVADORISMO ROMÂNTICO AO MÉTODO SOCIOLÓGICO CONSERVADOR E A RERUM NOVARUM

Fixadas as mudanças estruturais trazidas pelas Revoluções Francesa e Industrial, a burguesia consolidava uma nova ordem, com novo formato ideológico, político, cultural e econômico, acirrando progressivamente as contradições da sociedade industrial. O pensamento conservador antiburguês se metamorfoseará, em um segundo momento, em antirrevolucionário, quando a sociedade encontrará em seu caminho um novo sujeito político, organizado e que exigia respostas: a classe trabalhadora.

Inicia-se, assim, por volta de 1830, um profundo e complexo movimento, ao fim do qual aquela cultura ver-se-á refuncionalizada para atender às exigências que agora se põem à burguesia – trata-se de uma *refuncionalização* que terá por objetivo eliminar ou neutralizar os conteúdos subversivos da cultura moderna, especialmente aqueles vinculados à sua dimensão *emancipadora*; [...] para a burguesia, a função que se punha era *lateralizar os núcleos* que, na cultura ilustrada, guardavam um potencial *de crítica à sua dominação de classe* [...] não numa direção restauradora, mas *socialista*. (NETTO, L, 2011, p. 47, grifos nossos).

Abstraindo maiores particularidades geopolíticas da Europa, no período datado entre 1830 e 1848, a cultura burguesa (lembrando que a Revolução Industrial consolidou a *cultura* burguesa, para além de mudanças econômicas e políticas pontuais, como recorrentemente é exposto) experimentou as reivindicações da classe por ela oprimida, operando uma “grande reviravolta político-ideológica [...] no sentido da apologética e decadência” (LUKÁCS, 2010, p. 52). Esta crise – denominada de primavera dos povos – será o elo de ligação que, até o presente momento, mantém amarrados o pensamento conservador e o pensamento burguês, com incidências tanto nas maneiras com que o Estado – capturado pela burguesia – responde às reivindicações da classe, quanto no próprio desenho da vida privada. É, portanto, da amarração do *público* com o *privado* que a moralização – e recorrente criminalização – frente às propostas de construção de um projeto societário popular (que considera a classe trabalhadora como protagonista histórico-social, não como componente estratégico para a manutenção da sociabilidade burguesa para enfrentamento das expressões da questão social) escamoteia qualquer denúncia ao conflito de classes, ora exclusivamente pelo aparato ideológico das classes dominantes, ora com o apoio do aparato do Estado.

Se, originalmente, o pensamento conservador é expressão cultural do Antigo Regime, com a consolidação do desenvolvimento industrial, e a vitória do individualismo como princípio máximo político-cultural da sociedade, a burguesia “não suplantou os velhos

antagonismos de classe¹². Ela colocou no lugar novas classes, novas condições de opressão, *novas formas de lutas*” (ENGELS, MARX, p. 8). Diante das novas formas de luta que punham em risco a hegemonia, o próprio ideal da revolução burguesa foi colocado de lado à medida que os princípios democráticos, aliados às expressões da emergente questão social decorrentes do processo de industrialização e urbanização da sociedade, passam a ser potencialmente utilizados por movimentos organizados, a exemplo dos socialistas revolucionários. A burguesia, portanto, que historicamente assumiu característica revolucionária, abre mão dos pilares ideológicos que possibilitaram sua chegada ao poder para tornar-se conservadora, a fim de frear a continuidade do movimento humanista e revolucionário por ela iniciado. Se, para a classe hegemônica – burguesa – esgota-se aí o processo revolucionário, cabendo a esta apenas admitir reformas para a manutenção do poder, para Marx, posteriormente abordado, na figura de porta-voz do movimento socialista organizado, a concentração do poder nas mãos da burguesia seria apenas a *tese*, enquanto o proletariado seria sua direta *antítese* e os questionamentos realizados pela classe trabalhadora organizada seriam os fomentos necessários para a superação dialética da sociedade de classes (KONDER, 1987). Em outras palavras, as reivindicações proletárias abriram precedentes para acreditar que uma sociedade mais justa e igualitária é possível.

O período em que o pensamento conservador transmuta-se inaugura a teorização das tentativas de assinalar alternativas para que a sociedade consiga manobrar rumo à estabilidade sócio-política e ídeo-econômica, tem como grande marco a filosofia positiva de Augusto Comte. Já no início do século XIX, Comte apresenta uma proposta de leitura da sociedade por intermédio de uma ciência (social) explicativa, por meio de leis naturais e princípios científicos, semelhante às análises realizadas pelas Ciências Naturais, o que, direta ou indiretamente, legitima e naturaliza a presença das instituições consolidadas, vantagem para a burguesia industrial.

O positivismo impulsionou o sistema de ideias conservador, ao mesmo tempo em que o modificou, *pois estabeleceu sua reconciliação com a sociedade capitalista consolidada e sua institucionalidade*. Realinou o foco das disputas políticas dos conservantistas, de posições antiburguesas para posições antiproletárias e, por derivação, contrarrevolucionárias. A Sociologia como disciplina e “ciência” específica passa a vocalizar certas aspirações conservadoras clássicas, principalmente aquelas em defesa das instituições estabelecidas. *Opera essa vocalização por meio de "métodos científicos" que esvaziam a produção de conhecimento sobre a sociedade de suas mediações econômicas e políticas*. Esse

¹² Há que se considerar que a presente monografia está pautada no método dialético crítico de apreensão da realidade, sendo este condutor para o desenvolvimento do trabalho, podendo ser questionado por outras vertentes teórico-metodológicas.

fôlego renovado que valores conservadores centrais recebem das "ciências sociais" é repleto de consequências históricas. (SOUZA, 2016, p. 5, grifos nossos)

Portanto, sociologia comteana consistiria em um *método* de análise, baseado na observação e na experiência dos fenômenos sociais. Comte apresentou, pela primeira vez, uma teoria explicativa da realidade independente, para além dos princípios filosófico-econômicos liberais ou revolucionários do proletariado, ou, ainda, teológicos. O pensamento comteano inaugurou uma tradição intelectual – não mais uma ideia solta, mas uma teoria, mesmo que refutável e questionável, testada via método científico – que se propôs à complexa análise da estrutura da sociedade a partir da observação empírica, permitindo a reforma prática das instituições sociais, vista sua antipatia ao liberalismo e o pavor à desordem e anarquia (neste contexto representadas pelo movimento dos trabalhadores).

[Segundo Comte] uma lei pode enunciar quer uma ligação de simultaneidade, quer uma ligação de sucessão entre fenômenos. No primeiro caso, as leis descrevem os caracteres estruturais da sociedade, ou seja, os elementos constitutivos da organização social e as relações entre os elementos que realizam a coexistência social. Centradas na “estática social” (isto é, a análise aprofundada e desenvolvida do conjunto das condições quaisquer de existência comuns a todas as sociedades), as leis explicitam, sobretudo a ordem e o consenso social. [...] As leis indicam uma sucessão temporal entre os fenômenos. Integradas numa perspectiva de “dinâmica social” (isto é, de explicação direta das leis fundamentais dos diversos aspectos do desenvolvimento humano), as leis descrevem as etapas do devir das sociedades humanas e de seu progresso. (BRUYNE, 1988, p. 3)

Efetivamente, o positivismo é o responsável científico ou, pelo menos, o responsável por dar o pontapé inicial com vistas à criação de uma explicação teórico-metodológica que genética e constitutivamente adaptava o pensamento conservador às exigências do Estado burguês por meio de uma dada expressão científica (NISBET, 1987). Ao compreender a sociedade como um todo orgânico, o pensamento conservador comteano buscará explicações de cunho ético-moral, colocando a problemática das expressões da questão social como um problema externo às instituições burguesas, abstraindo-se das dimensões propostas pelo método dialético crítico de Marx, legitimando a ordem social vigente e buscando soluções à sua maneira para os conflitos entre as cada vez mais antagônicas classes sociais. É a partir de Augusto Comte que o conservantismo

[alinha-se] agora na defesa da ordem burguesa contra a ameaça revolucionário-socialista, ele [o conservadorismo] tende tanto a estruturar-se como filosofia social quanto conhecimento científico-social, seja sob a forma de ciência social, seja sob a forma de teoria política. [...] A atenção dos conservadores se voltará para a construção de um corpo de conhecimentos que, favorecendo a gestão da ordem burguesa (mesmo que, para esta funcionar, haja que promover reformas dentro da ordem), permita controlar e regular suas crises e, assim, superar a ameaça

revolucionária. Estes dois fenômenos – crise social e revolução – polarizarão todo o pensamento conservador pós-48: estão na raiz da ciência social que é a filha do conservadorismo pós-48, a sociologia. (NETTO, L., 2011, p. 52)

Na tentativa de afirmar uma explicação sociológica que sirva ao conservadorismo que, a partir do caráter científico, legitimou a burguesia reformista e contrarrevolucionária, Durkheim¹³ se sobressai ao seu predecessor. Comte, para a análise de Leila Escorsim Netto (2011), é muito mais um filósofo de “ponte”, na figura de um pensador do período de transição da funcionalidade conservadora, enquanto Durkheim consagra o pensamento conservador maduro, articulado com as demandas do Estado burguês, sendo a abordagem mais clara e consciente de “alternativas à crise e à revolução numa ótica de integração social que incorpora os valores básicos do conservadorismo” (NETTO, L., 2011, p. 53).

O pensamento conservador de Durkheim – e nisto também se manifesta a conjuntura da ordem burguesa pós-48 – constrói-se para enfrentar a questão social¹⁴. Antiliberal por excelência, Durkheim entende que há que se introduzir uma ação social consciente e planejada para impedir que a sociedade (burguesa) se desintegre, o que fatalmente ocorrerá se o processo social for deixado às suas forças espontâneas – estas são incapazes de coibir a tendência à anomia, numa sociedade de complexa divisão do trabalho na qual a diferenciação individual atrofiou o peso da consciência coletiva. A referida ação social deverá contribuir para a constituição de vínculos solidários entre os indivíduos (solidariedade orgânica), com a criação de uma nova moral, laica (civil) e de base científica. Somente um conhecimento objetivo da sociedade pode oferecer uma base segura para a nova moralidade – donde a necessidade e legitimidade da sociologia. (NETTO, L., 2011, p. 53).

É por intermédio do pensamento conservador durkheimiano que a classe dominante encontra alternativas menos débeis em relação a Comte para os antagonismos passíveis de ameaças revolucionárias; tais ameaças colocam em xeque a gestão tanto pública – na figura do Estado capitalista burguês – quanto privada – a propriedade dos meios de produção e a ideologia – da hegemonia e esta tem de agir na vida social da classe trabalhadora (NETTO,

¹³ Para o fim do presente capítulo da monografia, que consiste em levantar elementos do conservadorismo clássico que fundamentam histórica e metodologicamente o discurso ainda conservador de assistentes sociais, não é objetivo deitar-se sobre o positivismo de Comte ou funcionalismo de Durkheim; menos ainda, sobre suas variações, tão passíveis de questionamento quanto o próprio conservadorismo: estrutural-funcionalismo, funcionalismo positivista, dentre outras. A finalidade é muito mais visualizar convergências a divergências entre tais teorias sociológicas, vista a influência que estas têm na instrumentação do trabalho em Serviço Social, embebida de dimensão teórico-metodológica conservadora no período anterior à ruptura. Mesmo reconhecendo as prováveis diferenciações de uma ou outra teoria, as convergências acerca da visão de sociedade, à ordem e à moralização da classe subalterna são os principais pontos do conservadorismo, primeiro puramente ideológico e, após, configurando-se como um reformismo científico amparado em Comte e Durkheim, operado pela categoria profissional nos projetos de gênese, institucionalização e reconceitualização.

¹⁴ “Por questão social, no sentido universal do termo, queremos significar o conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no curso da constituição da sociedade capitalista. Assim, a ‘questão social’ está fundamentalmente vinculada ao conflito entre capital e trabalho”. (CERQUEIRA FILHO, 1982, p. 21).

1992). Isso significa que, se não tutelados, os trabalhadores possuíam potencial político para questionar a ordem burguesa quanto aos seus traços basilares de exploração – compreendem-se, aqui, as esferas político-econômica e a moral conservadora. Durkheim terá como possível solução para o restabelecimento da harmonia social o neopositivismo, proposto na condensação de seus pilares: o antiindividualismo; a socialização, moralização e controle social; a conservação da ordem burguesa; e, claro, o método científico de análise¹⁵ como solução legítima porque a-político.

Preocupados [os conservadores] com a ordem capitalista, pelo antagonismo crescente entre as suas classes fundamentais, os conservadores [burgueses] buscam agora uma conciliação com o progresso. Do ponto de vista que interessa aqui, o lema “ordem e progresso” traduz um aspecto fundamental do positivismo enquanto expressão típica do conservadorismo moderno, constituindo numa proposta política para o enfrentamento da “questão social”. Esses elementos já aparecem em Comte, mas exponenciam-se em Durkheim: nele vem à tona a forte conotação reformista, a valorização da moral como força social coesivadora e da educação como responsável pelo ensinamento do que seja à força das leis (SANTOS, 2007, p. 49 apud SERAFIM, 2014, p. 23).

O pensamento conservador neopositivista/funcionalista durkheimiano, portanto, propõe o erguimento de normas coesivas (morais) e, posteriormente, a intervenção, por meio do controle social sobre os elementos “desviantes” e “disfuncionais” da vida social, quando da leitura psicologizante dos problemas materiais da sociedade, vistos como problemas de cunho moral, sem reverberações econômicas e históricas, passíveis de correção por uma *ação social coercitiva*. Em uma palavra, a sociedade é naturalizada; constroem-se padrões morais de comportamento responsáveis pela coesão e, na presença de “problemas” (argumentação que também será utilizada pela Igreja Católica, mesmo com a predisposição de Durkheim à laicização da sociedade e sua abordagem preocupada com a cientificidade da sociologia), o pensamento conservador instrumentalizado e teorizado incidirá coercitiva e diretamente na materialidade do cotidiano da classe trabalhadora por intermédio de instituições como a educação e o Estado.

De acordo com Bruyne (1988), ao passo que Comte centralizava seu objeto de estudo da sociedade na busca por instrumentos que garantissem a unanimidade e completa unidade espiritual da humanidade por meio de uma “religião positiva¹⁶”, que defenderia seriamente a

¹⁵ Pilares estabelecidos pela acadêmica, a fim de traçar um paralelo com o conservadorismo antiburguês de Burke, com base no exposto no item 2.1.

¹⁶ Comte (1978) não se limitou à questão política, mas no anseio de uma reforma intelectual e social formulou a religião da humanidade, cuja ideia central era a substituição do Deus cristão pela humanidade. No pensamento positivo de Comte, o estado positivo caracteriza-se pela subordinação da imaginação e da argumentação à observação. Em suma, o espírito positivo, segundo Comte, instaura as ciências como investigação do real, do

família, a propriedade (privada) e, obviamente, a religião positiva, sem a presença do Estado no seu horizonte intelectual, Durkheim (que muito mais serve quando se trata da forma que o pensamento conservador e próprio Serviço Social intervieram historicamente na realidade social), buscando viabilizar formas eficientes de manutenção da ordem burguesa, traz consigo uma solução conclusa para os problemas sociais: a coesão social e a coerção/control social, garantidas por intermédio das relações (naturais, orgânicas) do indivíduo com a sociedade e do indivíduo com o Estado e as instituições, mediadas por meio de um corporativismo planejado¹⁷ (NETTO, 1992).

Convém destacar a síntese realizada por Netto (1992) acerca de como o conservadorismo antiburguês passa a dar conta de responder as demandas da classe trabalhadora, freando intencionalidades revolucionárias do proletariado a partir das esferas objetiva e subjetiva dos sujeitos.

[...] a questão da ordem que constitui o eixo das intervenções [nas refrações da questão social]: no primeiro, a rearticulação de vetores econômico-sociais e políticos que sejam funcionais à lógica monopólica; no segundo, o controle dos sujeitos que escapam à sua órbita. De um lado, o traço “público” da “questão social”, que conduz à regulação de *mecanismos econômico-sociais e políticos*; doutro, o traço “privado”, que conduz ao *disciplinamento psicossocial* dos indivíduos excluídos do circuito integrativo a que a regulação se propõe. Entre o “público” e o “privado”, os problemas sociais recebem a intervenção estatal: de uma parte, a direção estratégica do processo econômico-social e político; de outra, a rede institucional de “serviços” que incide sobre as “personalidades” que se revelam colidentes. [...] [no] caminho para converter a persistência dos problemas sociais em “disfunções” centradas na maior ou menor adequação dos indivíduos em desempenhar os seus “papéis”. E daí a possibilidade objetiva que escapava ao antiindividualismo dos codificadores da tradição conservadora “clássica”, mas que estava dada na psicologização do social: *se a moralização preside a concepção geral do processo social, na apreciação dos seus nós e estrangulamentos, o que entra em cena é a colisão com as normas da coesão social – os “desviantes” sofrem não só com um estigma moral: devem ser “reintegrados”. O “tratamento” dos afetados pelas refrações da “questão social” como individualidades sociopáticas funda instituições específicas – o que ocorre é a conversão dos problemas sociais em patologias sociais.* (NETTO, 1992, p. 50-51, grifos nossos).

Confrontando com a questão social, posta em evidência pelo movimento operário revolucionário, o pensamento conservador ofereceu alternativas reformistas, incorporando instrumental positivista e, posteriormente, elaborou uma complexa representação teórico-metodológica da sociedade burguesa, que apreende a sociedade – e suas leis, vista a cientificidade sociológica de Comte e Durkheim – como um todo imutável, fixo e invariável,

certo e indubitável, do precisamente determinado e do útil. Nos domínios do social e do político, o estágio positivo do espírito humano marcaria a passagem do poder espiritual para as mãos dos sábios e cientistas e do poder material para o controle dos industriais. (GIANNOTTI, 1978, p. 12).

¹⁷ Com base no Prefácio à segunda edição de sua obra “Da Divisão do Trabalho Social” (2004).

preocupando-se com a ordem, com a moralidade, com a coesão e com as formas de controle social. O conservadorismo deixa de ser uma recusa irracional da ordem social burguesa para ser uma alternativa científica para os problemas sociais provenientes da sociedade capitalista. Estes problemas, no entanto, são tomados sem qualquer conotação histórica, tampouco contraditória; tomados como “coisas” alheias às estruturas econômicas desiguais das quais a revolução burguesa não foi capaz de superar – e que, diante da inflexão da funcionalidade do pensamento conservador no século XIX, provou que o conservadorismo nada mais é que a auto-expressão do ideal burguês (NETTO, 1992), que usou de sua potencialidade racional para colocar-se em posição de dominante e, fazendo uso de diferentes instrumentos operativos e ídeo-culturais, lá permanecer.

Resgatando os cinco itens-síntese do pensamento conservador sob a influência de Burke¹⁸, onde um deles diz respeito à liberdade (restrita) e outro sobre a naturalização da desigualdade social, cabe aqui resgatar o texto do Prefácio à segunda edição d’A divisão do trabalho social de Durkheim (1999), quando se notam em seu texto diversos elementos responsáveis por compreender que a liberdade sem regulamentação moral não é senão uma liberdade caótica. Dessa vez, não entendendo a sociedade como fruto de uma divindade que não poderia sofrer com a influência do homem, mas como alvo laico de uma ação moral de redução dos conflitos dados em função do próprio capitalismo; ainda assim, uma liberdade restrita. Dessa forma, tem no estabelecimento de regras morais a solução para os fenômenos desviantes da harmonia do organismo social:

Que tal anarquia [o socialismo] seja um fenômeno mórbido, é mais que evidente, pois ela vai *contra o próprio objetivo de toda sociedade, que é suprimir ou, pelo menos, moderar a guerra entre os homens*, subordinando a lei física do mais forte a uma mais alta. Em vão, para justificar esse estado de não-regulamentação, salienta-se que ele favorece o desenvolvimento da liberdade individual. Nada *mais falso que esse antagonismo que se quis estabelecer, com excessiva frequência, entre autoridade da regra e a liberdade do indivíduo*. Muito ao contrário, a liberdade (entendemos a liberdade justa, aquela que a sociedade tem o dever de respeitar) é, ela própria, produto de uma regulamentação. Só posso ser livre na medida em que outrem é impedido de tirar proveito da superioridade física, econômica ou outra de que dispõe para subjugar minha liberdade, e apenas a regra social pode erguer um obstáculo a esses abusos de poder. Sabe-se agora que [tal] regulamentação complicada é necessária para garantir aos indivíduos a independência econômica sem a qual sua liberdade não é mais que nominal.

[...] as funções econômicas absorvem hoje o maior número de cidadãos, há uma multidão de indivíduos cuja vida transcorre quase toda no meio industrial e comercial; a decorrência disso é que, como tal meio é pouco marcado pela moralidade, a maior parte da sua existência transcorre fora de toda e qualquer ação moral. Ora, para que o sentimento do dever se fixe fortemente em nós, é preciso que

¹⁸ Para recordar, consultar item 2.1. O PENSAMENTO CONSERVADOR BURKENIANO E O REACIONARISMO CATÓLICO, página 30.

as próprias circunstâncias em que vivemos o mantenham permanentemente desperto. Não somos, *por natureza*, propensos a nos incomodar e a nos coagir; portanto, se não formos convidados a cada instante a exercer sobre nós essa coerção sem a qual não há moral, como nos acostumaríamos a ela? Se, nas ocupações que preenchem quase todo nosso tempo, não seguirmos outra regra que a do nosso interesse próprio, como tomaríamos gosto pelo desinteresse, pela renúncia de si, pelo sacrifício? *Assim, a ausência de qualquer disciplina econômica não pode deixar de estender seus efeitos além do próprio mundo econômico e acarretar uma diminuição da moralidade pública.* (DURKHEIM, 1999, p. 8-9, grifos nossos).

Avançando no que diz respeito ao antiindividualismo e, ao mesmo tempo, a conservação da ordem burguesa, Vares (2016) avança nos estudos do durkheimianismo e conservadorismo, considerando que

[...] a educação moral seja um dos temas mais recorrentes de sua sociologia [a de Durkheim], pois, em último caso, *só é possível explicar o indivíduo a partir dos valores sociais, políticos, econômicos e culturais aos quais está submetido, que dependem da ação educativa para serem internalizados.*

[... Assim,] José Paulo Netto (2011), entende que Durkheim dá continuidade ao positivismo de Comte, não obstante adota uma postura menos mística e mais científica. [...] o modo como o sociólogo francês encara os fenômenos sociais, tomando-os como fatos similares aos naturais, pois são supostamente submetidos às mesmas leis, configuraria uma espécie de “*conservadorismo metodológico*”. [...] Durkheim foi responsável por subverter o caráter revolucionário das doutrinas naturalistas que, nas mãos dos insurretos de 1789, serviram para destruir a ordem social aristocrática. O sociólogo é acusado de empregá-las como *justificação científica da ordem social burguesa*, visto que, para ele, as leis naturais da sociedade impõem-se à vontade humana e não podem ser abruptamente modificadas. Destarte, sua sociologia estaria na contramão do pensamento utópico e revolucionário, negando, por conseguinte, toda ação transformadora. Na medida em que a sociedade, como qualquer outro organismo, possui uma dinâmica própria, independentemente das volições particulares, qualquer ação no sentido de interromper, interferir ou transformar as suas leis põe em risco o curso natural da vida social. *Desse ponto de vista, as diferenças resultantes da divisão do trabalho podem ser consideradas naturais, já que alguns órgãos sociais, por suas especificidades funcionais, gozam de uma situação especial e mesmo privilegiada em relação a outros órgãos. Trata-se, pois, da naturalização das desigualdades sociais, já que, a exemplo do que acontece na natureza, cada grupo social não reclama senão a quantidade proporcional à sua necessidade.* (VARES, 2016, p. 105-108, grifos nossos).

Ainda, sistematizando um pouco da forma com que o *pensamento conservador* amparado em Durkheim responde às expressões da questão social, talvez a mais importante contribuição do sociólogo francês diga respeito à moralização e controle social, que muito embora já esteja implícita, cabe em um momento de reflexão e explicitação, a fim de que haja a compreensão da complexidade do pensamento conservador durkheimiano e, ao mesmo tempo, da proposta de intervenção calcada na moralidade imposta a todos os indivíduos por meio da educação:

[...] por Durkheim conceber o educador como um mediador, entende que este não pode avaliar valores morais, mas apenas as paixões humanas que ele quer endireitar. Isto porque Durkheim assume literalmente o sentido latino de educar: “endireitar o que é torto ou malformado (os indivíduos ou as crianças)”. Assim, [...] como mediador e endireitador, o educador, tal qual um escultor, deve trabalhar uma matéria-prima, as paixões da criança, avaliando sua maleabilidade. Ao final do trabalho ele deve esculpir uma disposição psíquica em que as paixões foram educadas para desejar as normas do Outro [da sociedade]. [...] Durkheim interpreta que o homem realizado em essência é o homem moralizado, é o adulto normal que já internalizou o Outro e que já não precisa mais de controles externos (educador), pois possui o Outro encarnado como um Mestre. Nesta perspectiva, para o autor “[...] quando a nossa consciência fala, é a sociedade falando em nós” (DURKHEIM apud FERNANDES, 1994, p.60). Portanto, para Durkheim esta voz interna que comanda e polícia é a voz da sociedade que a imaginação dos povos atribuiu a Deus e que a sociologia substituiu, racionalmente, pela sociedade.

Fica claro que para Durkheim a moral não se erige a partir de um indivíduo, ou de um grupo de indivíduos, mas por um sujeito, a sociedade; e que o homem ao qual o educador deve plasmar não é aquele que a natureza criou, mas aquele que a sociedade quer que ele seja e este é o critério da normalidade: é normal aquele que é como a sociedade quer que ele seja e, por sua vez, é moralizado aquele que é normal. (GUEDES, 2016, p. 5)

Aprofundando um pouco mais do que diz respeito ao método sociológico conservador¹⁹, o método durkheimiano é sistematizado a partir de três itens que consagram a sociologia enquanto ciência própria de análise do sociólogo, distante dos partidos políticos e ideologias liberais ou proletárias e, por isso, deve ser seguida, pois se distancia das paixões (e, claro, implicitamente reafirma seu caráter contrarrevolucionário e reformista):

[...] Em primeiro lugar, ele [o método] é independente de toda filosofia. [...] A sociologia não tem de tomar partido [...], não precisa afirmar a liberdade nem o determinismo. [...] *Visto que a lei da causalidade foi verificada nos outros reinos da natureza [...] é lícito admitir que ela igualmente seja verdadeira para o mundo social;* [...] Mas, em realidade, se os fatos fundamentais dos outros reinos se verificam no reino social, é sob formas “especiais” que fazem *compreender melhor sua natureza, por serem sua expressão mais elevada* [aqui evidencia-se o inaugurado por Comte, que coloca a sociologia no topo da complexidade das ciências]. [...] Em face das doutrinas práticas, nosso método permite e requer a mesma independência [em relação às demais ciências]. A sociologia, assim entendida, *não será nem individualista, nem comunista, nem socialista*, [...] [teorias] às quais não poderia reconhecer valor científico, já que elas tendem diretamente, não a exprimir os fatos. [...] Isso não quer dizer, porém, que a sociologia deva se desinteressar das questões práticas. Pôde-se ver, ao contrário, que nossa preocupação constante era orientá-la de maneira que pudesse alcançar resultados práticos. [...] [por decorrerem] dos fatos e não das paixões, pode-se prever que tais problemas devam se colocar para o sociólogo em termos muito diferentes do que para a multidão, e que as soluções [...] não poderiam coincidir exatamente com nenhuma daquelas nas quais se detêm os partidos. O papel da sociologia, desse ponto de vista, [é] ensinar a *tratar com respeito, mas sem fetichismo*, as instituições históricas sejam elas quais forem, fazendo-nos perceber o que elas, têm ao mesmo tempo de necessário e de provisório [...].

¹⁹ Novamente, resgata-se que tal monografia é apenas um esboço para uma aproximação demandatória de maior atenção por parte dos/as assistentes sociais e que, neste momento, optou-se por compreender o método positivista-funcionalista como muito similar para a finalidade do trabalho.

Em segundo lugar, nosso método é objetivo. Ele é inteiramente dominado pela ideia de que os *fatos sociais são coisas e como tais devem ser tratados*. Certamente, esse princípio se encontra, sob forma um pouco diferente, *na base das doutrinas de Comte [...] [que] deram muito mais sua fórmula teórica do que o puseram em prática. [...] As explicações não apenas são outras, como são demonstradas de outro modo, ou melhor, é somente então que se sente a necessidade de demonstrá-las. [...] somente experiências metódicas são capazes de arrancar das coisas seu segredo*. É um terceiro traço característico de nosso método o de ser exclusivamente sociológico. [...] A sociologia, portanto, não é o anexo de nenhuma outra ciência; ela própria é uma ciência distinta e autônoma. [...] *enquanto permanecer misturada às lutas dos partidos, enquanto se contentar em elaborar, com mais lógica do que o vulgo, as ideias comuns e, por conseguinte, enquanto não supuser nenhuma competência especial, ela não estará habilitada a falar suficientemente alto para fazer calar as paixões e os preconceitos*. (DURKHEIM, 2010, p. 103-113, grifos nossos).

Evidenciadas as relações de Comte e Durkheim com o pensamento conservador, cabe, neste momento, destacar as principais características destes para que, num segundo momento, seja possível identificar a influência do positivismo e do funcionalismo no âmbito do Serviço Social e sua presença na contemporaneidade. Pressupõe-se que, até o momento, restem indubitáveis os aspectos gerais de convergência entre o funcionalismo e o positivismo, sendo, para os fins desse trabalho, desnecessárias exaustivas categorizações. No entanto, é de suma importância que haja o estabelecimento de uma simplória exposição de conceitos centrais em que se é possível estabelecer diferenciações, sobretudo conceituais, entre os autores mencionados, a fim de que novamente, não se caia em análises generalistas, a-históricas e esvaziadas de conteúdo e de particularidades. Primeiro, resgata-se pontos importantes sobre a questão do método nas obras de Comte e Durkheim:

A. Comte e o método positivista de análise da sociedade:

O positivismo, de acordo com Costa (2010), reconhecia que os princípios reguladores do mundo físico e do mundo social diferiam quanto à sua essência, sendo os primeiros “exteriores aos homens; os outros, a questões humanas. Entretanto, a crença na origem natural de ambos teve o poder de aproximá-los” (COSTA, 2010, p. 31). Assim, o método de análise da sociedade procurava identificar e explicar as mesmas relações que as ciências naturais utilizavam-se na sociedade. Por isso, chamamos o método positivista de “organicismo”, sendo a maior contribuição de Comte, como já supramencionado, o pontapé para a compreensão da sociedade como partes integradas que funcionavam harmoniosamente, sem conseguir avançar para uma sistematização teórica e metodológica de pesquisa e sem considerar o Estado, instituição fundamental para a compreensão da vida social. (Costa, 2010).

B. Durkheim, a exterioridade e a morfologia social:

Os fatos sociais – objeto de análise de Durkheim – existem independentes da vontade dos indivíduos, sendo exteriores a eles. Na exterioridade, fica calcada, indiretamente, a manutenção da ordem social burguesa, cabendo apenas à sociedade realizar reformas e não revoluções, visto que os fatos são imutáveis e independentes das consciências individuais, ou seja, a exterioridade garante a não espontaneidade da vontade humana: as regras são externas e devemos segui-las, não modificá-las.

Semelhante a Comte, Durkheim acredita que as sociedades evoluam, partindo de formas simples para formas complexas. No entanto, este diferenciou as fases históricas da sociedade, como é possível compreender n’*As regras do método sociológico*. A partir da morfologia social, Durkheim identifica dois tipos de solidariedade, sendo a *orgânica* a típica do modo de produção capitalista. Decorre da morfologia, também, a compreensão da divisão social do trabalho industrial, quando o trabalho se complexifica juntamente com a sociedade, criando funções e atribuições diferenciadas. (COSTA, 2010)

Além da ideia da exterioridade, é possível distinguir os fatos sociais porque eles não são tomados por Durkheim como fatos isolados. Eles são passíveis de generalidade, visto que envolvem muitos indivíduos ao longo do tempo, repetindo e difundindo-se. Permitem, por isso, a transformação de fatos sociais em estatística e, assim, uma das ferramentas que garante ao sociólogo a objetividade e o controle. É pela generalidade que os fatos exibem sua natureza coletiva, sejam eles fatos observáveis em condições objetivas ou não, como no caso dos valores e crenças morais. (COSTA, 2010)

Ainda que preocupado com as leis gerais capazes de explicar a evolução das sociedades humanas, Durkheim ateu-se também às particularidades da sociedade em que vivia, aos mecanismos de coesão dos pequenos grupos e à formação de sentimentos comuns resultantes da convivência social, tal qual abaixo exposto.

Após a morte de Comte (1798-1857), somente Durkheim reergueu investigações comteanas a favor de análises não mais meramente especulativas e explicativas, mas por meio de regras sociológicas autônomas e objetivas. Por intermédio dos elementos abaixo relacionados, portanto, é possível concluir que Durkheim se sobressai em relação a Comte porque constrói um conjunto de pressupostos teóricos e metodológicos refinados, centrada na verificação de fatos observáveis, mensuráveis e interpretáveis. Em síntese, os itens que

seguem são os principais elementos para que se desvendem os fatos sociais²⁰. Quanto ao método, Durkheim supera Comte porque suas ideias ultrapassaram a reflexão filosófica e chegaram a construir um todo organizado e sistemático de pressupostos teóricos e metodológicos sobre a sociedade. O empirismo positivista, que pusera os filósofos diante de uma realidade social a ser especulada, transformou-se, em Durkheim, numa rigorosa postura empírica. Essa postura estava centrada na verificação dos fatos que podiam ser observados, mensurados e relacionados por meio de dados coletados diretamente pelo cientista. Observação, mensuração e interpretação eram aspectos complementares do método durkheimiano. No entanto, primeiro coloca-se a questão da ordem e progresso de Comte para que se perceba a proposta mais madura durkheimiana (COSTA, 2010).

I. A questão da ordem e do progresso²¹ para Comte:

Comte e seu método positivista – positivista porque significa certo, seguro –, ao utilizar-se da aproximação com as Ciências Naturais, acreditava em dois movimentos fundamentais da sociedade, justificando, de certa forma, um darwinismo social: primeiro, naturalmente, as sociedades mais simples se tornariam mais complexas, ou seja, mais *evoluídas*. Em segundo lugar, para que as sociedades evoluam, os indivíduos deveriam ser condicionados garantir o melhor funcionamento da sociedade visando “bem comum”.

Estes dois movimentos são chamados de “dinâmica” e “estática”. A dinâmica social compreendia que as sociedades naturalmente se tornariam mais complexas e evoluídas, tendo como fim a sociedade industrial europeia (o que revela em Comte um eurocentrismo implícito); a estática social seria o responsável por garantir a preservação da organização social, visto que a sociedade era um organismo harmônico e, para assim compreender, os elementos essenciais da vida social devem permanecer. Assim, a estática é a responsável pela *conservação das instituições* como a família, a religião (mesmo que numa concepção diferente da de Burke), a propriedade (Costa, 2010).

De acordo com Costa (2010), “[...] esses dois movimentos elegiam o progresso como princípio das transformações sociais em direção à evolução [...] e à ordem, o princípio regulador do *ajustamento* e da integração em torno de um objetivo comum” (COSTA, 2010, p. 34). E, é por meio da dinâmica, que o progresso é garantido. No entanto, o progresso

²⁰ “É social todo fato que é geral, que se repete para a maioria dos indivíduos. [...] Os fatos sociais distinguem-se dos fatos orgânicos ou psicológicos por se imporem ao indivíduo como uma poderosa força coercitiva à qual ele deve, obrigatoriamente, se submeter. A adoção de um idioma, a organização familiar e o sentimento de pertencer a uma nação são manifestações [dos fatos sociais].” (COSTA, 2010, p. 38-39).

²¹ Para Netto (2009), “o custo do progresso é a generalização da miséria relativa.” (NETTO, 2009, p. 11).

depende da ordem. A estática promove a ordem, a organização da sociedade e de suas instituições, a fim de que a dinâmica flua rumo ao bem comum da sociedade industrial, negando, portanto, os conflitos e as revoluções. Arriscar modificar estruturalmente a estática implicaria na dinâmica e vice-versa. Dessa forma, mesmo que imensamente sintetizada e simplificada, pode-se compreender a amarração entre positivismo e pensamento conservador. Coincidência ou não, estas são as palavras que a bandeira do Brasil carrega e que nortearam o Serviço Social, do seu projeto de gênese e de institucionalização e que, mesmo após a ruptura, ainda presentificam-se no discurso de assistentes sociais.

II. *A questão da coesão e coerção para Durkheim:*

A sociedade, por apresentar-se como organismo, pode conter elementos “normais” e “patológicos”. O fato social “*normal*” é quando alguma coisa (e mesmo Durkheim, segundo Leila Escorsim Netto (2011) orienta os sociólogos a pensar nos fatos sociais como coisas) se justifica por sua contribuição na sociedade, ou seja, por cumprir sua *função social*. Por cumprir sua função, o fato, ou comportamento, é garantido pelo *consenso social*, ou seja, quando os membros da sociedade concordam que é parte do interesse coletivo, acima das vontades individuais. (Costa, 2010) O que não é normal, portanto, é *patológico*. As patologias devem ser combatidas a partir da coerção e da coesão. A coerção incide diretamente na vida do sujeito quando este desempenha atitude que vai contra o que a coletividade deseja, contra a coesão. Enquanto a coesão orienta a coletividade moralmente, padronizando formas de conduta e pensamento, e a coerção pune as patologias ou atitudes patológicas. (Costa, 2010)

Os fatos sociais se manifestam por intermédio da coerção. Essa coerção pode ser por meio de “sanções legais ou espontâneas” (COSTA, 2010, p. 39). As sanções legais dizem respeito às leis. Já as espontâneas são respostas a uma conduta inadequada perante a moral.

[...] a coerção [sanção espontânea] é menos violenta [em relação às leis]; mas não deixa de existir. Se não me submeto às convenções mundanas; se, ao me vestir, não levo em consideração os usos seguidos em meu país e na minha classe, o riso que provoco, o afastamento em que os outros me conservam, produzem, embora de maneira mais atenuada, os mesmos efeitos que uma pena propriamente dita. (RODRIGUES, 1981, p. 47 apud COSTA, 2010, p. 39).

Por isso, pode-se afirmar que a coerção é a força que a coletividade tem sobre a individualidade. E a educação tem como função coletivizar o individual, ou seja, internalizar regras e hábitos nos indivíduos, construir uma *moral* e penalizar coercitivamente os indivíduos à medida que realizem qualquer ação que fira os valores e princípios (COSTA,

2010). Conclui-se que, diante do exposto, Durkheim é mais propositivo enquanto Comte é mais contemplativo, mas ambos defendem, por meio da ordem ou da coerção, o progresso ou a coesão.

Para além dos avanços da sociologia de Comte e Durkheim, por outro lado, a Igreja Católica, que em um primeiro momento, adotou postura muito parecida à preconizada por Edmund Burke, oposta aos ideais da burguesia liberal, com olhar nostálgico em relação ao Antigo Regime, devido ao fato de que

[...] a filosofia iluminista - cujo grande lema era a oposição entre a fé dogmática e as “luzes da razão” - subalternizou claramente o elemento religioso no domínio da cultura e das mentalidades, tanto mais que a Igreja foi sendo progressivamente arredada de importantes instâncias produtoras de opinião pública, como a escola ou a imprensa. Acresce a isso que valores como o individualismo, a liberdade dos homens e a igualdade cívica se materializavam numa meta de felicidade terrena, e imediatamente exigível, muito contrária a uma moral católica de renúncia e resignação [...] e no plano político, o triunfo da burguesia e do Estado liberal-constitucional, com o seu direito positivo, a sua lógica popular-representativa e a sua mecânica de separação de poderes, vieram enfraquecer irremediavelmente o poderio político e temporal que a Igreja exercera durante séculos (SARDICA, 2004, p. 11),

exigindo, portanto, diante da compreensão da irreversibilidade das modernas sociedades industriais, que ao mesmo tempo que progressivamente tornaram-se mais produtivas, mais rentáveis, mais abertas à moralização laica e à funcionalidade das instituições por vias sociológicas, menos solidárias, assistencialistas e caridosas, a Igreja Católica viu a necessidade de mobilizar novamente a sociedade, com o intuito de recuperar o seu poderio e potencial de influenciar as formas de sociabilidade nos moldes católicos, admitindo o contexto do capitalismo. Ora, se a sociedade construída sob os ideais burgueses despersonalizava os trabalhadores, desumanizava as rotinas, reduziam os vínculos comunitários e acirravam o vínculo capital-trabalho por meio do salário, as relações preconizadas pela Igreja conseqüentemente reduziam-se, restando pouco tempo para a devoção. Cabia também à Igreja refuncionalizar-se.

Acompanhando a transição de funcionalidade do pensamento conservador, pode-se compreender que, no mesmo espaço de tempo em que o pensamento conservador foi de antiburguês para antirrevolucionário, o catolicismo também operou trajeto semelhante:

Desde os seus primórdios que este movimento social católico foi, a um tempo, conservador nos princípios e objetivos e socializante nos métodos, assim combatendo a ofensiva socialista e marxista nos meios operários. A solução para as misérias do capitalismo não estava, segundo os católicos, na revolução descrentizadora, nem o sistema industrial tinha de ser, necessariamente, palco de luta de classes. Se a moral católica regressasse ao campo social para enquadrar a

atividade económica (mormente sob a forma de um código de solidariedade e de obrigações mútuas entre patrões e operários), se a pastoral cristã descesse ao terreno para educar os operários e cristianizar os seus padrões de vida, se o associativismo e cooperativismo de inspiração católica substituíssem os sindicatos revolucionários como malha corporativa de pacificação social, se os Estados fossem chamados a intervir corretivamente nos problemas sócio-laborais sob a égide inspiradora da Igreja - se tudo isto fosse possível, não seria preciso seguir o caminho de Marx, da destruição da sociedade e da economia vigentes. (SARDICA, 2004, p. 19)

É por intermédio de um documento emanado pelo Papa Leão XIII em 1891, conhecido como *Rerum Novarum*, que a Igreja Católica retoma sua larga influência no cotidiano da sociedade assumindo postura *reformista* em relação ao reacionarismo presente no discurso do clero desde o período das revoluções, inaugurando a Doutrina Social da Igreja. A *Rerum Novarum* traz as consequências da industrialização para a classe operária; recusa o socialismo; e, finalmente, propõe uma solução para as refrações da questão social que já eram irreversíveis. Portanto, materializava-se como um “código de direitos e deveres mútuos de patrões e operários dentro do horizonte [...] de que a chave da resolução do problema residiria sempre no encontro entre o capital e o trabalho” (SARDICA, 2004, p. 31). Com relação à crítica ao liberalismo e ao socialismo como dimensões diretamente opostas, mas que simultaneamente configuravam-se como *heresias* aos olhos cristãos, a *Rerum Novarum* (1891) colocava-se contrária ao direito de propriedade ilimitado, como propunha o liberalismo, mas não opunha-se a sua existência.

Leão XIII traz consigo uma interpretação moralista cristã, ou, para o vocabulário mais conhecido do Serviço Social, neotomista, colocando que o proprietário é um administrador terreno das coisas de Deus, mas que deve sempre voltar-se ao bem comum – aí a base neotomista que influenciou o Serviço Social –, o que implicava minimamente “auxiliar os necessitados”, resgatar a fraternidade, o comunitarismo e a igualdade do homem, a última condizente não aos ideais revolucionários burgueses, mas perante os olhos de Deus, o grande juiz e pai fundador da humanidade, a quem atribuiu às pessoas diferenças materiais naturais, visto que Ele tudo sabe e que as contradições expostas na realidade objetiva são de Seu desejo. A Igreja, portanto, propunha uma “terceira via”, muito semelhante ao que se encontra em Durkheim: embora a primeira coloque a centralidade em Deus e a segunda na sociedade laicizada, é na solução “ponderada” entre os dois extremos que estes passam a ser essenciais para a compreensão do *pensamento conservador no Serviço Social*²² – cujo sincretismo de influências reside tanto no seio católico quanto sociológico.

²² Pouco importa, neste momento, os pontos que convergiam ou divergiam o método sociológico conservador e a Igreja Católica na concepção de sociedade. O que importa é que ambos possuíam o mesmo inimigo declarado: o

Conclui-se que o conservadorismo clássico, compreendido aqui entre 1789 e 1914, passou por diferentes momentos e cumpriram diferentes funcionalidades ao longo da sua história e seu desenvolvimento. Existem, portanto, pontos que assemelham e que distanciam a sua trajetória, indiferente das conversões realizadas no pensamento conservador para posicionar-se ora contra, ora a favor da burguesia. Convém destacar que diante de todo este percurso, suas propostas de intervenção não reconhecem a luta de classes; melhor: não consideraram a classe trabalhadora como sujeito político legítimo e protagonista da luta de classes, inseridos em movimentos complexos e concretos, parecendo desimportantes – ou compreendidos apenas externamente – aos olhos dos contrarrevolucionários.

Assim, fica o questionamento à suposta neutralidade sociológica, que aqui se entende como a submissão das Ciências Sociais ao conservadorismo: como o sociólogo pode permanecer neutro se se insere em um terreno marcado por diferentes concepções de mundo e interesses sociais radicalmente opostos? Como falar de neutralidade analítica se não se olha para a classe a ser moralizada via controle social e educação pelo Estado como composta por sujeitos autônomos, históricos e econômicos? Está a classe trabalhadora fadada à eterna subalternidade às condições de produção, devendo ser meramente tutelada e não emancipada? O sociólogo está de fato compromissado com a sociedade na sua totalidade ou apenas com as instituições? (SARDICA, 2004)

Ainda: é com a filosofia (neo)tomista – pano de fundo da *Rerum Novarum* – que os conflitos serão atenuados e erradicados? É a Doutrina Social da Igreja quem será capaz de unir harmoniosamente classes cujos interesses são veementemente distintos? Basta a preservação da família tradicional no molde funcional-capitalista para a dissolução dos ideais emancipatórios da classe trabalhadora organizada?

Os primeiros a reconhecer a contradição intrínseca à constituição do ser social e a compreender a dialética materialista do movimento sócio-histórico da realidade protagonizado por sujeitos sociais inerentemente contraditórios – as classes sociais, que, no capitalismo são compostas pela burguesia e pelo proletariado – foram Marx e Engels, expostos a seguir, cuja perspectiva é diretamente oposta ao conservadorismo tanto como expressão liberal-burguesa quanto cristã.

2.3. MARXISMO E A CRÍTICA AO PENSAMENTO CONSERVADOR

Como elucidado na apresentação do capítulo, a abordagem acerca do pensamento conservador se daria de forma diacrônica e sincrônica. *Diacrônica* porque consideraria as sucessividades históricas do pensamento conservador, dividindo, para fins didáticos, o pensamento conservador antiburguês do pensamento conservador contrarrevolucionário. Neste momento, será feita a abordagem *sincrônica*, tratando das simultaneidades ocorridas no período da transição. Dessa vez, o protagonismo não é mais dos coniventes com a classe dominante – seja ela aristocrática ou industrial – mas da classe historicamente subalternizada e colocada à margem da história e da sociologia (NETTO, L. 2011).

Embora beire praticamente a um pleonasma, há que novamente remeter-se ao século XIX para que se compreenda a referida *teoria social*, que, mesmo que Marx seja o expoente mais expressivo da crítica ao período anterior, ele também é beneficiário da experiência cultural e política que permeou a Europa após as Revoluções Francesa e Industrial. Portanto, fica claro que ele é *um dos* que trataram de pensar a sociedade e o primeiro a propor um vínculo do universo da cultura com o universo do trabalho (NETTO, 1992); ou seja: entende-se que Marx seja o maior expoente e patenteador da união histórica da cultura, do conhecimento (crítico) e da revolução, tendo como agentes da materialização os trabalhadores fabris revolucionários, considerando a materialidade dialética²³ da vida social e, aí sim, pioneiro (NETTO, 2009). O que se quer dizer, também, é que o marxismo é mais abrangente do que a expressão teórica da obra marxiana. É a formulação de um movimento cultural e político operado pelo proletariado, com variáveis distintas derivadas do próprio Marx, assim como esclarecido quando tratou-se do pensamento conservador. O socialismo, que dá e é voz do proletariado, atingirá sua maturidade teórica apenas com Marx e Engels (2009)²⁴, pioneiros

²³ “Há três grandes tendências filosóficas que tentam dar conta da relação entre espírito e matéria: 1. o idealismo: considera a história como o puro movimento das ideias, como ideias em movimento. Na prática política, os idealistas tendem a superestimar a importância da luta ideológica e a desprezar os atos práticos de transformação da realidade. 2. o materialismo mecanicista: reduz as ideias e a história ao mero movimento da matéria, tentando explicar tudo pela evolução inevitável da realidade objetiva. Na prática política, tende a desprezar a importância da luta ideológica nos processos históricos. 3. o materialismo histórico-dialético: descoberto por Marx ao estudar a sociedade capitalista, caracteriza-se por conceber o mundo dos homens como a síntese da prévia-ideação com a realidade material, típica e elementarmente por meio do trabalho. As dimensões ideal e material dos atos humanos são integradas, possibilitando tanto reconhecer a importância das ideias para a história quanto a sua impotência quando não encontram as condições históricas necessárias para que sejam traduzidas em prática (para que sejam objetivadas) por atos humanos concretos. O materialismo histórico-dialético, portanto, é a superação histórica tanto do idealismo quanto do materialismo mecanicista. Ele possibilita compreender a base material das ideias e, ao mesmo tempo, a força material das ideias na reprodução social.” (LESSA; TONET. 2011, p. 43).

²⁴ O Manifesto do Partido Comunista, publicado pela primeira vez em 1848, representa a reconstrução histórica da opressão da sociedade, findando na opressão burguesa e propondo uma intervenção por parte do proletariado. “A tarefa do Manifesto comunista era a de proclamar a inevitável e iminente dissolução da moderna propriedade

ao confrontar a sociedade burguesa e a convocar o operariado a se reconhecer e compreender-se como ator autor da sua própria história, como classe oprimida independente das fronteiras geográficas.

O marxismo originou uma corrente de pensamento que abarca tanto o ponto de vista teórico quanto o ponto de vista da prática social: seu compromisso não é (apenas) com a teoria, mas com todos os homens que querem, e queriam na época, assumir sua vocação revolucionária (COSTA, 2010), explorando, em sua obra, questões pertinentes à sociologia, filosofia, e, finalmente, economia. O marxismo diferencia-se do percurso do pensamento conservador porque considera os fatores econômicos como *determinantes* no modo de ser da sociedade capitalista; diferencia-se também dos que denunciavam mecanicamente a desigualdade porque propunha uma luta política onde o proletariado adquiriria papel conscientemente revolucionário para a construção de uma ordem social. Em outras palavras, Marx foi a continuidade da denúncia espontânea dos trabalhadores, aliando a teorização a uma proposta de prática revolucionária. Por propor uma nova ordem societária, não tardou para que o pensamento conservador adquirisse postura contrarrevolucionária e se opusesse aos elementos marxianos centrais, vista a iminente ameaça socialista. E Marx e Engels (2009) reconhecem os esforços das forças dominantes em fundirem-se entre si contra os trabalhadores. Como se pode ver no excerto:

Um fantasma circula pela Europa — o fantasma do comunismo. Todas as potências da velha Europa se aliaram numa caçada santa a esse fantasma: o papa e o czar, Metternich e Guizot, radicais franceses e policiais alemães. Que partido oposicionista não é acusado de comunista por seus adversários no governo? Que partido de oposição não atira de volta a pecha estigmatizante do comunismo tanto contra os colegas mais progressistas como contra seus adversários reacionários? (ENGELS; MARX. 2009, p. 29)

Foi o marxismo o primeiro a encarar a pauperização da classe trabalhadora de frente, as longas jornadas de trabalho, a situação insalubre das fábricas, o trabalho infantil, a repartição desigual de riqueza e o salário que não supria as necessidades do sujeito ou da

burguesa. [...] precisará ela [a Rússia, exemplo de país cujo histórico de desenvolvimento difere totalmente dos países centrais europeus] [...] passar pelo mesmo processo de dissolução que caracteriza o desenvolvimento histórico do Ocidente [Leia-se: o aparecimento da burguesia como sujeito político, depois como elite e conservador quando do aparecimento do proletariado como sujeito político]? A única resposta que se pode dar a essa pergunta hoje em dia é: *se a revolução russa constituir o sinal para uma revolução proletária no Ocidente, de forma que ambas essas revoluções se complementem, aí então a atual propriedade conjunta da terra na Rússia pode servir de ponto de partida para um desenvolvimento comunista.*" (MARX, ENGELS, 1882., s/p). (Prefácio à edição russa de 1882. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4205994/mod_resource/content/0/Marx_Engels-Manifesto%20do%20Partido%20Comunista_trad%20S.Tellaroli.pdf> Acesso em: 17 jul 2019.

família. Para além das particularidades metodológicas que distanciam as obras de Marx das de Durkheim, Comte ou, mais distante ainda, Burke, cabe evidenciar que esse olhar para o proletariado se dava sem um juízo de valor, sem qualquer ideia pré-concebida baseada na amoralidade (ou imoralidade, não cabem aqui diferenciações de cunho ético) dos sujeitos que ocupavam as fábricas. Pregava o questionamento da problemática da desigualdade inerente ao sistema capitalista e propunha a destruição do mesmo por meio de uma revolução cujo fim seria o comunismo, uma sociedade sem classes, sem Estado, sem burguesia e sem religião (LESSA; TONET, 2011). A gênese da desigualdade residia nas *contradições sócio-econômicas e não demandavam nem moralização nem cristianização* da classe subalternizada pelo capital: motivo pelos quais tanto o método sociológico conservador, quanto a Igreja Católica haveriam de instrumentalizar-se para combatê-lo.

Por sua forma teórica, porém, o socialismo começa apresentando-se como uma continuação, mais desenvolvida e mais consequente, dos princípios proclamados pelos grandes pensadores franceses do século XVIII. [...] Os grandes homens que, na França, iluminaram os cérebros para a revolução que se havia de desencadear, adotaram uma atitude resolutamente revolucionária. Não conheciam autoridade exterior de nenhuma espécie. A religião, a concepção de natureza, a sociedade, a ordem estatal: tudo eles submetiam à crítica mais impiedosa. Tudo quanto existia devia justificar os títulos de sua existência ante o foro da razão, ou renunciar a continuar existindo. A tudo se aplicava, como razoura única, a razão pensante. Era a época em que, segundo Hegel, “o mundo girava sobre a cabeça”, primeiro no sentido de que a cabeça humana e os princípios estabelecidos por sua especulação reclamavam o direito de ser acatados como base de todos os atos humanos e toda a relação social, e logo também no sentido mais amplo de que a realidade que não se ajustava a essas conclusões se via subvertida, de fato, desde os alicerces até a cumeeira. Todas as formas anteriores de sociedade e de Estado, todas as leis tradicionais, foram atiradas no monturo como irracionais; até então, o mundo se deixara governar por puros preconceitos; todo o passado não merecia senão comiseração e desprezo. Só agora despontava a aurora, o reino da razão; daqui por diante, a superstição, a injustiça, o privilégio e a opressão seriam substituídos pela verdade eterna, pela eterna justiça, pela igualdade baseada na natureza e pelos direitos inalienáveis do homem. [...] Já sabemos, hoje, que esse império da razão não era mais o império idealizado pela burguesia; que a justiça eterna tomou corpo da justiça burguesa; que igualdade se reduziu à igualdade burguesa em face da lei; que como um dos direitos mais essenciais, foi proclamada a propriedade burguesa; e que o Estado da razão, o “Contrato Social” de Rousseau, pisou e somente podia pisar o terreno da realidade convertido na república democrática burguesa. (MARX E ENGELS, 1961, p. 305-306 apud NETTO, L. 2011, p. 112-113).

Portanto, não tardando o estabelecimento da burguesia enquanto classe dominante, o proletariado, entusiasta dos ideais franceses, que permitiram que a classe originalmente oprimida ocupasse o espaço dos herdeiros, viu cair diante de si a possibilidade de que a igualdade atingisse suas condições de subsistência. Em pouco tempo, a naturalização da sociedade a partir dos pilares de consolidação da hegemonia burguesa, tratou de conceber o operário como o novo servo ou o novo pobre; da mesma forma, a caridade residual tornou-se

potencial força coesiva a partir da moralização cristã e fonte de justiça social (SARDICA, 2004); a racionalização e a ciência serviram para o surgimento da sociologia. No entanto, para além da naturalização vista até aqui, de acordo com Lessa e Tonet (2011), o homem, na visão marxiana, é compreendido como fruto de relações sociais, que variam de acordo com cada momento histórico. Se “a reprodução da sociedade burguesa produz individualidades essencialmente burguesas” (LESSA, TONET. 2011, p. 14), o único obstáculo da transição do capitalismo para o comunismo não é senão *as próprias relações sociais nos moldes capitalistas e burgueses*, até o momento histórico em que se dará o rompimento. Portanto, em oposição à alternativa conservadora, onde se afirma que o homem é essencialmente acumulador – seja de terras ou de capital – e precisam ser regulados contra a *desordem*, os revolucionários afirmam que “os homens são individualistas porque a sociedade burguesa os faz assim. [...] Como os homens construíram o capitalismo e o individualismo burguês, podem também superá-los e construir uma sociedade emancipada da opressão” (LESSA, TONET. 2011, p. 16).

Parece evidente que o marxismo seja diretamente antagônico ao conservadorismo. Um exemplo para sistematização é uma questão que tem sido abordada durante toda a monografia: a questão da *liberdade restrita* e da *manutenção do status quo* capitalista defendidas pelo pensamento conservador. É pertinente, portanto, uma citação que dá conta do reconhecimento de que a *liberdade*, assim como a *democracia*, no *capitalismo*, é uma *falácia*:

A democracia, no sentido moderno do termo, é uma criação burguesa. [...] *Ela se caracteriza pela concepção de que todos os homens são iguais e, portanto, desconsidera as reais diferenças entre os indivíduos.* Para a ordem política burguesa, o capitalista e o operário são absolutamente iguais. Mas como, na realidade, o burguês é muito mais poderoso do que o operário, a igualdade política afirmada pela democracia significa, de fato, a máxima liberdade para o capital explorar a força de trabalho. Dizem os conservadores, defensores do capitalismo, que a lei não deve dar privilégios a ninguém, que deve tratar todos da mesma forma. Contudo, ao proceder assim, a lei garante não a igualdade entre os homens, mas sim a reprodução das desigualdades sociais. Onde todos são politicamente iguais, mas socialmente divididos entre burgueses e proletários, a igualdade política e jurídica nada mais é do que a afirmação social, real, das desigualdades sociais. [...] por mais aperfeiçoada e “livre” que seja a democracia, ela jamais deixará de ser uma prisão para os trabalhadores. [...] O Estado capitalista, cuja expressão política mais acabada é a democracia burguesa, nada mais é, para Marx, do que o que todo Estado sempre foi: um instrumento especial de repressão a serviço das classes dominantes. [...] Ela é certamente uma forma de liberdade superior à escravidão e à servidão, contudo não deixa de ser uma forma de liberdade essencialmente limitada, pois submetida à lógica da reprodução do capital. [...] Em outras palavras, o Estado capitalista afirma a igualdade formal, política e jurídica, com o objetivo real e velado de manter a dominação da burguesia sobre os trabalhadores. *A igualdade burguesa, tal como a democracia burguesa, nada mais é do que a máxima liberdade do capital para explorar os trabalhadores.* Por isso, todas as vezes que os conflitos ameaçarem a burguesia, o Estado intervirá para garantir o poder dos capitalistas sobre os

trabalhadores; [...] a democracia burguesa apenas funciona democraticamente quando assim interessa à classe dominante. Quando for do interesse dos capitalistas suspender a ordem democrática para melhor reprimir os trabalhadores, assim será feito. (LESSA; TONET. 2011, p. 84-86, grifos nossos)

[...]

O “reino da liberdade” só pode vir com a superação do capital e da sociedade burguesa. Só por essa via será possível colocar em primeiro lugar o que é primordial: as necessidades humanas. Ao libertá-las do jugo do capital, tornar-se-á evidente o absurdo de se promover a miséria dos trabalhadores para se conseguir a estabilidade e o desenvolvimento econômico; tornar-se-á patente a barbaridade que significa produzir desemprego, fome e marginalização social para que o desenvolvimento das forças produtivas possa continuar. O “reino da liberdade”, segundo Marx, nada mais é do que o atendimento das verdadeiras e reais necessidades humanas, postas pelo desenvolvimento histórico-social. (LESSA; TONET. 2011, p. 120, grifos nossos)

Dessa forma, a teoria social de Marx busca desvendar a real estrutura da sociedade burguesa, erguida por meio da exploração, opressão e reprodução do capital e servia a todos que compreendiam que a liberdade almejada não era a liberdade do capital; se punha na contramão do gerencialismo estatal das instituições já conhecidas – e privilegiadas – e no ajustamento das “patologias sociais²⁵”. A teoria marxiana – e também a teoria marxista dela derivada – é “teoria [...] de um ponto de vista de classe: muito dificilmente o ponto de vista [...] dominante possibilita [...] romper com as limitações que as contingências dos interesses de conservação [...]” (NETTO, 2009, p. 18). Marx, portanto, tenta compreender a sociedade para posteriormente suprimi-la. (NETTO, 2009).

Logicamente existem divergências acerca do que o marxismo representa, ainda mais se tomado como antônimo de conservadorismo, diante da complexidade acerca do próprio tema. Conforme mencionado, não há acordo sobre exatamente o que é o conservantismo e neste momento este é compreendido como um fenômeno e, para que pudesse assim ser entendido, demandou escolhas; não diferente foi a tomada de decisão para que o marxismo fosse tomado como dimensão teórico-metodológica: partiu de escolhas. A tomada de decisão justifica-se a partir da leitura de Netto (2009), que

[...] toma a obra marxiana como sendo, essencialmente, uma teoria da sociedade burguesa: um complexo sistemático de hipóteses verificáveis, extraídas da análise histórica concreta, sobre a gênese, a constituição e o desenvolvimento da organização social que se estrutura quando o modo de produção capitalista se torna dominante. [...] Os fatos, a cada nova abordagem, se apresentam como produtos de relações históricas crescentemente complexas e mediatizadas – podendo ser contextualizados de modo concreto e inseridos no movimento maior que os engendra. É um método, portanto, que em aproximações sucessivas ao real, agarra a história dos processos simultaneamente às suas particularidades internas. Um

²⁵ Aqui, optou-se por abordar estes aspectos positivo-funcionalistas, por ser a representação que se opunha ao marxismo naquele momento histórico (segunda metade do século XIX).

método que não se forja independentemente do objeto que se pesquisa – o método é uma relação necessária pela qual o sujeito que investiga pode reproduzir intelectualmente o processo do objeto investigado. [...] O conteúdo crítico da obra de Marx, portanto, é uma síntese de exigências teóricas e práticas, permitindo a produção de um conhecimento vinculado explicitamente à transformação social estrutural. (NETTO, ano, p. 21-31)

Situado na materialidade da vida no momento histórico do século XIX, Marx utilizou-se de diferentes fontes para que sua elaboração fizesse sentido. Uma das maiores influências foi Hegel e sua dialética idealista. Hegel, mesmo que um conservador na política, foi revolucionário em sua forma de pensar a realidade:

A filosofia de Hegel põe fim a todas as ideias de uma verdade absoluta e definitiva [...]. diante dela, *nada é definitivo, absoluto, sagrado*; ela só faz ressaltar o que há de transitório em tudo que existe; e só deixa de pé o processo ininterrupto do vir-a-ser e do perecer [...]. É verdade que ela também tem seu aspecto conservador, quando reconhece a legitimidade de determinadas formas sociais e do conhecimento, para sua época e sob suas circunstâncias; mas não vai além disso. O conservantismo desta concepção é relativo; seu caráter revolucionário é absoluto [...], aquele que considerasse essencial o método dialético podia figurar, tanto no plano religioso como no político, na oposição extrema. (MARX; ENGELS. 1963, p. 173-176 apud NETTO, L., 2011, p. 111, grifos nossos)

Partindo do pressuposto de que não é necessário deitar-se incansavelmente sobre os estudos do materialismo histórico dialético e de seus instrumentos metodológicos – ou categorias do método –, visto o não estranhamento da temática quando se trata de uma monografia de Serviço Social, além de que todo o fio condutor da crítica ao conservadorismo está amparado em uma análise marxista, não há que se aprofundar em elementos postos como evidentes e já suficientemente apreendidos²⁶ – para este fim – neste momento do curso. Portanto, cabe apenas retomar o óbvio: a dialética materialista de Marx acredita que é a partir da materialidade da vida que as contradições aparecem e são – ou não – superadas. A dialética materialista põe na realidade objetiva as contradições e permite a compreensão do movimento entre a teoria e a prática na própria atividade humana, saindo do campo exclusivo das ideias (de onde veio o pensamento conservador). É por compreender que a história da sociedade se dá a partir das contradições objetivas da vida cotidiana que a dialética é materialista; por compreender as contradições materiais como fruto do movimento sócio-histórico da sociedade a partir do trabalho é que o método materialista dialético é histórico.

Portanto, em toda obra marxiana, a perspectiva crítica decorre em razão da significação ontológica do trabalho, ou seja, da tomada do trabalho como elemento fundante

²⁶ Em caso de necessidade de maior aprofundamento, consultar: LESSA, Sérgio. TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2ª Ed. São Paulo, Expressão Popular, 2011.

do ser social e da própria sociabilidade burguesa, e não a história como sucessão de acontecimentos alheios à vontade do homem. É a partir do trabalho, portanto, que os indivíduos constroem e reconstróem sua própria história:

Quando, nesse contexto, atribuímos ao trabalho e às suas conseqüências – imediatas e mediatas – uma prioridade com relação a outras formas de atividade, isso deve ser entendido num sentido puramente ontológico, ou seja, o trabalho é antes de mais nada, em termos genéticos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo. (LUKÁCS, 1979, p. 87 apud BARROCO, 2010, p. 26)

É o trabalho que permite o desenvolvimento de mediações, que possibilitam a autoconstrução sócio-histórica daquele. É ele quem produz as formas de interação humana e esta é resultante das necessidades postas ao ser social, que modifica a si e a natureza para a satisfação de suas necessidades. “Uma necessidade primária, como a fome, torna-se social da medida em que suas formas de satisfação são determinadas socialmente [...]” (BARROCO, 2010, p. 27), ou seja, a fome não é algo que não instintivo, diante da natureza humana. No entanto, as formas de satisfação dessa necessidade, tanto em seus aspectos objetivos como subjetivos, dizem respeito ao que foi socialmente criado: o objeto e o modo de consumo para a satisfação de uma necessidade primária decorre do trabalho (MARX, 1971 apud BARROCO, 2010). Para a satisfação desta ou de qualquer outra necessidade, o homem faz uso de sua capacidade teleológica e valorativa: pressupõe conhecimento da realidade, dos elementos à sua disposição e o reconhecimento de si como produto de sua práxis²⁷. Transformando a sua necessidade e a si mesmo, transforma suas demandas satisfeitas em novas perguntas, ou seja, em novos questionamentos e novas formas de satisfação.

O ponto de partida, para Marx, está no fato de que, entre as ideias e o mundo objetivo, externo à consciência, se desdobra uma intensa mediação que tem no trabalho a sua categoria fundante. Tipicamente, é pelo trabalho que os projetos ideais são convertidos em produtos objetivos, isto é, que passam a existir fora da consciência. E, do mesmo modo tipicamente, é reconhecendo as novas necessidades e possibilidades objetivas abertas pelo desenvolvimento material que a consciência pode formular projetos ideais que orientam os atos de trabalho. Realidade objetiva e realidade subjetiva são, assim, dois momentos distintos, mas sempre necessariamente articulados, do mundo dos homens (LESSA; TONET, 2011, p. 44).

²⁷ “[...] [há que se] diferenciar o conceito de ação (em geral) e o conceito de ação transformadora (práxis) ao sistema marxiano de pensamento. Isto nos permitirá entender o que é uma ação propriamente humana, promovendo a compreensão de suas características distintivas, a saber, sua essência dialética, a necessidade de consciência da ação e sua adequação aos fins. [...] Dito de outro modo, para que uma filosofia seja ela mesma práxis é necessário que se caracterize como tal e entender a diferença fundamental entre ação e práxis [...]. toda práxis é ação, mas nem toda ação é práxis.” (SILVA, 2017, p. 69). Disponível em: ≤ https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24571/1/RenathoAndriollaDaSilva_DISSERT.pdf > Acesso em: 17 jul 2019.

Sendo assim, no contexto da sociedade capitalista, o trabalho, como categoria ontológica do ser social, através da práxis, tem em si o que é necessário para romper com a ordem burguesa, visto que todas as modificações operadas pelo ser humano não se deram por motivo algum senão pelo trabalho. Partindo desta premissa básica, abre-se mão da concepção conservadora assentada em dogmas religiosos ou em generalidades metodológicas. O trabalho é fundador da sociabilidade humana, visto que a partir dele – não nos moldes capitalistas de trabalho fabril assalariado – as relações sociais se reproduziram e produziram os bens socialmente necessários a cada período da história humana (BARROCO, 2010).

É no modo de produção capitalista que o trabalho – que, até o momento, possuía caráter emancipatório – deixa de ser uma atividade-fim para ser uma atividade-meio, ou seja, o trabalho subordinado aos meios de produção nega sua potencialidade de liberdade, consciência e emancipação (BARROCO, 2010). A venda da força de trabalho do homem para o homem significa o não reconhecimento de si diante do que lhe confere identidade, se alienando dos processos de trabalho em que se insere, do produto da sua produção, da sociabilidade derivada da sua interação com a natureza e com outrem para satisfação de determinada necessidade no movimento teleológico. O sujeito da produção é permanentemente distinto de seu objeto de produção, não havendo razão para desenvolver a atividade ontológica senão a necessidade de subsistência em um sistema de assalariamento potencialmente alienante e moralizante. Daí a coisificação das relações sociais.

O trabalho é a fonte de toda riqueza, afirmam os economistas. Assim é, com efeito, ao lado da natureza, encarregado de fornecer os materiais que ele converte em riqueza. O trabalho, porém, é muitíssimo mais do que isso. É a condição básica e fundamental de toda a vida humana. E em tal grau que, até certo ponto, podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem. [...] Resumindo: só o que podem fazer os animais é utilizar a natureza e modificá-la pelo mero fato de sua presença nela. O homem, ao contrário, modifica a natureza e a obriga a servir-lhe, domina-a. E aí está, em última análise, a diferença essencial entre o homem e os demais animais, diferença que, mais uma vez, resulta do trabalho. Contudo, não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas vitórias a natureza adota sua vingança. E verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são as previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevistas e que, com frequência, anulam as primeiras. [...] Mas, se foram necessários milhares de anos para que o homem aprendesse, em certo grau, a prever as remotas consequências naturais no sentido da produção, muito mais lhe custou aprender a calcular as remotas consequências sociais desses mesmos atos. [...] Os homens que nos séculos XVII e XVIII haviam trabalhado para criar a máquina a vapor não suspeitavam de que estavam criando um instrumento que, mais do que nenhum outro, haveria de subverter as condições sociais em todo o mundo e que, sobretudo na Europa, ao concentrar a riqueza nas mãos de uma minoria e ao privar de toda propriedade a imensa maioria da população, haveria de proporcionar primeiro o domínio social e político à burguesia, e provocar depois a luta de classe entre a

burguesia e o proletariado, luta que só pode terminar com a liquidação da burguesia e a abolição de todos os antagonismos de classe. (ENGELS, 2006, p. 7)

No entanto, mesmo que a centralidade da análise marxiana se funde no trabalho e na contraditória dimensão econômica que condiciona o trabalho à subalternização da classe trabalhadora em relação à classe dominante, há que fazer um recorte na densa e extensa obra de Marx, para que não se desvie da temática do pensamento conservador. Ora, é evidente que o marxismo nada tem em comum com o conservadorismo, nem mesmo quando este era antiburguês; no entanto, as refrações do conservadorismo no cotidiano da classe trabalhadora incidem para além da dimensão econômica. Só a contradição entre o capital e o trabalho em termos financeiros/monetários não dão conta de esclarecer a dificuldade da classe em mobilizar-se contra as opressões sofridas; há que se considerar outro elementar mecanismo que fora abordado ao longo do capítulo: a questão da (crítica à) moral conservadora.

De acordo com Barroco (2010),

A moral origina-se do desenvolvimento da sociabilidade; responde à necessidade prática de estabelecimento de determinadas normas e deveres, tendo em vista a socialização e a convivência social. Faz parte do processo de socialização dos indivíduos, reproduzindo-se através do hábito e expressando valores e princípios socioculturais *dominantes*, numa determinada época histórica. Possibilita que os indivíduos adquiram um “senso” moral (referido a valores, por exemplo, a justiça), ou seja, *tornem-se conscientes de valores e princípios éticos. Ao serem internalizados, transformam-se em orientação de valor para o próprio sujeito e para juízos de valor em face dos outros e da sociedade.* (BARROCO, 2010, p. 42, grifos nossos)

Dessa forma, a moral tem função integradora na sociedade de classes capitalista; estabelece mediação entre indivíduo e sociedade; condiciona sua consciência, influencia no modo de ver e pensar e seu comportamento. Internaliza deveres, direitos, papéis sociais, identidade social e cultura de uma classe, de um segmento populacional, de um gênero, de um padrão normativo de sexualidade, entre outros. Assim, a moral cumpre função ideológica determinada: a integração social viabilizadora de necessidades alheias à capacidade do homem de emancipar-se a partir do trabalho (BARROCO, 2010). A moral, dessa forma, contribui para o cerceamento da liberdade de escolha. Como já visto, para o pensamento conservador, a liberdade é sempre relativizada. Com a moralidade, portanto, o conservadorismo incide nas relações primárias de sociabilização do trabalhador e suas “escolhas” são sujeitas a sanções coercitivas. Recorde-se do funcionalismo durkheimiano: a coerção é necessária sempre que o indivíduo não segue os pressupostos coesivos da sociedade. Portanto, o trabalhador é sempre alvo de educação moralizadora e o trabalhador

em potencial – a criança – é educada moralmente para que cumpra sua função natural determinada para o bem-estar da sociedade.

Conclui-se o óbvio: a moral conservadora – abordada aqui como um conceito similar ao de ideologia, por Marx – é uma forma de alienação, pois implica na negação da consciência crítica, dogmatiza as “funções sociais” e as instituições tradicionais, aceitas e defendidas pela burguesia. A moralização dos trabalhadores e da questão social possui direcionamento ético-político implícito: a manutenção do *status quo* em suas esferas político-econômica e moral-ideológica. Cabe, portanto, a promoção da autonomia crítica dos trabalhadores e a práxis política coletivizada em direção oposta ao conservadorismo, “objetivando [...] a destruição do existente” (LUKÁCS, 1981 apud BARROCO, 2010, p. 49).

Neste sentido, é resgatando Marx que é possível compreender a potencialidade da ação política que rompe com o modo de produção capitalista (que trouxe consigo o Estado burguês) e, logicamente, com a moralidade construída e defendida cientificamente pelo pensamento conservador. A atividade política coloca na teleologia – na capacidade de projetar idealmente o que se pretende transformar – a responsabilidade pela delimitação da direção e estratégias para o rompimento com tal ordem; na vinculação dos trabalhadores a projetos e ideias *de classe*, que identificam em ideias próprias o instrumento de luta política. É a partir da *teoria social crítica de Marx* que se tem a proposta teórico-prática subsidiária da luta de classes em favor da classe trabalhadora (BARROCO, 2010).

Por fim, há que se recordar o emblemático dizer de Marx, quando refere que “[...] a religião é o suspiro da criatura oprimida, o coração de um mundo sem coração, assim como ela é o espírito de uma situação sem espiritualidade. Ela é o ópio do povo.” (MARX, 2013). Marx englobava na crítica ao capitalismo uma denúncia à moral burguesa e à moral cristã, sendo estes dois dos grandes obstáculos à emancipação humana. Portanto, Marx defende que o capitalismo é a representação da moral e da religião *demasiadas*: é com o rompimento com ambas que a história da humanidade não mais se restringirá às relações de (re)produção do capital e empobrecimento da classe trabalhadora.

Destaca-se que os três itens que compõem este Capítulo foram construídos na tentativa de minimamente estabelecer uma unidade articulada entre conceitos e momentos históricos do pensamento conservador na Europa. Não há qualquer motivação para que o caminho percorrido seja visto como absoluto, tampouco que seja o único possível. A análise e construção teórica do capítulo têm como objetivo esboçar uma aproximação com o que, anterior ao desenvolvimento deste, eram apenas palavras vazias, a-históricas e a-políticas.

Viu-se a formulação do pensamento conservador, balizados na Igreja Católica e nas Ciências Sociais, retrocedendo ao feudalismo e levantando elementos para que fosse possível compreender os motivos pelos quais o conservadorismo assume posturas distintas com o passar do tempo. Não há, ainda, tentativas de polarizar conservadorismo e marxismo sem críticas: a demonização do conservadorismo não faz parte dos objetivos do Trabalho de Conclusão de Curso, mas possibilitar que quem o leia tenha potencial crítico para apreender elementos que possibilitem o debate substanciado do que é e em que medida o pensamento conservador influencia no modo de ser e pensar da sociedade burguesa e, em última instância, no entendimento sócio-político dos projetos societários que perpassaram a Europa no período exposto. Tal clareza permite que, por meio da apreensão prévia, sejam compreendidas as influências destes *modos de ser* conservadores que condicionaram a maneira com que o Serviço Social interveio nas refrações da questão social em sua gênese, institucionalização e ruptura.

Em síntese, o pensamento conservador surge como resposta ídeo-política para o avanço da sociedade burguesa e logo se transforma em argumento teórico-metodológico para a exploração massiva da classe trabalhadora. Além da religiosidade, as alienações teorizadas pelo pensamento conservador contribuem para a naturalização da exploração sob diversos aspectos: não há que se esquecer da influência do funcionalismo para a manutenção do patriarcado, por exemplo.

A partir do exposto, no próximo momento, será traçado um breve histórico do Serviço Social no Brasil e a influência do pensamento conservador aqui exposto no discurso das/os assistentes sociais após 26 anos do Código de Ética crítico.

3. ECOS DO PASSADO: O SERVIÇO SOCIAL ENTRE A HERANÇA CONSERVADORA E O PRECONIZADO PELO CÓDIGO DE ÉTICA DE 1993

O objetivo deste capítulo é apresentar de forma crítica as questões polêmicas que permeiam atualmente o debate profissional, inclusive tendo como ponto principal a reivindicação por parte da própria categoria por um direcionamento teórico-metodológico e ético-político distinto do qual o Serviço Social tem se calcado a partir do Projeto Ético-Político Profissional pós-ruptura. Para tanto, a problematização das questões teóricas, metodológicas, éticas e políticas do Serviço Social na contemporaneidade pretende se dar a partir da reconstituição histórico-crítica dos fundamentos da profissão e sua relação com o pensamento conservador, relacionando-os às transformações que o próprio conservadorismo passou ao longo da história e a crítica deste pelo marxismo, resgatando elementos do segundo Capítulo desta monografia.

O intuito não é mais formalizar as teorias sociais e os projetos profissionais a fim de reduzi-los a abordagens classificatórias e mecanicistas, não tendo a intenção, portanto, de reproduzir uma já esgotada exposição cronológica da profissão²⁸. A abordagem das vertentes teórico-metodológicas e ético-políticas expressas nos Códigos de Ética do Serviço Social acontecerá dialeticamente, ou seja, sem reeditar antigos formalismos onde não há a compreensão sócio-histórica dos processos nos quais a profissão se inseriu e a distinção deste ou daquele apenas pela passagem de um projeto a outro.

Finalmente, a exposição de discursos conservadores realizados no bojo do Serviço Social não tem como finalidade culpabilizar os sujeitos, tampouco deduzir de que a teia tecida até aqui seja *absoluta*: é uma *hipótese*, dentre os vários caminhos possíveis para análise, que pretende correlacionar elementos anteriormente expostos a um discurso recorrente em profissionais de Serviço Social, cuja formação – provavelmente – se deu a partir de uma abordagem teórico-crítica, o que significa que, provavelmente, o momento da graduação não é suficiente para *internalizar* a visão preconizada pela categoria profissional, ou que o marxismo não é suficientemente estudado para ser apreendido, ou que a formação, seja à distância ou presencial, não dê conta de potencializar o debate crítico e desconstruir opiniões baseadas no senso comum. Este trabalho, ainda, não objetiva trabalhar estas diversas

²⁸ Destaque para a obra de Iamamoto: IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo, Cortez Ed., CELATS (Lima-Perú), 1982.

possibilidades²⁹, mas compreender, de antemão, que a graduação é um dos momentos mais importantes para a resignificação de discursos permeados de *senso comum*. Por último, não houve estudo da pós-modernidade, do neoliberalismo, ou ainda do neoconservadorismo, temáticas também a serem debatidas pela categoria profissional no âmbito de seus fundamentos históricos e teórico-metodológicos, mas que não fazem parte da proposta da monografia.

Arrisca-se colocar em evidência, ainda, que o conteúdo abordado no presente capítulo não se esgota na graduação, tampouco possui tal finalidade, visto que esta monografia é elaboração genérica e carece de sistematizações, considerando a limitação do tempo. Acredita-se que a presente abordagem, cujo elemento principal é o conservadorismo expresso em conteúdo *online* da categoria profissional, possui *potencial* para ser estudado (e já o vem sendo por meio de múltiplas abordagens oriundas dos mais diversos enfoques, mas não sobre esse *específico*³⁰) e que pode contribuir para reforçar a desmistificação que fora realizada anteriormente pela própria categoria: não há homogeneidade no discurso do Serviço Social. Afirmar a ausência de homogeneidade é alertar para que não se caia ingenuamente na armadilha de que, mesmo diante de um discurso hegemônico, todos/as os/as assistentes sociais estejam filiados a um projeto societário específico. Exigir dos/das profissionais um posicionamento diante do horizonte do capital em permanente conflito com as demandas das classes subalternas não mais implica diretamente em uma compreensão política do exercício profissional no cotidiano a favor de um projeto societário que visa romper com a ordem instituída. Menos ainda, ter um Projeto Ético-Político faz com que os sujeitos profissionais, uniformemente, materializem-no em seu discurso, exercício profissional e cotidiano.

Anteriormente ao desenvolvimento de fato das questões de que se tratam a proposta do Trabalho de Conclusão de Curso, há que se retornar à dicotomia, expressa no Capítulo anterior, entre o pensamento conservador e o pensamento crítico-dialético, nas palavras de um assistente social:

[...] há duas posições fundamentais em face do processo do conhecimento do social. A *primeira* – que possui inequívocas raízes na tradição neokantiana [leia-se: funcionalismo³¹] – concebe a análise dos fenômenos a partir de sua expressão

²⁹ Sobre esta questão pode-se encontrar mais elementos no texto: BOSCHETTI, Ivanete. Expressões do conservadorismo na formação profissional. *Serv. Soc. Soc.*, São Paulo, n. 124, 2015.

³⁰ Considerando busca no acervo da CAPES, realizada em 19 de julho de 2019.

³¹ “Tanto na primeira quanto na segunda fase de seu desenvolvimento, bebeu em fontes teóricas muitíssimo heterogêneas. Neste ponto, em especial, cumpre destacar o pensamento social germânico, o pensamento social francês – sobretudo o socialismo saintsimoniano e o positivismo comteano –, o organicismo britânico e o *neokantismo*. Todas essas influências, indubitavelmente, ajudaram a emoldurar o pensamento do sociólogo durkheimiano” (VALES, 2015, 135)

empírica, como um andamento intelectual que conduz à formulação lógico-abstrata (universal) de um modelo ou paradigma compreensivo dos processos que eles sinalizam, das suas tendências e regularidades. Nesta ótica, o trabalho teórico tem na sistematização operada sobre o material empírico (seleção, organização, classificação, tipificação, categorização) um patamar prévio: é sobre ela que a teoria se estrutura, produzindo um símile ideal que procura contemplar a organização interna da empírica abordada através de um rigoroso tratamento analítico. A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência, é um modelo que a razão elabora e cria a partir do objeto empiricamente dado.

A *segunda* posição – que me parece própria da *vertente crítico-dialética* – também arranca da expressão empírica para apanhar a processualidade que a dissolve e resolve, na busca de suas tendências e regularidades; entretanto, nesta perspectiva, *a sistematização do material empírico não fornece o quadro a partir do qual se constrói um modelo – antes, constitui um elenco de determinações simples que permite o movimento da razão no sentido de agarrar e reconstruir o movimento imanente do processo objetivo, o movimento do objeto real. A reflexão teórica, nesta ótica, não “constrói” um objeto: ela reconstrói o processo do objeto historicamente dado.* A resultante da elaboração teórica, o produto teórico por excelência, é uma reprodução ideal de um processo real. (NETTO, 2017, p. 143³²)

Assim como o pensamento conservador se metamorfoseou, o Serviço Social também não permaneceu alheio à dialética da vida social: reformou-se, repensou-se, reinventou-se. É importante ressaltar que, anteriormente ao que a profissão atualmente defende, o Serviço Social não nasceu a partir da demanda da classe trabalhadora, tampouco da teoria social crítica de Marx:

Marx funda uma teoria social com base na análise radical crítica da emergência e do desenvolvimento da sociedade burguesa, a partir do movimento real do ser social e da perspectiva da totalidade concreta, dinâmica e contraditória, constituída por processos; [e] o Serviço Social nasce como uma profissão ancorada nas ciências, oriundas da tradição conservadora, que substitui a categoria totalidade pelo “todo”, representado pela integração *funcional* das “partes”, tendo por base padrões das ciências da natureza e do racionalismo formal [...], essa filiação, segundo o autor [Netto], não permite que o Serviço Social se liberte do seu vínculo com o conservadorismo e com o positivismo. [O] Projeto Profissional de Ruptura do Serviço Social caracteriza-se por um esforço de superação desse antagonismo genético, procurando romper com a tradição cultural conservadora, na busca de uma aproximação orgânica do Serviço Social com o marxismo, para a construção de um Projeto Profissional com outro sentido político, no âmbito da perspectiva histórica da transformação social, e fundado em *novas bases analíticas*. (SILVA, 2018, p. 277-279, grifos nossos)

Neste sentido, a breve reconstrução histórica do Serviço Social se dá atentando para a *postura* dos/das profissionais, representada pelos seus Códigos de Ética, não se atendo, portanto, à cronologia da criação das instituições, às políticas sociais setoriais ou especificamente às questões que, de modo algum, carecem de pertinência para o debate sobre os desafios próprios da profissão. O fio condutor é a dicotomia acima mencionada e os dois

³² Disponível para acesso em: <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n3-parte-segunda-metodologia-uma-questao-em-questao-201702011204598599010.pdf>

modos antagônicos de apreensão da realidade, as quais o Serviço Social fez uso ao inserir-se na realidade, as respostas dadas pelos sujeitos no decorrer da história, inclusive a ruptura com o que foi dominante, e, posteriormente, a demonstração do discurso. Não há, na materialidade do cotidiano profissional e na própria construção do sujeito que atua enquanto assistente social, outras formas de conceber a presentificação do pensamento conservador no interior do Serviço Social que não a dialética. Supor a reconceitualização como a imediata *superação* do passado conservador da categoria é ingenuamente reafirmar a cronologia evolucionista da história que o conservantismo se apoiou para justificar a moralização e a ordem burguesa; mesmo com intencionalidade diversa do conservadorismo, contar com o Projeto Ético-Político do Serviço Social como instrumento de rompimento com o pensamento conservador e não abordá-lo mais como *transversal* e presente em todas as esferas da vida social, tendo em vista que a sociabilidade não se esgota nem se funda no processo de formação profissional, além de abrir mão da totalidade e da historicidade, é abrir espaço para que elementos do pensamento conservador se façam presentes no discurso, mesmo que quando o faça, o/a assistente social não esteja inserido em seu espaço sócio-ocupacional de trabalho assalariado: há que se considerar a *indissociabilidade ética do sujeito e do profissional*.

Mesmo que o debate não gire em torno da ética especificamente, é o Projeto Ético-Político do Serviço Social (PEP) – que se materializa nas diretrizes curriculares da ABEPSS (1996)³³, no Código de Ética do/a Assistente Social (1993)³⁴ e na Lei de Regulamentação da Profissão (8.662/1993)³⁵ – o instrumento norteador do *ethos* profissional e ao qual determinados discursos posteriormente apresentados se opõem. Dessa forma, justifica-se a razão pela qual o debate também terá como subsídio os Códigos de Ética do Serviço Social anteriores ao atual. O projeto profissional do Serviço Social, assim como todos os projetos profissionais,

³³ “São expressão de um debate articulado pela Abepss com as unidades acadêmicas para superar as lacunas do currículo de 1982. [...] foram mantidos nos projetos curriculares os conteúdos definidos nos fóruns da Abepss, em que reafirmou a profissão fundada no movimento da realidade, considerados o legado marxiano e a tradição marxista; a totalidade da teoria social de Marx; o trabalho como categoria fundante do ser social [...] indissociabilidade das dimensões teórico-metodológicas, ético-políticas e técnico-operativas [nos currículos de Serviço Social e conseqüentemente no exercício profissional]” (ABRAMIDES, 2016, p. 471).

³⁴ “[...] superou algumas lacunas do de 1986, ao estabelecer sua dimensão histórico-ontológica, que formulou uma direção estratégica que se contrapôs à lógica do domínio do capital; [...] estabeleceu sua opção por um projeto profissional articulado a uma nova ordem societária, sem exploração, dominação e opressão social de classe, gênero, raça, etnia, faixa etária e orientação sexual. Os princípios do Código de Ética são norteadores da formação e do exercício profissional.” (ABRAMIDES, 2016, p. 471)

³⁵ “[...] refere-se ao exercício profissional, às competências e atribuições privativas dos assistentes sociais e dos CRESS, na qualidade de órgãos fiscalizadores da profissão [...]” (ABRAMIDES, 2016, p. 471)

[...] apresenta a auto-imagem da profissão, elegem valores que a legitimam socialmente e priorizam os seus objetivos e funções, formulam os requisitos (teóricos, institucionais e práticos) para o seu exercício, prescrevem normas para o comportamento dos profissionais e estabelecem as balizas da sua relação com os usuários de seus serviços, com outras profissões e com as organizações e instituições sociais, privadas, públicas, entre estas, também e destacadamente com o Estado, ao qual coube, historicamente, o reconhecimento jurídico dos estatutos profissionais. (NETTO, 1999, p. 95)

Por se tratar de um projeto coletivo, o PEP vincula-se a um projeto societário³⁶ que possui estratégias definidas em relação ao atendimento das necessidades especiais, com diretrizes éticas e políticas (BARROCO, 2010). Ou seja: um projeto societário tem proposições que transcendem os projetos profissionais, mas os últimos, por serem coletivizados apenas no âmbito dos sujeitos assalariados que atuam na relação sócio-histórica do capital com o trabalho – os/as assistentes sociais –, mesmo que buscando maneiras de enfrentamento às refrações da questão social, não possuem fim em si mesmos, tampouco uma reprodução imediata de um projeto de classe, mas representam a adesão a um projeto societário, dominante ou não.

Se o Serviço Social possui um Projeto Ético-Político e em seu Código de Ética estão implícitos os direcionamentos filosóficos, teóricos e políticos críticos, é possível afirmar que “o *ethos* profissional [...] [configura-se como] um modo de ser constituído na relação complexa entre as necessidades socioeconômicas e ídeo-culturais e as possibilidades de escolha nas ações ético-morais” (BARROCO, 2010, p. 68), passível de diversidade, mutabilidade e contraditoriedade. Se, atualmente, o *ethos* aponta formalmente para mediações opostas ao que propõe o pensamento conservador (que, em síntese, é a conservação das instituições e da propriedade privada, manutenção do modo de produção capitalista e moralização da questão social), a formação profissional e sua base ético-política e teórico-metodológica não são os únicos referenciais com os quais a categoria profissional incorpora socialmente: há que se considerar a educação primária, os meios de comunicação, as religiões, os partidos políticos, os movimentos sociais, entre outros (BARROCO, 2010).

Nessa perspectiva, cabe compreender o percurso sócio-histórico do Serviço Social no Brasil, levando em consideração as particularidades do país, mas relacionando com o que foi até aqui apreendido acerca do pensamento conservador. Isso não significa, portanto, que a

³⁶ “Os projetos societários são projetos coletivos; mas seu traço peculiar reside no fato de se constituírem como projetos macroscópicos, como propostas para o conjunto da sociedade. Somente eles apresentam esta característica – os outros projetos coletivos (por exemplo, os projetos profissionais, de que trataremos adiante) não possuem este nível de amplitude e inclusividade.” (NETTO, 2017, p. 2). Mais em: A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. NETTO, J. P. (2017). Disponível em: < http://www.ssrede.pro.br/wp-content/uploads/2017/07/projeto_etico_politico-j-p-netto_.pdf >

análise das configurações da origem e institucionalização da profissão implique diretamente no pensamento e materialização do trabalho de *todos e todas* os/as assistentes sociais naquele momento histórico: é a análise macroscópica com base na pesquisa bibliográfica e documental realizada, o que não desconsidera a possibilidade de distintos posicionamentos possíveis no interior da categoria.

3.1 RAÍZES CONSERVADORAS, GÊNESE E INSTITUCIONALIZAÇÃO: O SERVIÇO SOCIAL BRASILEIRO ENTRE A AÇÃO SOCIAL CATÓLICA E O ESTADO BURGUEÊS

Considerando a trajetória e as tendências do pensamento conservador, delimitadas anteriormente, é oportuno situar algumas conformações sócio-históricas da realidade brasileira para que se compreenda a maneira com que o Serviço Social inseriu-se nas relações sociais, a fim de que o conservadorismo no Brasil não recaia em uma análise simplista de mimetizações e adaptações do pensamento europeu – e norte-americano em determinado momento da profissão – ao contexto brasileiro, abstraindo as particularidades ideológicas e estruturais do país, cuja herança ainda é observável no cotidiano.

A questão social, no contexto da Europa ocidental, é geneticamente vinculada ao aparecimento de um novo sujeito político – o proletariado – após um processo revolucionário. O movimento reivindicatório operário expressa a consciência de classe adquirida em determinado momento histórico e que possui como marco histórico-analítico o ano de 1848. No processo da busca de novas alternativas de sociedade, aprimora-se a teleologia dos movimentos proletários e lutas populares europeias (BARROCO, 2010). Pelo seu potencial emancipatório, as forças conservadoras antiburguesas do chamado Antigo Regime – e aqui também se considera a Igreja Católica – e a burguesia industrial dão-se as mãos por um objetivo comum: manter a ordem e preservar a propriedade privada, silenciando as lutas políticas proletárias. Sinteticamente, a aliança aristocrática-industrial é derivada do proletariado como sujeito político.

Os representantes do pensamento conservador, portanto, dão conta de moralizar a questão social e buscam respostas estratégicas por meio do Estado capitalista e da Igreja Católica (BARROCO, 2010). A *Encíclica Rerum Novarum*, no âmbito da Igreja Católica, é o documento-base para mobilização pela recristianização da sociedade e reafirmação dos ideais católicos que haviam distanciado-se da classe trabalhadora com a emergência do modo capitalista de produção, tais quais: a preservação da família tradicional, o papel da mulher, a harmonização da sociedade como obra divina e a aceitação da desigualdade. Por outro lado, o

Estado tem por objetivo também moralizar a questão social por meio da busca do consenso e do controle social. O proletariado exige um redimensionamento das funções do Estado devido à incapacidade do capital de prover o mínimo para a satisfação das necessidades da população. O Estado burguês, portanto, institui direitos e garantias para a população e contraditoriamente atende às necessidades da classe trabalhadora e do capital, incorporando demandas e sendo reconhecido como instituição representativa e neutra da sociedade. Em síntese, o reconhecimento da questão social na Europa via políticas sociais que amenizem as contradições é uma reforma pós-revolução burguesa contra a ameaça do desenvolvimento político do proletariado e com isso da possibilidade real de materialização de um projeto socialista revolucionário.

A moral conservadora – e a moralização da questão social – é o aparato onde o Estado vai se apoiar para ser reconhecido como legítimo e intervir sistematicamente na realidade por meio de políticas sociais, controlando as classes, articulando coesão e consenso. O Estado subordina a população à sua tutela e aos benefícios e, no seu papel de subordinados, os sujeitos são tratados com discriminação e responsabilizados pelas suas condições, além de terem suas lutas despolitizadas e neutralizadas. Dessa forma, progressivamente o Estado individualiza as expressões da questão social – supondo a descoletivização das pautas classistas – e as toma como situações de cunho moral, que podem ser individualmente resolvidas. O tratamento moral da questão social na Europa é, portanto, uma resposta político-ideológica de diferentes forças sociais conservadoras, o Brasil possui particularidades em relação a este contexto (NETTO, 1992).

No entanto, mesmo que em maior ou menor medida, as duas instituições que chamam a presença de pessoas qualificadas para a intervenção na vida social da classe trabalhadora – e aqui as protoformas do Serviço Social – sejam a Igreja Católica e o Estado, cujos pilares eram a caridade e a repressão, tal colocação não é suficiente para transpô-la diretamente na realidade sócio-histórica do Brasil. De acordo com análise realizada por Souza (2017), amparado em Ferreira e Botelho (2010), é consenso que existe o que se optou por chamar de “conservadorismo à brasileira”, isto é, uma espécie de confluência de determinações ideológicas herdadas do passado colonial e escravista, com princípios e valores (ordem, autoridade, disciplina, hierarquia, meritocracia, entre outros) sistematizados em teorias e em pedagogias nas relações de trabalho e religiosas cuja função social e desdobramentos efetivos redundam, sobretudo, em tendências antidemocráticas e contrárias à noção de conquista de direitos dos trabalhadores, cujos traços basilares de exploração econômica nos moldes

capitalistas possuem subordinação extraeconômica, isto é, de cunho ético-moral racista, machista e xenofóbico (SOUZA, 2017).

A abolição da escravatura, apenas formal, e a proclamação da República, por um golpe militar, no final do penúltimo decênio do século XIX, também não chegaram a abalar as estruturas arcaicas do passado colonial. O propósito de modernizar a sociedade brasileira através da industrialização e de um esforço educacional, alimentado pelos primeiros republicanos, permaneceu apenas embrionário, com limitados resultados práticos. No jogo de forças, os interesses dominantes do latifúndio rural acabaram por prevalecer, em detrimento do país e da população. Mais uma vez, a maioria do povo foi esquecida, marginalizada, lograda. [...] Dos preconceitos básicos em relação ao clima e à cor decorriam os demais, tais como: de inferioridade do negro, do índio e dos elementos de cor em geral; da incapacidade hereditária dos mestiços, portadores de taras resultantes de uma miscigenação degenerativa; de preguiça invencível; de incapacidade de trabalho regular e disciplinado, de esforço continuado e construtivo, de apropriação de técnicas modernas e de industrialização; [...] de incapacidade de organização política e inaptidão para o exercício da democracia [...] (BRUM, 1998, p. 160-161)

Se a formação sócio-histórica brasileira é diversa em relação à Europa ocidental, evidentemente as consequências ideológicas – e aqui se entende a moral conservadora pré-capitalista brasileira – das classes dominantes devem ser apreendidas de acordo com sua singularidade. Diferentemente da Europa, onde o capitalismo emergiu por meio de uma classe revolucionária que rompeu com o regime instituído, tanto no campo das ideias, quanto no campo da materialidade, provocando recusas à nova configuração do Estado e da economia, o exemplo brasileiro se deu de forma distinta:

[...] a formação do "conservadorismo à brasileira" emerge em um contexto histórico marcado por um racismo enraizado que atinge também as instituições, resultante da exploração secular do trabalho escravo e pelo tardio estabelecimento de relações tipicamente capitalistas. Trata-se de uma transição capitalista sem a mediação de um processo revolucionário "clássico" e sem um corte profundo e definitivo com as formas pré-capitalistas, ou extraeconômicas, de subordinação do trabalho ao capital. As formas de exploração extraeconômicas no Brasil são bastante variadas. Dependem da atividade econômica e da região. É possível, no entanto, destacar algumas mais frequentes: o mando, resultante político e cultural do poder econômico conferido pela concentração de riquezas e propriedades acumuladas pelas camadas mais altas das classes dominantes locais; o endividamento (econômico ou "de honra"), que gera relações de dependência pessoal e tutela; a troca de favores, que se revela como "dívida" a ser paga mediante a submissão do trabalhador aos interesses dos "patrões", entre outras. (SOUZA, 2017, p. 2017)

Ao compreender a origem, é possível destacar que o “conservadorismo à brasileira” difere dos traços centrais da transição europeia para a era do capital e os representantes do conservadorismo não são, nem em um primeiro momento, semelhantes aos representados pelo discurso burkeano, ou seja, os conservadores brasileiros não carregam consigo uma moral saudosista, aristocrática e feudal, mesmo que possivelmente muito agradaria o precursor do

conservantismo. O Brasil, na condição de colônia portuguesa por mais de três séculos, muito contribuiu para o desenvolvimento capitalista europeu – vide o mercantilismo e a exploração de recursos naturais em proveito do comércio europeu expostos no Capítulo 2. No entanto, mesmo a classe dominante aqui era subalterna em relação à dominação europeia e, nesse contexto, não há saudosismo das elites, visto que a independência e a proclamação da república permitiram com que o poder político permanecesse nas mãos dos senhores de terra e o poder econômico, nas mãos destes e de comerciantes de escravos, de importação de produtos manufaturados e responsáveis pela exportação agrária (BRUM, 1998).

Esse é o cenário da conformação do pensamento conservador brasileiro, que dentre diversos aspectos, muito acompanhará o *complexo de vira-lata* presente ainda na contemporaneidade:

[...] aprendemos a valorizar e admirar o alheio, o que é estrangeiro, e menosprezar o que é nosso, inclusive a nós próprios, chegando a ter vergonha de nós mesmos. Igualmente, acreditávamos ser incapazes, no campo econômico, de viabilizar um processo industrial próprio, [...] no campo econômico. [...] [e] condenados à dependência cultural: importação de filosofias, ideias, ideologias, ciências, tecnologia, literatura, arte, sistemas políticos, educacionais etc. (BRUM, 1998, p. 162)

O caráter dependente com relação às grandes potências externas e, internamente, de subalternização da grande massa popular, se dá por meio da preservação das relações sociais colonialistas e de “repressão preventiva” à classe empobrecida e propensa à exploração extraeconômica, amparada em ódio de classe, ódio este étnico-racial, de gênero e intolerante a tudo que dele deriva: às religiões de cunho africano, à inserção da mulher na vida pública, à responsabilização e marginalização do *diferente*. A modernização capitalista, bem como a proclamação da república, portanto, são frutos não da derrubada do país agrário em detrimento de uma elite industrial: a reforma veio pelo alto e o domínio político – até Getúlio Vargas – permaneceu, mesmo após a independência, à desescravização da mão-de-obra, à proclamação da república e as conformações dos complexos urbanos, com os grandes proprietários de terras e de escravos, adaptando a estrutura agrária ao capitalismo “pelo alto³⁷”, sem chances de participação popular, tal qual preconizado por Edmund Burke. Nesse sentido, cabe resgatar a passagem do autor presente nesta monografia:

³⁷ O que se quer dizer não é que a classe popular não tenha resistido, mas que os arranjos da elite que operava as reformas e, com cerca de 80% da população analfabeta e herdeira da escravização indígena ou negra, a capacidade político-organizativa da classe subalternizada ficou restrita a episódios isolados violentamente reprimidos pelo Estado e pela classe dominante. (BRUM, 1998)

[...] aqueles que tentam se libelar nunca igualam. Em todas as sociedades, consistindo em várias categorias de cidadãos, é preciso que alguma delas predomine. Os niveladores, portanto, somente alteram e pervertem a ordem natural das coisas, sobrecarregando o edifício social ao suspender o que a solidez da estrutura requer que seja posto no chão. (BURKE, 2014, apud SOUZA, 2016, p. 364)

Assim, a classe detentora de poder e riqueza criou para si o aparelho do Estado, dentro de suas diretrizes ideológicas repressivas para a preservação “da ordem”. A passagem do Brasil colônia para o Brasil república poderia ser muito apreciada pelo conservadorismo de matriz burkeana: não há, no cenário brasileiro, a visão dicotômica do período revolucionário burguês na Europa. A transição ocorre sem a separação de setores agrários – atrasados – e burgueses – modernos; portanto, não existem grandes conflitos entre os diferentes setores de exploração da classe subalterna e a união foi *preventiva* e não *decorrente* das tentativas de protagonismo das camadas populares. Em síntese, a “[...] aristocracia e burguesia se fundiram no novo modo de dominação por meio de laços políticos, econômicos e, não menos importantes, de mentalidades - ou seja, culturais” (FERNANDES, 2014, p. 235 apud SOUZA, 2016, 226), com influência do positivismo como método, incorporando experiências europeias trazidas ao Brasil pelo costume de os filhos dos senhores de terra estudar na Europa, principalmente na França, a matriz cultural brasileira.

A conformação sócio-histórica da sociedade brasileira, sua composição de classes, não emerge, portanto, do rompimento, mas da condensação de diferentes ordenamentos que transitavam no Brasil republicano. O “pensamento conservador à brasileira” não é senão um discurso ideológico da consciência de classe dos setores potencialmente dominantes que, a partir de uma coalizão – planejada ou não – que reproduz, até a atualidade, categorias funcionais aos discursos tanto católico, quanto burkeano e, ainda, funcional-positivista: o autoritarismo, a hierarquia, a preservação da ordem, o desprezo pelas camadas populares.

[...] o "conservadorismo à brasileira" surge em condições históricas de profunda desigualdade social, nas quais as tarefas das classes dominantes não são as da restauração de um passado longínquo, mas a manutenção e ampliação das condições que permitem seu domínio e hegemonia de classe sobre os trabalhadores. [...] os resultados sociais dessa ideologia no Brasil redundam em uma cultura política que menospreza a monumental desigualdade que marca a nossa sociedade [...] porque avessa à democracia, não acredita na ação coletiva e favorece que o homem comum não leve a sério os seus iguais (SOUZA, 2016, p. 230).

Com isso, há que se compreender que as elites coloniais são também responsáveis pelo caráter particular do conservadorismo no Brasil, onde a moralização da questão social – mesmo que ainda não fosse reconhecida como tal – deita raízes e, junto a elas, agregam-se

questões particulares da passagem para a idade do capital. As reflexões até aqui encaminham a monografia ao objeto de análise: o conservadorismo no discurso de assistentes sociais no contexto do Brasil como país capitalista.

O Serviço Social, no Brasil, “[...] como profissão inscrita na divisão [sócio-técnica] do trabalho, situa-se no processo da reprodução das relações sociais, fundamentalmente como uma atividade auxiliar e subsidiária no exercício do controle social [...] da classe trabalhadora” (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014, p. 101) diante da complexificação das relações sociais³⁸, e, conseqüentemente, das entidades e empresas privadas, assim como, finalmente, do aparecimento do aparelho burocrático do Estado no cotidiano da classe trabalhadora, a demanda por uma *prática* (a caridade) antes espontânea complexifica-se e exige, para si, agentes profissionais responsáveis pela a mediação das contradições fundamentais no contexto urbano-industrial, na figura de serviços sociais garantidos por políticas sociais do Estado, que constituem o suporte material de uma ação de cunho educativo (IAMAMOTO; CARVALHO, 2014) e pelo laicato, com vistas a compartilhar a moralização da questão social, tendo em vista a busca pelo restabelecimento de sua hegemonia.

Na análise do cenário brasileiro, tomou-se a liberdade de saltar da compreensão da herança com o passado escravista colonial e agrário para o já reconhecimento do trabalho livre e assalariado na configuração de país transitando para o entendimento de que o proletariado já não era mais somente o coletivo dos desabencoados e desafortunados, demandando dos setores dominantes mais do que a repressão e coerção, ou seja, não haverá explicações acerca de como o Estado tratou a questão social como caso de polícia³⁹.

[...] a implantação do Serviço Social se dá no decorrer desse processo histórico. Não se baseará, no entanto, em medidas coercitivas emanadas do Estado. Surge da iniciativa particular de grupos e fracos de classe, que se manifestam, principalmente, por intermédio da Igreja Católica. Possui em seu início uma base social bem delimitada e fontes de recrutamento e formação de agentes sociais informados por uma ideologia igualmente determinada. A especificidade maior que reveste o Serviço Social desde sua implantação não está, no entanto, no âmbito das características que mais evidentemente o marcam. Historicamente, se localiza na demanda social que legitima o empreendimento. Se as Leis Sociais são, em última

³⁸ Aqui, se compreende que a centralidade deste processo se dá no movimento do real, onde o trabalho é o fundamento ontológico do ser social que multifacetou e transformou a vida social até no presente patamar de recorrentes coisificações das relações sociais.

³⁹ As abstrações são necessárias para que não haja o distanciamento do objeto de análise. Com isso, não está sendo negada a potencialidade do proletariado de organizar-se e propor um projeto alternativo à dominação burguesa, apenas há a opção por sintetizar o produto histórico das relações sociais no Brasil, colocando como elemento principal a gênese e institucionalização do Serviço Social. Não há, de forma alguma, o intuito de minimizar ou de simplificar irresponsavelmente os complexos processos pelos quais o país passou até o momento histórico mandatário do que hoje se reconhece como as protoformas do Serviço Social.

instância, resultantes da pressão do proletariado pelo reconhecimento de sua cidadania social, o Serviço Social se origina de uma demanda diametralmente oposta. Sua legitimação diz respeito apenas a grupos e frações restritos das classes dominantes em sua origem e, logo em seguida, ao conjunto das classes dominantes. Sua especificidade maior está, pois, na ausência quase total de uma demanda a partir das classes e grupos a que se destina prioritariamente. (IAMAMOTO, CARVALHO. 2014, p. 135-136)

Para compreender como o Serviço Social como profissão composta por mulheres de moral exemplar, institucionalizada e legitimada diante das classes dominantes e dominadas, há que se assimilar os esforços realizados paralelamente por duas diferentes organizações que oficialmente condensaram-se para garantir a sua moral conservadora, a partir da tutela do trabalhador e sua família, sistematizadas na fundação da primeira Escola de Serviço Social, em 1936, localizada na cidade de São Paulo, que atendia aos interesses de ambas as instituições: o Estado e a Igreja Católica.

Em primeiro momento, retrocede-se à Proclamação da República, em 1889, com a separação do Estado republicano da Igreja Católica. A primeira constituição, em 1891, institui a laicização estatal, sob nítida influência positivista. A Igreja Católica era seguida por mais de 90% da população quando da proclamação da república, era a religião oficial do Império do Brasil (IAMAMOTO, CARVALHO. 2014). Naturalmente, havia um vínculo estreito entre Igreja e Monarquia. Na segunda parte do século XIX, o positivismo permeou os meios intelectuais, especialmente as faculdades, a imprensa e a literatura e, consigo, a propaganda de ideais republicanos. O avanço do positivismo descristianizou as camadas intelectuais. (BRUM, 1998)

Não tardou para que a Igreja Católica se mobilizasse para a sensibilização da nação brasileira diante da perda de seus poderes e enfraquecimento de sua moralidade, visto o laicismo da educação, por exemplo⁴⁰. Nesse sentido, a mobilização do laicato não considera a questão social, apenas busca a recuperação dos privilégios da Igreja Católica. Cabe a análise de Iamamoto (2014) sobre as palavras de um grande – talvez o maior – representante da revista *A Ordem*⁴¹, Jackson de Figueredo:

⁴⁰ Mais em: IAMAMOTO, Marilda V.; CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil. Esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. São Paulo, Cortez Ed., CELATS (Lima-Perú), 1982

⁴¹ Criada em 1921, e a partir desta o Centro Dom Vital, em 1922, que se transformará no principal aparato de mobilização do laicato, [e] procuram recrutar uma aristocracia intelectual capaz de combater no plano político e ideológico as manifestações que naquele momento a Igreja considera como mais perigosas para seu domínio: o anticlericalismo, o positivismo e o laicismo das instituições republicanas. Deverá servir também de elemento de ligação entre a hierarquia e a opinião pública católica, no sentido de mobilizá-la enquanto movimento de opinião. (IAMAMOTO; CARVALHO. 2014, p. 153).

As soluções formuladas para a realidade brasileira são ortodoxalmente antiliberais e antidemocráticas. As instituições republicanas são consideradas falidas política e socialmente; defendem a necessidade de um regime forte, atribuindo ao Estado autoridade absoluta, desde que sobre influência da Igreja. Ordem e hierarquia são as condições indispensáveis para a superação da situação de crise. Sua principal palavra de ordem será a de “combater toda forma de rebelião”, coerente com o crescendo de autoritarismo e arbítrio instalado pelos últimos governos da República Velha. (IAMAMOTO; CARVALHO. 2014, p. 154-155)

No entanto, com a aceleração do processo de industrialização, o empresariado adquiriu crescente presença na sociedade brasileira, inclusive na vida política. O poder, que era hegemonicamente do latifúndio, passou a ter seu espaço ocupado pela burguesia industrial, mesmo que não tivesse rompido com os senhores de terras; a industrialização acelerou a urbanização e a também a organização do movimento operário, a organização do Partido Comunista do Brasil – PCB (1922) e os sindicatos. A questão social, a esta altura, já se levantava e avançava com o expandir da indústria, com o aumento do número de operários em situações insalubres e com as condições humanas de vida, não podendo mais tratá-la unicamente pelo viés repressivo e policialesco (IAMAMOTO; CARVALHO. 2014).

Daí, um divisor de águas: o movimento político-militar de 1930. Como já é sabido, o fim da década de 1920 é marcado por um período de decadência da República Velha, com o esgotamento de um sistema político calcado na economia cafeeira. Com a crise de 1929, o Brasil, país dependente, vê a aceleração das contradições próprias do sistema capitalista e, progressivamente, a supremacia burguesa ligada ao complexo cafeeiro passa a desintegrar-se e enfraquece-se a ligação genética entre a classe dominante e as representações políticas dela advindas. Diante do esfacelamento do poderio econômico, em 1930, o governo é assumido por Getúlio Vargas (IAMAMOTO; CARVALHO. 2014).

Mesmo com funções aparentemente dicotômicas, o Estado e a Igreja, nas figuras de representantes do pensamento conservador no Brasil, é possível concluir que, a partir do fim da República Velha, a coalizão era uma solução viável para a intervenção de ambos na vida social. Por um lado, a Igreja abre mão de seu papel contemplativo e passa a buscar ativamente espaços de controle social e ideológico, a fim de receber amplo apoio da sociedade civil. O governo, por sua vez,

[...] desde o início tomará a atitude de procurar atrair a solidariedade e o apoio da “valiosa força disciplinadora da Igreja” e de resguardar seus campos privilegiados de intervenção, delimitando áreas de influência. As primeiras medidas que envolvem seu relacionamento com a Igreja dirão respeito, respectivamente, a tornar facultativo o ensino religioso nas escolas públicas – há longo tempo reivindicado pela hierarquia – e a proibir a propaganda religiosa nos novos sindicatos. Esse período corresponderá, assim, a uma situação de ambiguidade, em que Igreja e Estado,

unidos pela preocupação comum de resguardar e consolidar a ordem e a disciplina social, se mobilizarão para, a partir de distintos projetos corporativos, estabelecer mecanismos de influência e controle a partir das posições da sociedade civil que o regime anterior não fora capaz de preencher. A Igreja se lançará à mobilização da opinião pública católica e à reorganização em escala ampliada do movimento católico leigo. Será também nesse período que a intelectualidade católica formulará um projeto de cristianização da ordem burguesa, para “reorganizá-la sob o imperativo ético do comunitarismo cristão”, exorcizando seu conteúdo liberal. (IAMAMOTO; CARVALHO. 2014, p. 166)

Assim, a partir de 1932, o movimento católico teve como principal influência das encíclicas *Rerum Novarum* (1891) e *Quadragesimo Anno* (1931), visando formular uma via cristã propositiva para garantir o progresso e a justiça social. A sociedade é vista como um todo orgânico e natural e se, os indivíduos existem naturalmente e graças ao poder divino, há que se buscar a coesão e a harmonia da sociedade. Para a Igreja, o Estado exerce papel soberano, mas a moral e os bons costumes pregados por ela são freio e orientação para as ações estatais, sendo de ambas as instituições a responsabilidade por intervir nas expressões da questão social. Nesse sentido, a Igreja reconhece e legitima a intervenção do Estado, como, por exemplo, na legislação sobre o trabalho, enquanto empenha-se em difundir a moral conservadora católica. Assim, ambas se uniam em pontos comuns: a contrarrevolução e a ordem, tal qual expresso no Capítulo 2, quando da semelhança do funcional-positivismo (mesmo que com pretensão laica) e da proposta da Doutrina Social da Igreja.

[...] se a este [ao Estado] cabe, em nome do bem comum, regular a propriedade privada e tutelar os direitos de cada um, em especial daqueles que necessitam de amparo, não poderá ignorar os direitos naturais dos grupos sociais. [...] À Igreja Católica, através do apostolado de seu movimento laico, caberá a tarefa de reunificação e recristinização da sociedade burguesa por intermédio da ação sobre as corporações e demais grupos básicos [...]. Deverá, portanto, abandonar sua passividade por uma atividade [...] para recuperar o proletariado, livrando-o das lideranças perturbadoras [leia-se: sindicalismo, socialismo]. [...] A questão não estará, pois, apenas na formulação de uma política compreensiva para as classes exploradas. Será necessário harmonizar as classes em conflito e estabelecer entre elas relações de verdadeira amizade. Acima da regulamentação jurídica do Estado laico deverá prevalecer o comunitarismo cristão. (IAMAMOTO; CARVALHO. 2014, p. 169)

Com o largo processo de industrialização brasileiro, é apresentado um modelo mais ofensivo por meio do movimento católico laico. Nas vilas operárias e até dentro das fábricas, o clero é bastante presente. Entretanto, a presença do clero não era suficiente para que a moral cristã atingisse toda a parcela da população deixada à deriva, tampouco para conformar a naturalização da sociedade que ignora a inerente contradição entre capital e trabalho. Para tanto, a Igreja Católica aposta na organização da juventude católica para atuar junto à classe

operária, em um verdadeiro militância: JOC (Juventude Operária Católica); JUC (Juventude Universitária Católica); JEC (Juventude Estudantil Católica); JIC (Juventude Industrial Católica); JFC (Juventude Feminina Católica), entre outras (IAMAMOTO; CARVALHO. 2014).

A Doutrina Social da Igreja, portanto, seria responsável por enfraquecer os movimentos sociais e desorganização dos trabalhadores, promovendo assistencialismos organizados com apoio patronal e estatal, contrapondo a ideia de sindicalismo autônomo e possibilitando o afastamento do pensamento socialista revolucionário presente no proletariado, garantindo simultaneamente a defesa intransigente da família tradicional e da propriedade, funcional também ao aparelho do Estado, por garantir a ordem e a hierarquia, enquanto o Estado buscava ampliar a geração de empregos através da expansão industrial. Com isso, ambos – a Igreja e o Estado – buscavam integrar o proletariado e as massas populares despossuídas à moderna sociedade brasileira.

Nesse contexto, percebe-se o que hoje se reconhece como a gênese do Serviço Social: uma prática organizada que, a partir de ligas e associações e, posteriormente, unificada em uma Confederação Católica, cujo objetivo era centralizar politicamente e dinamizar os primeiros embriões do apostolado laico na figura feminina, visando atender e atenuar determinadas sequelas do desenvolvimento capitalista. Será, portanto, a partir dessas primeiras organizações que desenvolverá o Serviço Social institucionalizado.

Em 1932, incentivado e controlado pela Igreja Católica, com o objetivo de dar mais rendimento às iniciativas e obras promovidas pela filantropia da burguesia paulista e dinamizar a mobilização do laicato, surge o Centro de Estudos e Ação Social de São Paulo – CEAS. O intuito dessa instituição é chamar o laicato para aprofundar seu conhecimento acerca da Doutrina Social da Igreja e, por meio do CEAS, as mulheres da classe trabalhadora eram chamadas para aulas de tricô, higiene, bons costumes, etc., possibilitando maior divulgação dos princípios da ordem social cristã, idealizando que a mulher – branca e de elite – tinha legitimidade para agir com superioridade e tutela para com o proletariado, visto que estas eram moças moralmente admiráveis: católicas, brancas, com acesso ao ensino, representantes da justiça social e dispostas a lutar contra forças subversivas como comunistas, que desafiam a ordem moral e social. O CEAS é extremamente funcional à proposta nacionalista e populista de Getúlio Vargas, que conciliava interesses do capital e do trabalho, porque especializava o confessionalismo neotomista. Considerava o governo que nem trabalhadores, com sua proposta socialista, nem os empresários, com sua proposta ultraliberal, tinham experiência e maturidade para dispensar a tutela do Estado. Na linha do reformismo

(lembrando que o reformismo é a extensão do pensamento conservador quando do aparecimento do proletariado), equilibrava os interesses de empresários e trabalhadores. Concedia favores aos empresários, desenvolvia a indústria de base e garantia aos trabalhadores proteção legal, a exemplo da instituição do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação e Saúde (BRUM, 1998).

Já em 1935 foi criado o Departamento de Assistência Social do Estado e, em 1936, é fundada pelo CEAS a Escola de Serviço Social de São Paulo, a primeira escola de Serviço Social do Brasil. A Escola é um marco, pois significa não mais uma iniciativa exclusiva do movimento católico laico, visto que é regulamentada pelo Estado e, agora, possui face técnica, especializada, com o intuito de tornar, progressivamente, o Serviço Social uma atividade institucionalizada e legítima no marco da divisão sócio-técnica do trabalho, mesmo que moralmente ainda permanecesse vinculada ao apostolado católico. A partir das escolas, abre-se um processo de “mercantilização” da força de trabalho das portadoras daquela formação técnica especializada, que se traduz na sua transformação em força de trabalho que pode ser comprada. A demanda do Estado e a mercantilização do ensino permitiu uma vasta possibilidade de exercício profissional dos assistentes sociais. Durante a fase de gênese, o Serviço Social funcionava como veículo de doutrinação e propaganda do pensamento conservador da Igreja, propondo-se a remediar as *patologias sociais* dos indivíduos e das coletividades; no que tange a um entendimento mais amplo da sociedade, o discurso é catequizante e infundado, diferentemente do que se observa no pensamento conservador organizado por meio do método sociológico conservador. Com a necessidade de ações de maior alcance que as puramente derivadas da ação social católica,

[...] a caridade passa a utilizar os recursos que a ciência e a técnica lhe oferecem; mobiliza, além dos sentimentos, a inteligência e a vontade para o serviço da pessoa humana. O Serviço Social representa uma evolução dos antigos métodos, favorecida pelas descobertas científicas, pelo desenvolvimento dos estudos sociológicos e, principalmente, pela intensidade e complexidade dos problemas sociais presentes. Isso o distingue das antigas formas de assistência. [...] Para conseguir tal objetivo [adaptação do indivíduo ao meio e do meio ao indivíduo], é necessário um conhecimento real quer do homem, quer de seu meio, sob todos os aspectos: material, econômico e moral, o que dificilmente pode ser adquirido fora de um aprendizado especial. [...] Essa evolução nos métodos de assistência, passou a exigir também daqueles que a ele se dedicam um preparo adequado e metódico, e é o que justifica o aparecimento das escolas de Serviço Social. (IAMAMOTO; CARVALHO. 2014, p. 212-213)

Com o referido preparo técnico, os/as assistentes sociais passam a observar a sociedade e sua prática é muito semelhante ao preconizado por Comte e Durkheim: a melhor

forma de enfrentar um problema é compreendê-lo. Essa compreensão, portanto, é derivada da observação e experimentação empírica, sem a apreensão da historicidade, da totalidade e da contradição da sociedade que demandavam mediações, conforme proposta pela teoria social crítica de Marx. A concepção de homem e de mundo é, ainda, muito ligada à visão católica – e, conseqüentemente, conservadora – e suas técnicas derivadas do positivismo/funcionalismo – também já suficientemente estudado e, diante do estudo, explicitado como métodos sociológicos conservadores. Quanto maior a aproximação empírica dos problemas sociais, maior a possibilidade interventiva dos/das assistentes sociais em situações *patológicas*, ou seja, os/as assistentes sociais são autorizados (porque profissionalizados) para intervir diretamente no ajustamento da formação moral, intelectual e social da família a partir de uma ação educativa.

Vale ressaltar que para além da sua institucionalização, é na década de 1940 que o Estado passa a incorporar assistentes sociais as suas políticas e serviços, sobretudo as que aparecem ligadas a manutenção e controle da força de trabalho. Pode-se compreender então, a partir de discussões levantadas por Netto (2011), que com a consolidação da fase monopolista do capital, o Estado aparece como o grande empregador e, por conseguinte, legitimador do Serviço Social. Nesta fase, o Estado amplia seu espaço de intervenção na sociedade, passando a incorporar as lutas da classe trabalhadora e a incentivar o empresariado, utilizando-se das políticas sociais como instrumentos capazes de garantir a manutenção, a ordem e a legitimidade burguesa, bem como o progresso econômico e o controle do fantasma do comunismo que rondava as fábricas.

Conclui-se que se até a década de 1940, o solo da gênese do Serviço Social esteve na formação prática de mulheres ligadas à classe dominante católica e conservadora. Com a instituição do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI (1942), do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC (1942), do Serviço Social da Indústria – SESI (1946) e do Serviço Social do Comércio – SESC (1946), a prática espontânea baseada exclusivamente da Doutrina Social da Igreja passa a chamar um grande contingente profissional para atuar no próprio aparelho do Estado, com direcionamento e aparato técnico-operativo, mercadologizando o/a profissional de Serviço Social e chamando-o/a para conhecer a realidade da população usuária dos serviços sociais por meio de processos empíricos (apropriando-se da metodologia de caráter científico próprio do método positivista/funcionalista) para agir como um educador.

O primeiro Código de Ética do assistente social, em 1947, expressa a adesão dos profissionais aos princípios da Igreja Católica, com orientação filosófica neotomista, isto é,

defendendo o “caminho do bem”, considerando a sociedade como um todo imutável. O Código de Ética, portanto, era um documento que continha princípios do caminho do bem que o assistente social deveria seguir para evitar o mal para si e para a sociedade. No Código, o profissional deveria “manter uma atitude honesta, correta, procurando aperfeiçoar sua personalidade e dignificar a profissão” (ABAS, 1947, p. 2 apud GUEDES, 2016, p. 33), além de “inspirar-se na caridade cristã” (ABAS, 1947, p. 2 apud GUEDES, 2016, p. 34).

A certeza de uma perspectiva doutrinária impunha, portanto, aos assistentes sociais, escrever no Código de Ética que o dever fundamental dos assistentes sociais consistia em: cumprir os compromissos, respeitando a lei de Deus, os direitos naturais do homem, inspirando-se, sempre em todos seus atos profissional, no bem comum e nos dispositivos da lei, tendo em mente o juramento prestado diante do testemunho de Deus. [...] Ideário para uma organização política, supostamente centrada em ideais de solidariedade, o bem comum, na fundamentação neotomista, era também o ponto de convergência entre vontades empenhadas na reversão de condições materiais precárias e rotinas de organização da família e do trabalho, interpretadas como contrárias à preservação da pessoa humana. Inscrevê-lo, portanto, no Código de Ética como uma fonte de inspiração para as ações profissionais dos assistentes sociais e, ainda vinculá-lo ao respeito às leis, *ratifica a adesão dos assistentes sociais à idealização de reformas sociais para a manutenção da ordem social* (GUEDES, 2016, p. 33, grifos nossos).

Contraditoriamente, mesmo que tenha a profissão sido constituída passivamente por mulheres da classe dominante que, por meio da vocação ampliava a influência da moral conservadora católica no cotidiano das camadas populares, não significa que esta tenha ocupado-se permanentemente o papel a-político. É na década de 1960 que os/as profissionais iniciam um processo de organização política e de questionamento à postura do Serviço Social diante crise do nacional-populismo que culminou na ditadura autocrática-burguesa (NETTO, 2014) que adentrou os anos 60 do século XX perdurou até a década de 1980.

É a partir do regime ditatorial-militar que o Serviço Social encaminha seus processos de revisão da profissão, onde, ao findar seu caminho, reafirmaria seu conservadorismo moral ou a conduziria ao questionamento crítico da condição de pobreza da população atendida. No próximo momento, apresenta-se o esforço de ruptura com o pensamento conservador preconizado por parte da categoria profissional e, finalmente, a reconfiguração do Serviço Social consolidando um Projeto Ético-Político vinculado a um projeto societário classista.

3.2 ROMPIMENTO COM O CONSERVADORISMO, PROJETO ÉTICO-POLÍTICO E A DEFESA DE UM NOVO PROJETO SOCIETÁRIO

O Serviço social brasileiro emerge e se institucionaliza a partir de heranças ideológicas das classes dominantes do período colonial, da República Velha e, principalmente, por parte do novo formato urbano-industrial com a forte presença do Estado, sendo, por boa parte da sua história, chamado a intervir pela classe dominante – e aqui a Igreja Católica e o Estado. Neste período, como pôde ser observado, foi marcante a presença de valores típicos do conservadorismo europeu adaptado ao cenário brasileiro, com elementos tanto do pré quanto do pós-1848 na Europa, especificamente porque prezavam pela ordem e por se configurarem como contrarrevolucionários, daí a funcionalidade do arranjo técnico-doutrinário aos setores da sociedade burguesa mandatários do Serviço Social. O esforço por parte da categoria profissional de repensar o Serviço Social só é identificado na conjuntura do final da década de 1950 e primeira metade da década de 1960 (OZANIRA, 2011).

Em toda a América Latina, o referido período foi de efervescência de manifestações políticas, devido aos movimentos político-revolucionários que, inclusive, foram bem sucedidos, como no caso da Revolução Cubana, provocando um grande estado de alerta por parte das forças conservadoras, com medo de que a experiência pudesse se estender por todo o território americano. No caso brasileiro, já no final da década de 50 do século XX os sindicatos urbanos já atuavam com mais independência, e os debates a respeito da crise mundial de acumulação capitalista se estendiam também, para além dos meios operários, pelo contexto estudantil, intelectual, na imprensa e até mesmo nas forças armadas (BRUM, 1998).

O período de governo de Juscelino Kubitschek (JK) foi marcado pela abertura do país ao capital estrangeiro, com a presença de transnacionais no território nacional, com relativo aumento de poder da iniciativa privada em relação ao Estado, que no período anterior, era pilar do desenvolvimento proposto por Getúlio Vargas. Com a volta do populismo, com a chapa Jânio Quadros/João Goulart, acirraram-se as contradições entre os interesses ultraliberais das multinacionais e seus beneficiários e a cada vez mais pauperizada classe trabalhadora. Disso decorria grande fermentação ideológica e, conseqüentemente, a crise e questionamento da ordem vigente. O presidente – Goulart –, ao aderir às propostas do proletariado por reformas de base (que nunca se materializaram) sofreu um golpe em 1964; golpe militar, este, evidentemente apoiado pelos Estados Unidos da América em um contexto de Guerra Fria e fruto de coalizão de militares, partidos políticos, classe média, empresariado e, claro, dos grandes herdeiros do poder: os ruralistas, redimensionando toda a estrutura estatal e, a medida contra o populismo (visto como ameaça comunista) de Jango, que perduraria até 1966, acabou por durar vinte e um anos.

Reconhecer este período é importante para que se recorde que, neste período, a questão social era enfrentada por meio dos mecanismos do Estado, e que após o suicídio de Getúlio Vargas, as políticas sociais foram relativamente colocadas em segundo plano, vista a intenção, principalmente por parte de JK, de desenvolver rapidamente a economia com o apoio do capital estrangeiro, comprometendo ainda mais a independência político-econômica brasileira. E, estando o Serviço Social inserido em contextos previdenciários, na educação – o grupo “S”, por exemplo, anteriormente exposto –, na saúde, na habitação e junto aos trabalhadores rurais, este era convidado a repensar suas práticas e fazer, ou não, a autocrítica de sua própria posição:

De um lado, o Serviço Social é cada vez mais absorvido pelo Estado, a partir do seguinte quadro de referência: objeto de intervenção profissional se configura pelas disfunções individuais e sociais; no terreno do conhecimento, a Doutrina Social da Igreja cede lugar a correntes psicológicas, principalmente a psicanálise, e a correntes sociológicas, principalmente o positivismo e o funcionalismo; os métodos tradicionais de Serviço Social de Casos e Serviço Social de Grupo sistematizam-se. A prática profissional começa a deslocar seu eixo de preocupação do indivíduo para a comunidade, dando margem à adoção de novas técnicas como reunião e nucleação de grupos. Os valores norteadores da profissão são ainda de caráter humanista e a formação profissional passa a se pautar pela busca do avanço técnico da perspectiva do ajustamento do indivíduo numa sociedade harmônica (SILVA E SILVA, 1984).

Por outro lado, um reduzido setor da categoria profissional é influenciado pelo novo posicionamento dos cristãos de esquerda, que colocam a conscientização e a politização em função das mudanças estruturais. Essa nova postura permite que se registre, no período 1960-1964, uma prática desse reduzido grupo de assistentes sociais que parte de uma análise crítica da sociedade, *percebendo as contradições e a necessidade de mudanças radicais* (AGUIAR, 1985). [...] [de] caráter político, crítico e classista, inserindo-se no contexto do desenvolvimento nacional numa dimensão macrosocietária e em função de mudanças estruturais, fazendo com que as comunidades passem a ser vistas como uma realidade constituída de forças antagônicas regidas por relações sociais de dominação; a participação passa a ser percebida como luta pela hegemonia das classes subordinadas (AMMANN, 1987). Nesse período, os assistentes sociais comprometidos com esta nova perspectiva [...] [voltaram-se] para um trabalho de alfabetização, passando para à animação popular e para um trabalho de sindicalização. Dá-se também a participação de alguns assistentes sociais nos trabalhos de cultura popular de Paulo Freire, despontando o emergir de uma prática profissional questionadora do *status quo*. (OZANIRA, 2011, p. 47-48, grifos nossos)

Qualquer análise sobre o Serviço Social e seu movimento de ruptura com o conservadorismo, principalmente quando se tem como fio condutor os Códigos de Ética profissionais, necessitam que se tenha clareza que o período militar não foi homogêneo, não tendo a mesma proposta e postura ao longo dos seus vinte e um anos. O Serviço Social, enquanto profissão inserida nas relações sociais e o assistente social enquanto trabalhador que

vende sua mão de obra para o Estado, seu maior empregador, é bastante marcado por essa conjuntura. É nesse período que sua vertente crítica é freada e renasce; é neste período que o pensamento conservador se fortalece e decai. Para tanto, os períodos da ditadura são marcados, de acordo com Ozanira (2011), da seguinte maneira:

- A. *De 1964 a 1968* – definição das bases do Estado de Segurança Nacional, com a formulação de novos mecanismos de controle e a reforma constitucional; a institucionalização do novo Estado, até quando o governo militar institui o Ato Institucional n. 5 (AI-5);
- B. *De 1969 a 1974* – o mais rígido do período;
- C. *De 1974 a 1985* – da distensão à retirada dos militares da cena política.

Nesse sentido, sendo os Códigos de Ética a orientação, ou seja, as expressões de marcos teórico-metodológicos e ético-políticos compartilhadas e construídas pela categoria profissional de assistentes sociais em diferentes períodos históricos e, conseqüentemente, com determinações objetivas que variam ao longo do tempo, os três itens expostos podem representar paralelos entre o contexto do Brasil inserido na ditadura autocrática-burguesa e o Serviço Social, tendo em vista seus três Códigos de Ética do período militar (1965, 1975 e 1986).

[...] isto [os Códigos de Ética conservadores] comprova a presença de uma luta de valores na profissão e a hegemonia do conservadorismo, apesar da existência concreta de uma oposição [minoritária, discreta]. [...] os projetos sócio-históricos postos na conjuntura brasileira na década de 60/70 [do século XX], caracterizados em função da modernização conservadora implementada pelo Estado autocrático burguês e pelos movimentos democrático-populares que, no processo de emergência e consolidação da ditadura militar, se articularam como um conjunto de forças sociais de oposição. [...] (BARROCO, 2010, p. 114)

Na tentativa de dividir e condensar sinteticamente a temática trabalhada por Barroco (2010) e Guedes (2016), se tratando da ética e dos Códigos de Ética; e Netto (2011), quando trata do Movimento de Reconceituação, houve o intuito de dividir o percurso do conservadorismo moral que permaneceu ao longo do período militar da seguinte forma: a *modernização conservadora e seu Código de Ética de 1965*, em paralelo à primeira etapa da ditadura; a *reatualização do conservadorismo e o Código de Ética de 1975*, após o período mais rígido; e a *intenção de ruptura e o Código de Ética de 1986*. Antes de aprofundar-se na temática, é importante salientar que o Código de Ética não é senão *produto* das elaborações e

indagações da categoria profissional e que o intuito desta sistematização não é mecanizar o processo histórico, ocorre apenas para fins didáticos.

A. *A Modernização Conservadora e o Código de Ética de 1965*

No período de regime militar no Brasil, o Código de Ética de 1965 reflete a tendência de o Serviço Social acompanhar o que a autocracia burguesa, estendida ao Estado, preconizando: a construção de um novo país, com a tendência de desenvolvimento; modernizando, no entanto, sem romper com o estatuto colonial, conforme exposto no item 3.1. desta monografia. Cabe a exposição de Netto (2011) sobre a vertente:

[...] [visava] adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. [...] o auge [...] sem duvidas, são os textos dos seminários de Araxá e Teresópolis [...] o núcleo central desta perspectiva é a tematização do Serviço Social como interveniente, dinamizador e integrador, no processo de desenvolvimento. [...] Sob este aspecto, ela mantém uma *direta relação de continuidade com o acúmulo profissional realizado na transição dos anos cinquenta aos sessenta; esta continuidade, no entanto, é, em si mesma, parcial e seletiva: o que se recupera do acervo anterior a 1964 exclui a vertente que concebia o desenvolvimento brasileiro como função de transformações conducentes à eversão da ordem estabelecida*. O que caracteriza esta perspectiva [...] é a nova fundamentação de que se socorre para legitimar o papel e os procedimentos profissionais. Se, neste âmbito, constatam-se reiterações da tradição, registram-se avanços inequívocos, com aportes extraídos do background pertinente ao estrutural-funcionalismo norte-americano. É o caráter modernizador desta perspectiva: ela aceita como dado inquestionável a ordem sociopolítica derivada de abril [de 1964] e procura dotar a profissão de referências e instrumentos capazes de responder às demandas que se apresentam nos seus limites [...] (NETTO, 2011, p. 154-156, grifos nossos)

Na análise do Serviço Social neste período, destaca-se como uma de suas tendências o cientificismo. Ou seja, as necessidades do movimento de reprodução do capital, nos marcos da autocracia burguesa, impunham ao Serviço Social o aprimoramento dessas bases científicas. (GUEDES, 2016) No Código: “o Serviço Social adquire no mundo atual uma amplitude técnica e científica, impondo aos membros da profissão maiores encargos e responsabilidades” (CFAS, 1965, p. 1 apud GUEDES, 2016). O Serviço Social não é mais uma idealização confessional vinculado à amenização do conflito de classes; agora é parte do ideário desenvolvimentista e, entre suas atribuições está o estímulo à participação no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais (CFAS, 1965).

Ainda, pode-se compreender este período como uma extensão do que já ocorria predominantemente na própria profissão – na sua vertente conservadora –, de acordo com a nova posição da Igreja Católica, que passa a buscar conciliar a técnica e a ciência com a perspectiva cristã; cabia, agora, redimensionar suas tarefas e afirmar o capitalismo. Assim, o posicionamento a favor da cientificidade e do desenvolvimento solidário e harmônico do Serviço Social tem raízes, principalmente, no conservadorismo moderno – em especial no funcionalismo durkheimiano (GUEDES, 2016). O/a assistente social, portanto, é um trabalhador – do Estado ou das entidades privadas – com formação técnica-científica para contribuir com o projeto desenvolvimentista que visa o bem comum e a justiça social: “o assistente social deve interessar-se por todos os grandes problemas sociais, dentro da perspectiva da realidade brasileira, colaborando com seus recursos pessoais e técnicos para o desenvolvimento solidário e harmônico do país”. (CFAS, 1965, p. 4 apud GUEDES, 2016)

Como herança de um caldo minimamente progressista, o Código de Ética de 1965 representa um avanço com relação à diversidade: “[...] o/a assistente social tem o dever de respeitar as posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade, prestando-lhes os serviços que lhes são devidos [...]” (CFAS, 1965, p. 1), mas sem deixar de lado o conservadorismo que lhe é próprio: “zelar pela família, grupo natural para o desenvolvimento da pessoa humana e base essencial da sociedade, defendendo a prioridade dos seus direitos e encorajando as medidas que favoreçam a sua estabilidade e integridade” (CFAS, 1965, p. 2 apud GUEDES, 2016).

B. *A Reatualização do Conservadorismo e o Código de Ética de 1975*

Em meados da década de 1970, de acordo com Netto (2011), a vertente modernizadora perde sua hegemonia e duas tendências se antagonizam: a vertente de reatualização do conservadorismo e a intenção de ruptura. A reatualização do conservadorismo

[...] trata-se de uma vertente que recupera os componentes mais estratificados da herança histórica e conservadora da profissão, [...] repudiando [...] a tradição positivista e as referências conectadas ao pensamento crítico-dialético, de raiz marxiana. [...] Assim, a lógica do “terceiro caminho” parece impor-se natural e facilmente: não é por um mero acaso que a reatualização do conservadorismo reclama expressamente uma inspiração fenomenológica. Enfim, [...] essa perspectiva [...] se beneficia de todo um acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldados no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da ajuda psicossocial. O extremo

conservantismo desta perspectiva não reside apenas no seu referencial ídeo-cultural [...] antes, ela é perceptível no embasamento “científico” com que se constrói a relação do Serviço Social com seus “objetos” [...] (NETTO, 2011, p. 157-158)

Nesse período, de acordo com Guedes (2016), especificamente por volta de 1975, parte do Serviço Social se aproxima do entendimento da prática profissional como ajuda e, sem considerar as demandas sócio históricas da que recaem sobre os indivíduos e a própria profissão. Preocupavam-se em oferecer aportes teóricos aos assistentes sociais pudessem interpretar e compreender as necessidades do usuário (na época, “cliente”). Assim, esta perspectiva orienta-se pela busca por explicação do “problema” do indivíduo, sem questionar as estruturas sociais e concentrando-se excessivamente na subjetividade do indivíduo, a responsabilização individualizada da população atendida. Em síntese, os/as assistentes sociais da fenomenologia entendiam que “o homem constrói sua existência através de suas decisões, cabendo apenas a ele superar os limites da situação que vive, devendo o profissional respeitar suas decisões” (GUEDES, 2016).

[...] ao conceder um relevo destacado às dimensões da subjetividade, ela atende às requisições fortemente psicologistas que surgem em amplos estratos profissionais cujo desempenho está travejado por um eticismo abstrato. [...] se beneficia de todo um acúmulo ainda vigente de expectativas, historicamente respaldadas no desempenho tradicional dos assistentes sociais, referentes ao exercício do Serviço Social fundado no circuito da ajuda psicossocial. O extremo conservantismo desta perspectiva não reside apenas no seu referencial ideocultural [...]; antes, ela é perceptível no embasamento “científico” com que se constrói a relação do Serviço Social com seus objetos [...] onde, em nome da compreensão, dissolvem-se quaisquer possibilidades de uma análise rigorosa e crítica das realidades macrossocietárias e, derivadamente, de intervenções profissionais que possam ser parametradas e avaliadas por critérios teóricos e sociais objetivos. (NETTO, 2011, p. 158)

Ao mesmo tempo em que permanece conservador, o Código de Ética de 1975, segundo Barroco (2010), suprime pontos expressos no Código de Ética de 1965 como o respeito aos princípios democráticos, a luta pelo estabelecimento de uma ordem social justa e o respeito às posições filosóficas, políticas e religiosas daqueles a quem se destina sua atividade (CFAS, 1965). Em contrapartida, foi acrescido ao Código: “[...] obedecer aos preceitos da lei e da ética [...] respeitar a política administrativa da instituição empregadora [...] zelar pela família [...]” (CFAS, 1975, p. 14 apud GUEDES, 2016).

O Código de Ética de 1975 reconstrói o conservadorismo tradicional, com elementos do pensamento conservador romântico, vista a demasiada importância dada à hierarquia, a negação da diversidade e do pluralismo, se dizendo nova, mas repudiando tanto a tradição marxista – o que já é de praxe para o pensamento conservador – quanto a tradição positivista e “o faz com um verniz de modernidade ausente no anterior tradicionalismo profissional, à base das mais explícitas reservas aos limites dos referenciais de extração positivista” (NETTO, 2011, p. 157). Reatualiza-se o arcaico como o “terceiro caminho” a partir da fenomenologia.

C. *A Intenção de Ruptura e o Código de Ética de 1986*

De acordo com Netto (2011), a terceira direção identificada no Movimento de Reconceituação da profissão é a intenção de ruptura (com o Serviço Social tradicional), que apoiou-se em suportes teóricos e metodológicos de inspiração marxista, remetendo a profissão à consciência de sua inserção na sociedade de classes contraditórias e antagônicas.

Na sua evolução e explicitação, ela recorre progressivamente à tradição marxista [...] e revela as dificuldades da sua afirmação no marco sociopolítico da autocracia burguesa: sua emergência inicial [...] na primeira metade da década de setenta [o método B.H.] permaneceu por longos anos um signo isolado. À medida que avança a crise da ditadura, e o “marxismo acadêmico” [...] se desenvolve, ela se adensa, sobretudo enquanto padrão de análise textual; quando a autocracia burguesa entra na defensiva e se processa a transição democrática, ela empolga vanguardas profissionais [...] (NETTO, 2011, p. 159)

Mesmo que já estivesse presente desde a década de 1960, é somente na década de oitenta que a construção do projeto profissional é fortalecida, devido às lutas democráticas e pela reorganização política dos trabalhadores e dos movimentos sociais, chamando atenção para a luta sindical, a organização da categoria em torno do grupo CFESS/CRESS e da inserção da categoria em formação no movimento estudantil (ABRAMIDES, 2016). Dessa forma, com a participação cívica e política dos profissionais, aliada à maior liberdade de debate e acesso às obras marxistas e marxianas, este contexto permite um debate mais contundente e um consequente redirecionamento do Serviço Social.

É a partir da intenção de ruptura, favorecida pelo enfraquecimento da ditadura militar, que o *compromisso com as classes trabalhadoras* desponta como *valor ético-político central*, favorecendo a reformulação do Código de Ética, desta vez orientado a romper com o histórico

conservadorismo do Serviço Social (BRAZ, 2009) Não há que se esquecer, ainda, do III CBAS, o Congresso da Virada, quando a categoria, de forma organizada, virou a página da história do Serviço Social brasileiro ao não considerar, na mesa de abertura, os nomes oficiais da ditadura, substituindo-os aos nomes próprios da classe trabalhadora, a qual já se reconhece como parte. O III CBAS é a “expressão pública e coletiva do processo de ruptura com o conservadorismo, cuja inflexão se materializou no reconhecimento dos assistentes sociais como trabalhadores” (ABRAMIDES, 2016, p. 465).

O Código de Ética de 1986 representou grande avanço, visto que apontou a necessidade de uma nova ética profissional, que refletisse o rompimento com a visão acrítica, onde os valores eram vistos como acima dos interesses de classe. O Código de Ética de 1986, portanto, como resultado da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora, afirma seu compromisso classista, enterra o neotomismo, e busca superar a visão acrítica da história. No entanto, o Código de 1986 traz uma concepção ética mecanicista, sem apreender suficientemente as mediações necessárias, sendo abstrato na medida em que tende a negar tal função abstrata. Daí a necessidade de revisão e do Código de Ética de 1993 ser mais uma adaptação, ou seja, uma leitura mais madura de 1986 do que uma reformulação (BARROCO, 2010).

Pode-se localizar a gênese do Projeto Ético-Político, na segunda metade da década de 1970, com o referido Congresso da Virada, em 1979, avançando nos anos 1980, consolidando-se na década de 1990. Ainda, este está em construção permanente construção, reconstrução e, claro, questionamento. O Projeto Ético-Político

articula em si mesmo os seguintes elementos constitutivos: “uma imagem ideal da profissão, os valores que a legitimam, sua função social e seus objetivos, conhecimentos teóricos, saberes interventivos, normas, práticas, etc.” (INETTO, 2011, p. 98). Num exercício de sistematização, podemos identificar os elementos constitutivos do projeto ético-político do Serviço Social e os componentes que o materializam no processo sócio-histórico da profissão. São eles:

- a) o primeiro se relaciona com a explicitação de princípios e valores ético-políticos;
- b) o segundo se refere à matriz teórico-metodológica em que se ancora;
- c) o terceiro emana da crítica radical à ordem social vigente – a da sociedade do capital – que produz e reproduz a miséria ao mesmo tempo em que exhibe uma produção monumental de riquezas;
- d) o quarto se manifesta nas lutas e posicionamentos políticos acumulados pela categoria através de suas formas coletivas de organização política em aliança com os setores mais progressistas da sociedade brasileira. (BRAZ, 2009, p. 7-8)

Na mesma direção, acrescenta Barroco (2009):

O Código de 1993 afirma a centralidade do trabalho na constituição do homem: sujeito das ações éticas e da criação dos valores. Revelada em sua densidade histórica, a sua concepção ética está articulada a valores ético-políticos, como a liberdade, a justiça social e a democracia, e ao conjunto de direitos humanos (civis, políticos, sociais, culturais e econômicos) defendidos pelas classes trabalhadoras, pelos segmentos sociais excluídos e pelos movimentos emancipatórios ao longo da história [...] (BARROCO, 2009, p. 18)

Em síntese, o que tentou se colocar até aqui foi que os Códigos de Ética representam a associação de princípios e deveres dos/das assistentes sociais e, até 1986, o Serviço Social aderiu ao pensamento conservador, que tributa aos indivíduos a necessária adaptação à ordem social, ora interpretada como ordem natural e divina, ora como ordem necessária para o Estado cumprir seu projeto de industrialização ou de desenvolvimentismo transnacional; também, o próprio usuário foi visto pelo assistente social como alheio à sua condição de ser social, devendo ser tutelado e educado, ora por leis divinas, ora como *condição* para o progresso. Ao Estado, coube dividir o poder moral com a Igreja Católica, que antes era responsável por moralizar a questão social a partir dos pressupostos neotomistas e, ao longo do desenvolvimento sócio-histórico brasileiro, foi perdendo força.

Ter clareza de tais fatos, desde os aspectos materiais e históricos nos quais eles são produzidos até como a própria categoria inscreveu para si o seu entendimento e regulamento da ação profissional através de seus Códigos de Ética conservadores ou transformadores, é necessário para que se possa romper com conservadorismos que insistem em se presentificar no cotidiano. O item a seguir evidencia, a partir de comentários na *internet*, amplamente disponíveis e cujos autores/as tiveram a sua identidade ocultada, a presença de elementos conservadores – tanto românticos quanto modernos – no discurso de assistentes sociais.

3.3. OS ELEMENTOS DO PENSAMENTO CONSERVADOR NO DISCURSO DE ASSISTENTES SOCIAIS NA CONTRAMÃO DO QUE DEFENDE O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO: UM DEBATE NECESSÁRIO

A monografia, que até o presente momento viu-se, mesmo que com o obstáculo do tempo limitado, compromissada em resgatar a história do conservadorismo clássico (em suas configurações romântica e moderna) e do Serviço Social no Brasil desde sua gênese até o Projeto Ético-Político profissional crítico. O trabalho expressa, em seu terceiro Capítulo, o empenho do Serviço Social em cooperar com as bases conservadoras da sociedade e seu esforço de ruptura com o projeto societário conservantista, que se pretendia único, neutro, universal (OZANIRA, 2011), mas que chocou-se com um momento histórico permeado por

confrontos, polêmicas, consensos e alianças no dialético movimento do real no espaço contraditório das relações sociais que recaem sobre o Serviço Social.

Agora, o objeto de investigação é o universo das paixões, das opiniões, das manifestações, da vida que se articulam com conceitos, pressupostos éticos, teorias e métodos construídos e desconstruídos em um ambiente trazido pela contemporaneidade: a internet. Por compreender a complexidade das dinâmicas relações sociais em que se inserem os/as assistentes sociais, faz-se necessário esclarecer, prioritariamente, as premissas do método de pesquisa utilizado para que haja minimamente uma aproximação de um hipotético discurso conservador ainda presente no cotidiano do Serviço Social com os dados obtidos através da *pesquisa*.

De acordo com Zanini (2016), a etnografia⁴² é um dos instrumentos utilizados por pesquisadores interessados por determinadas formas de sociabilidade. Com o advento da internet, o chamado ciberespaço passa a ser objeto de estudo, visto que este novo ambiente é muito mais que trocas de informações mediadas pelos computadores: é onde pessoas em espaços não físicos desenvolvem afeto, namoram, discutem, comercializam, trocam conhecimentos e até organizam-se politicamente.

A internet, portanto, passa a compor massivamente o cotidiano das pessoas, assumindo, com a democratização do acesso (mesmo que consideremos a desigualdade, pode-se arriscar que o espaço virtual não é mais um espaço destinado apenas a uma elite econômica ou à funcionalidade ao mercado de trabalho, sendo também objeto de consumo da classe trabalhadora como um todo), um espaço de comunicação e de mediação entre a leitura e a escrita, o entre o real e o imaginário: as experiências culturais são mediadas ou expostas via ambiente digital/virtual, possibilitando a aproximação de milhares de pessoas, gerando um campo propenso para estudos das relações, a chamada etnografia virtual (ZANINI, 2016).

Se antigamente a sociedade entendia o espaço da internet como um local distante do cotidiano e do modo de vida dos sujeitos, atualmente há relativo acordo de que as pessoas não deixam suas identidades, seu modo de ser real e expressam-se de maneira diferente no dito *ciberespaço*. Tal ponto é importante e, amparado em Castells (2003, apud ZANINI, 2016), podemos inclusive compreender que, assim como influenciado pela cultura, o próprio espaço

⁴² “Etnografia é um método clássico e consagrado da Antropologia para o estudo da cultura de grupos sociais. Ela surge no final do século XIX e início do século XX como uma tentativa [...] de realizar estudos [...] dos modos de vida das pessoas: antes, a antropologia do século XIX era muito mais um esforço de reconstrução histórica dos povos humanos e a tentativa do “entendimento” de porque alguns povos haviam chegado ao “estado de civilização” e outros haviam se mantido em estágios de “selvageria” e “barbárie”. [...] Pela primeira vez, (os antropólogos) vêem os “índios”, nem que seja por pouco tempo, nas paradas rápidas das expedições, e nem que seja sem poder falar com eles, devido ao desconhecimento das línguas nativas.” (ZANINI, 2016, p. 165)

imaterial transforma a cultura, alterando-a conforme o desenvolvimento tecnológico. Em uma concepção materialista do trabalho, qualquer análise conjuntural macroscópica da sociedade capitalista necessita que o desenvolvimento tecnológico e os ambientes virtuais sejam levados em consideração, inclusive porque estes são espaços de tensionamento político e palco de divergências e convergências entre indivíduos e/ou grupos que serão representados a seguir.

Ainda de acordo com Zanini (2016), existem recortes para se pensar a imersão da internet na sociedade contemporânea e servir de ponto de partida para que a aproximação para uma análise seja realizada:

[...] tudo aquilo que se faz na Internet, seja em qual espaço for, faz parte de você, compõe sua história e sua identidade enquanto indivíduo. Estar online não é estar em um espaço que faz contraposição ao mundo físico. [...] não existe mais uma divisão entre online e off-line/real e virtual. A utilização da internet faz parte do cotidiano das pessoas e se apresenta como mais uma infraestrutura disponível para ser utilizada. As pessoas acessam a internet hoje sem pensar que estão acessando, pois isso já faz parte do seu dia a dia. (HINE, 2015 apud ZANINI, 2016, p. 170)

Ao utilizar comentários de assistentes sociais – autodeclarados – nas páginas oficiais da entidade representativa de maior expressão da profissão, o Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, bem como de páginas e grupos organizados de assistentes sociais que reivindicam uma revisão do direcionamento ético-político e teórico-metodológico do Serviço Social, pode-se afirmar que observar e pesquisar estes espaços não é tarefa simples, tampouco pode ser interpretado como universal os conceitos e expressões encontrados nestes ambientes. O que se quer dizer, portanto, é que mesmo com recortes e inclinações expressas ao longo do trabalho, a análise é meramente exploratória e não é verificável, se tratando das relações, ou seja, sendo uma hipótese analítica.

[...] se estamos vendo e analisando os códigos da superfície, precisamos ter cuidado antes de tirar conclusões sobre questões mais profundas. Obviamente, isto é uma introdução básica ao conceito de cultura. Não teríamos como nos aprofundar e entrar em todos os aspectos das Teorias das Culturas e as suas especificidades, mas já é uma boa conceituação para criar familiaridade com este conceito. [...] Tida como um dos alicerces da pesquisa etnográfica, a pesquisa [de campo] deve ser conduzida no local onde as pessoas convivem naturalmente. Ela não ocorre em um laboratório onde o pesquisador controla os elementos do comportamento a ser medido ou observado. (ZANINI, 2016, p. 172)

Em outras palavras, o que foi encontrado para os fins dessa monografia é a materialização de opiniões e discursos contraditórios e divergentes expressos pela linguagem em contextos espontâneos – para o objeto da pesquisa – e não em condições induzidas ou artificiais. Orientado pela limitante que diz respeito a uma monografia final de graduação, o

presente trabalho não ultrapassou os limites da ética, visto que não expôs pessoas, tampouco buscou a veracidade das declarações onde pessoas diziam-se assistentes sociais; além disso, por meio desta pesquisa exploratória, o produto da observação implica reconhecer os sujeitos assistentes sociais para além do que eles/as dizem que fazem, mas com o que de fato eles/as fazem espontaneamente no seu cotidiano – e lembrando que o cotidiano expressa-se também nos ambientes virtuais – em um espaço extraprofissional, que são as páginas *online* do Serviço Social.

Os elementos próprios do pensamento conservador – em si mesmos ou no Serviço Social – levantados ao longo do trabalho foram o material de base para que se reconhecessem as contradições entre o Projeto Ético-Político, com ênfase no Código de Ética de 1993 e no conservadorismo. Com esse *background*, quem redigiu esta monografia usou da técnica da observação para partir para uma dimensão mais palpável da vida social, para além da pura investigação bibliográfica. O resultado, portanto, seria diferente se fosse aplicado, por exemplo, um questionário contendo perguntas a respeito da defesa do Projeto Ético-Político, bem como das temáticas que envolvem homofobia, aborto, liberdade religiosa, democracia, etc. Se questionados nominalmente, muito provavelmente, a grande maioria – se não a totalidade dos/as assistentes sociais – responderiam a favor dos princípios e valores explícitos no Código de Ética profissional, diferentemente do que se encontra quando se observa os assistentes sociais em seus espaços de sociabilidade natural, em comunidades online. Esta é a grande riqueza do produto posteriormente exposto: vista a indissociabilidade do online e off-line, do pessoal e do profissional, há que se atentar para o conteúdo encontrado e seus rebatimentos na sociedade na atual conjuntura. Para tanto, é importante que se recorde os elementos-base de caracterização do pensamento conservador expostos no Capítulo 2 desta monografia e sua relação com o Serviço Social.

Sem qualquer pretensão exaustiva, visto que se considera já suficientemente estudado anteriormente, a história do conservadorismo se resume a dois momentos distintos. Burke não repudiava o desenvolvimento capitalista, mas recusava as ações políticas que rompiam ou enfraqueciam as instituições tradicionais. Portanto, os conservadores românticos opuseram-se às revoluções por estas representarem um enfraquecimento da moral – amparada às determinações religiosas – e, conseqüentemente, da tradição, da hierarquia, da família tradicional. Já os conservadores modernos consideram – e defendem – o projeto burguês, traduzindo os princípios conservadores (como a defesa da hierarquia, da família e a comunidade) em uma doutrina social contra a desordem, assegurando a ordem e o progresso, em Comte, e a coesão em Durkheim, já apresentando propostas concretas de intervenção

consciente e planejada nas expressões da questão social com o intuito de evitar a desintegração da sociedade, implicando na manutenção do *status quo*. Em síntese, os pensadores modernos buscam afastar qualquer ideia de contradição na sociedade, legitimando sua ação em análises científicas aproximados das ciências naturais (BENTO, 2014).

No entanto, o conservadorismo não é apenas a continuidade da herança europeia do século XIX, mas um conjunto de ideias que, reinterpretadas, transmutam-se em uma ótica de explicação e em projetos de ação favoráveis à manutenção da ordem capitalista. Isto aproxima o conservadorismo de outras análises que, apesar de suas diferenças, se assemelham por pretender o mesmo projeto de classe da sociedade: o de estabilização a partir de análises a-históricas e a-políticas. Mesmo que não ocorrendo uma análise de diversas outras manifestações do conservadorismo em projetos coletivos como o neodesenvolvimentismo, o neoliberalismo, o neoconservadorismo e a pós-modernidade, pode-se dizer que os projetos não revolucionários possuem particularidades e desdobramentos comuns, mas que se encontram na busca de alternativas sem o rompimento com grandes instituições tradicionais defendidas por conservadores europeus ainda no século XIX.

Dentre as características do pensamento conservador, mesmo que possua ambiguidades e particularidades sócio-históricas e incorpore características de acordo com cada território, destaca-se o olhar para o passado para a interpretação do presente. A sociedade é vista organicamente, funcionalmente articulada, com instituições-base que são, basicamente, a família e a corporação. Os posicionamentos provêm da tradição, e esta legitima a autoridade, responsável por assegurar a ordem. A liberdade é relativizada, limitada à esfera privada dos indivíduos, desde que subordinadas aos princípios da ordem, da hierarquia e da disciplina.

O conservador, em linhas gerais, tende a aderir pressupostos abstratos, por vezes irracionais – quando se nega a acreditar na ciência e balizando seus princípios em tradições religiosas e moralizantes – e ausentes de teorização e de análises históricas. A organização da sociedade é natural e imutável, seja por acreditar em pressupostos religiosos, seja por conotações científicas traduzidas por Durkheim, por exemplo. Assim, o plano do conservador é defender-se ideologicamente das ideias ameaçadoras da sua influência e dominação na sociedade. A partir daí a aceitação das históricas desigualdades sociais e da negação de questões étnicas e de gênero como estruturantes destas desigualdades, legitimando preconceitos e recusas de emancipação das minorias em detrimento da manutenção da sociedade fundada no privilégio branco e patriarcal cujo poderio burguês é dele derivado. (IAMAMOTO, 2013)

O Serviço Social nasce deste *fenômeno* conservador, incorporando elementos próprios do seio católico de onde nasce e outros derivados do processo de aproximação com as correntes de pensamento conservadoras – o positivismo e o funcionalismo, principalmente. O conservadorismo romântico no Serviço Social é presente ainda nas suas origens, por ter como matriz filosófica o neotomismo, buscando a (re)aproximação da classe trabalhadora do cristianismo e de sua moral, perdurando até meados da década de 1960, mesmo com o arranjo teórico-doutrinário-operativo (IAMAMOTO, 2013) advindo dos Estados Unidos, que já admitia o capitalismo e propunha uma ação metodológica na realidade, diferentemente da ausência de instrumentos metodológicos da Igreja Católica e ações dela derivada.

A ruptura do Serviço Social com o conservadorismo expressa-se pela consolidação de uma luta por alcançar novas bases de legitimidade da ação do assistente social, a classe trabalhadora. O Serviço Social de ruptura reconhece as contradições sociais presentes na sociedade capitalista e das próprias condições de trabalho no exercício profissional. Coloca-se a favor dos interesses dos usuários, ou seja, dos setores dominados da sociedade. Este movimento não é apenas interno da profissão, sendo seu Projeto Ético-Político filiado a um projeto societário mais geral, classista. Desta filiação provém um direcionamento ao exercício profissional. O Serviço Social de ruptura aprofunda a compreensão das implicações políticas de seu exercício profissional, na contraditória polarização dos interesses de classes. Em outros termos, o profissional é mobilizado na implementação de políticas sociais que trazem no seu bojo interesses divergentes e antagônicos que o exercício profissional, contraditoriamente, reproduz, já que tende a ser cooptado por uma das forças em confronto.

[...] essa compreensão é básica para tornar possível que o assistente social faça uma opção teórico-prática por um projeto coletivo de sociedade e supere as ilusões de um fazer profissional que paira acima da história. Isso implica, por sua vez, o enriquecimento do instrumental científico de análise da realidade social e o acompanhamento atento na dinâmica conjuntural. A interação entre o aprofundamento teórico rigoroso e a prática renovada, politicamente definida, constitui elemento decisivo para superar as artimanhas ideológicas incorporadas pela profissão em sua evolução histórica: o voluntarismo, a prática rotineira e burocratizada, as tendências empiricistas, o alheamento central do modo de vida do povo e o desconhecimento do saber popular etc. [...] A isso se alia a busca de fundamentos científicos mais sólidos que orientem a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica. [...] Essa nova qualidade de preocupação com a prática profissional visa resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, na criação de alternativas concretas de resistência ao processo de dominação. (IAMAMOTO, 2013, p. 42-43)

Assim, evidentemente, não cabem no Projeto Ético-Político contemporâneo posturas teóricas conservadoras, presas aos pressupostos ético-políticos e teórico-metodológicos cujo

horizonte é a manutenção da sociedade burguesa. Isso não significa que não haja conservadorismo no Serviço Social, por motivos já mencionados, como a ausência do debate sobre a transversalidade do conservadorismo na vida social dos sujeitos, inclusive dos/das assistentes sociais, bem como sobre um debate acerca do que é e para quem serve o pensamento conservador. Conhecer quais são seus marcos analíticos e qual sua configuração histórica é essencial para a compreensão, para além da recusa irracional, de um conceito semanticamente conhecido, mas esvaziado: o pensamento conservador.

Para evidenciar a presença do conservadorismo no Serviço Social, dividiu-se em três categorias o conteúdo encontrado para que fosse possível demonstrar, no discurso, elementos que possuem base no pensamento conservador clássico. Anteriormente à divisão, coloca-se uma imagem que representa o intuito de parte da categoria profissional em requerer “liberdade” para “fazer escolhas”, sendo uma delas ser “conservador”. Esta imagem, em si, representa a inobservância para o caráter classista do Projeto Ético-Político, visto que a liberdade só é possível a partir da democracia⁴³.

Figura 1. A confusão em relação à liberdade no Serviço Social.



(Fonte: Instagram, 2019)

⁴³ “[...] a perspectiva do Código de Ética do assistente social, cuja concepção “contém em si mesma uma projeção de sociedade – aquela em que se propicie aos trabalhadores um pleno desenvolvimento para invenção e vivência de novos valores, o que evidentemente supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação” (CFESS, 1993), se contrapõe à visão de “liberdade individual” que tem sido pensada no sistema normativo capitalista.” (CFESS, 2012, p. 122).

I. *Religião, moral conservadora e família tradicional*

De acordo com o conservadorismo romântico, o primeiro vínculo do homem é com a família, com a vizinhança e com a província. Vínculos estes construídos com o suporte dos princípios religiosos. Como resposta às Revoluções, o intuito do pensamento conservador antiburguês era conservar as famílias e consumir os indivíduos, evitando, assim, a desorganização moral e social. Tal pensamento é fundamentado na supervalorização irracional de elementos sagrados e dogmáticos da Igreja. Ainda, cabe recordar que o conservadorismo clássico nasce de um processo de racionalização da sociedade e, conseqüentemente, de substituição do teocentrismo pelo antropocentrismo, implicando na laicização do Estado. Para exemplificar pontos do pensamento conservador burkeano tem-se, em primeiro momento, imagens que representam o repúdio ao Estado laico e o reconhecimento da família como célula mais importante do corpo social.

Figura 2. Estado laico, família e Serviço Social.

HIPOCRISIA DE ALGUNS "CRISTÃOS"

- * Oram para Deus livrar a Igreja da perseguição em países **COMUNISTAS**, mas votam em candidatos comunistas.
- * Oram pedindo expansão do **EVANGELHO**, mas votam em candidatos que querem fechar igrejas;
- * Oram pela **FAMILIA**, mas votam em candidatos que defendem a desconstrução da Família;
- * Oram pelos **FILHOS**, mas nas eleições votam em candidatos que defendem pedófilos e a Ideologia de Gênero;
- * Oram pela libertação dos **DROGADOS**, mas votam em candidatos que defendem a liberação das drogas

NÃO ADIANTA ORAR COMO CRISTÃO E VOTAR COMO ÍMPIOS!

assistentesocialdedireita • Seguir

assistentesocialdedireita É desse jeito!
39 sem

Serviço Social Conservador
Curtir esta página · 1 de dezembro de 2018

A educação começa no lar. Pais bem educados educarão bem seus filhos. O Estado não se intromete na educação religiosa, quem decide são os pais.

EVANGELHO EM FOCO

SE OS PAIS TÊM CRIADO OS SEUS FILHOS PARA SEREM MÉDICOS, ADVOGADOS, ESPORTISTAS, MÚSICOS E ETC... MAS NÃO OS CRIAM PARA HONRAR E OBEDECER A DEUS, ELES FRACASSARAM.

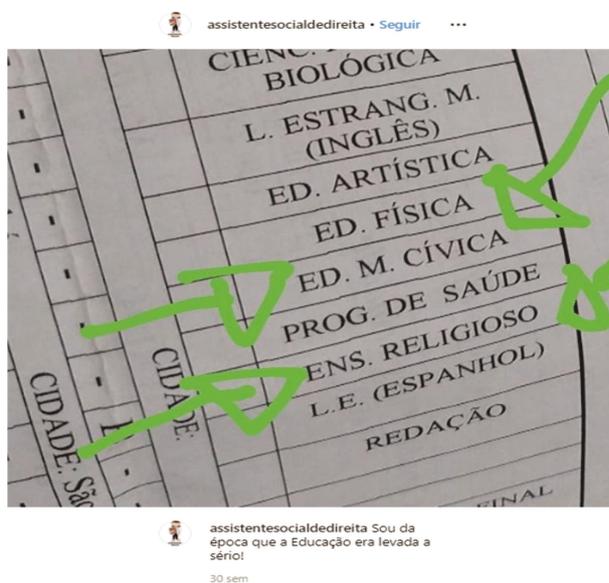
— VODDIE BAUCHAM

(Fonte: Instagram, 2019)

Com o conservadorismo durkheimiano, a ciência da moral – a sociologia – tinha na família um órgão secundário do Estado, sendo esta um espaço privilegiado para a educação moral. A criança moralizada pelo educador é capaz de receber, internalizar e transmitir valores morais responsáveis por permitir e viabilizar a manutenção das instituições legitimadas socialmente no modo de produção capitalista, fazendo com que cada parte da sociedade obedeça a uma função – para eles, sua função natural – e colabore para a manutenção do *status quo*.

Assim, mesmo que não esteja alicerçada em valores dogmáticos religiosos – visto que Durkheim substitui “Deus” por “sociedade” –, o conservadorismo moderno contribui para a perpetuação da ideia de “função” de cada um no interior de qualquer uma das “células” que compõem a sociedade orgânica, favorecendo a ideia de que a cada sujeito individual não é apenas o sujeito, mas sim a mãe, o pai, o filho, atribuindo a cada um papéis pré-determinados. Para evidenciar o intuito por parte da categoria profissional de uma educação moral dos sujeitos, sobretudo das crianças, a imagem a seguir representa o intuito de resgatar a disciplina de educação moral e cívica nas escolas.

Figura 3. Educação moral e cívica: a representação do conservadorismo moderno.



(Fonte: Instagram, 2019)

O pensamento conservador, seja amparado em método sociológico ou em religiosidade, possui ambiguidades classificatórias e existem temáticas que se condensam na discussão, tais quais expressas a seguir com relação à temática do aborto legal e seguro por uma página do

Serviço Social conservador e a crítica ao Código de Ética na oportunidade de uma manifestação do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS de apoio à causa. O intuito da pesquisa não é classificar mecanicamente o que é ou de onde especificamente provém tal posicionamento, mas considerar certos pontos de convergência entre os aspectos expostos no Capítulo 2 desta monografia que ainda encontram-se presentes no discurso de assistentes sociais.

Temáticas como a descriminalização do aborto são vistas em relação aos setores mais conservadores da sociedade – das quais assistentes sociais possivelmente façam parte – como um ataque às tradições e a saída é apelativa: a insibilização impositiva das necessidades do outro por parte dos representantes dos interesses hegemônicos, como abaixo exposto.

Figura 4. A negação da questão do aborto como uma questão de saúde pública pelo Serviço Social.



(Fonte: Facebook, 2019)

Se tratando o Serviço Social, estas imagens representam o resgate de fundamentos da profissão, onde seus valores só tem sentido no interior de uma lógica que supõe e impõe princípios absolutos como a existência de Deus, uma ordem universal eterna e imutável, cuja organização e hierarquia se reproduzem socialmente a partir da vontade de Deus ou das

funções de cada um, quando da influência das correntes teóricas que permitiram gradativamente a laicização da profissão.

Ao retornar à origem do Serviço Social, a imagem abaixo permite concluir que, na medida em que valores e princípios acima demonstrados partem de pensamentos a-históricos, fica evidente a subordinação do homem perante as leis divinas ou a moral. Não articulando o indivíduo social com sua concretude histórica, é impossível conceber um Serviço Social crítico, tampouco compreender o valor ético central do Código de Ética – a liberdade – a partir de uma perspectiva emancipatória, visto o intuito de eternizar a subordinação do sujeito. Esta ofensiva a favor da hegemonia conservadora amparada em pressupostos religiosos, para além dos itens mencionados, já está presente via organização e divulgação de trabalhos de conclusão de curso de cunho religioso, buscando explicitamente retornar ao Serviço Social cristão e conservador, ou seja, a profissão confessional de sua origem.

Figura 5. A defesa do Serviço Social religioso e conservador.

Religião e Serviço Social: liberdades de crença e de expressão do assistente social cristão e conservador. 2018. 72 fls. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social)

RESUMO

A religião sempre foi um aspecto relevante na formação dos indivíduos e conseqüentemente, da sociedade. Este trabalho, de caráter bibliográfico, tem por tema a liberdade de crença e de expressão do assistente social que professa a fé cristã e que é conservador; e objetiva identificar como se dá a relação entre religião, liberdade de crença e liberdade de expressão no Serviço Social Brasileiro da atualidade. Apresenta a trajetória histórica do Serviço Social no mundo e no Brasil enquanto uma evolução do ato de ajudar; e aborda as liberdades individuais de crença e de expressão e sua relação com os órgãos representativos e a própria categoria profissional de assistentes sociais na atualidade, tendo como ponto norteador a seguinte problematização: o assistente social, frente aos desafios e demandas sociais, tem realmente liberdade dentro da categoria profissional para expressar suas ideias e escolhas, tanto em questões teóricas como religiosas mesmo que essas opções sejam contrárias as teses defendidas pela hegemonia da categoria profissional?

Palavras-chave: Serviço Social Brasileiro. Religião. Cristianismo. Conservadorismo. Liberdade de Crença. Liberdade de Expressão.

(Fonte: Facebook, 2019)

O presente subitem – que diz respeito à religiosidade e à preservação da família tradicional – representa, dentre os princípios contidos no Código de Ética, a oposição ao “empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente discriminados e à discussão das diferenças”

(CFESS, 2012, p. 128), materializando-se em atitudes preconceituosas e discriminatórias para com orientação sexual, questões de saúde pública – como o caso do aborto – cuja justificativa se dá pelo apoio à presença compulsória da religiosidade na vida dos sujeitos por intermédio do Estado, autorizando a discriminação em detrimento de um padrão dominante de ser, agir e pensar.

II. A relativização das desigualdades e o antiproletariado

Ao longo do tempo, o pensamento conservador adaptou-se às demandas para que a classe dominante se mantivesse no poder. Para Burke, o grupo social – a família – é a unidade irreduzível e não os indivíduos, cabendo a estes apenas cumprir suas funções e deixar que a providência divina exerça as modificações necessárias. Para ele, nem o indivíduo nem o povo podem mudar a sociedade, sendo esta uma criança que precisa ser defendida de si mesma, sendo o homem incapaz de alterar sua própria história. Para ele, “[...] toda sociedade [é] constituída por classes distintas, necessariamente algumas se encontram em situação superior” (BURKE, 1989, p. 32 apud NETTO, L., 2011, p. 62).

Após o episódio de refuncionalização do pensamento conservador teorizado por Comte, isto é, o pensamento conservador que admitia o capitalismo e a reorganização da sociedade, findando o ciclo revolucionário burguês e, a partir daí, “alinha-se na defesa da ordem burguesa contra a ameaça revolucionário-socialista [...]” (NETTO, L. 2011, p. 52). Já Durkheim propõe uma ação social para que as disfunções – as patologias – sejam adequadas à moral e à funcionalidade do seu significado na sociedade.

Em ambas as configurações do pensamento conservador que, embora ambíguos, conservaram em sua essência a ideia de que o homem não pode operar processos revolucionários de rompimento com a ordem, e que, justamente por isso, naturaliza a desigualdade e relativiza questões estruturais da sociedade de classes – e até estruturas anteriores aos moldes da sociedade do capital. Uma destas estruturas, como expresso no Capítulo 3 desta monografia, é o reconhecimento de que, particularmente no Brasil, a transição do passado colonial para o republicano e a consolidação da república nos moldes capitalistas foi operacionalizada conservando os aspectos morais herdados da exploração secular do trabalho escravo, marcado por um racismo enraizado e de um machismo velado pelo controle econômico, social e político nas mãos dos senhores de terra, sendo o patriarcado e o racismo dois dos pilares morais sobre o qual a transição capitalista no Brasil aconteceu, sem processos revolucionários; pelo contrário: com o intuito de fortalecer a exploração extraeconômica.

Para além da invisibilidade de setores da sociedade, como no caso das mulheres que são culpabilizadas e literalmente obrigadas a exercer a maternidade a partir de uma concepção a-histórica da dinâmica social em que elas estão inseridas, conforme exposto, outra questão a respeito da relativização das desigualdades é a questão étnica. A denúncia às desigualdades é ambígua: o pensamento conservador se funda na ideia de que a desigualdade é necessária e legítima para a manutenção da sociedade, colocando-se contrário a toda e qualquer ascensão de setores historicamente subjugados. É o caso do racismo estrutural brasileiro. No entanto, quando parte da sociedade faz a tentativa de denunciá-lo, os setores mais conservadores fazem questão de relativizá-lo e subalternizá-lo à moral hegemônica não admitindo que estas desigualdades sejam expostas, oferecendo soluções corretivas e moralizantes ao colocar que negros “de bem” não sofrem com o encarceramento em massa da população negra, com o genocídio da juventude negra, com o racismo institucional, com a violência policial e com o corte de direitos. Quaisquer explicações aprofundadas a respeito da temática são desnecessárias para esta monografia e tomou-se por base de que há acordo entre quem a redigiu e quem a lerá a respeito da questão étnico-racial.

Figura 6. A relativização do racismo por parte de assistentes sociais.

SE CORTAM DIREITOS, QUEM É PRETA E POBRE SENTE PRIMEIRO

15 DE MAIO DIA DA/O ASSISTENTE SOCIAL

a gente enfrenta o racismo no cotidiano

www.cfess.org.br
www.servicosocialcontraracismo.com.br

80 TIROS

RACISMO INSTITUCIONAL NÃO É ENGANO

75% das vítimas em ações policiais são pretas*

* Dados de 2018 do Instituto de Segurança Pública (ISP) do Rio de Janeiro. <http://www.ipv.rj.gov.br/grupos/tem>

Deveríamos fazer protesto todas (os) com o rosto pintado de preto e vestimentas a aparentemente velhas

Curtir · Responder · 9 sem

Essa frase está totalmente errada. Deve-se tirar esse nome preto, deixar apenas pobre, pois existem brancos pobres tbm. O racismo deve acabar.

Curtir · Responder · 16 sem

Paremos de nós fazer de coitados, negros do bem, filhos de negros bem criados, dificilmente são mortos em confrontos Com a policia

Curtir · Responder · 13 sem

Nada ver racismo isso e aquilo com despreparo de tropas do exército q não foram treinadas e não deveriam estar fazendo esse serviço, porém nada disso impede que os imprudentes, impéritos , sejam sancionados de maneira exemplar

Curtir · Responder · 13 sem

(Fonte: Facebook, 2019)

O que se pôde observar com a pesquisa é que, mesmo após a tentativa de romper com estes preconceitos e do posicionamento do CFESS a favor de tais pautas, ainda acontece a repressão às populações que representam a contra-hegemonia (a mulher, o negro e os LGBTs), bem como a desmobilização de suas lutas, conforme ilustrado nas imagens abaixo.

Figura 7. A relativização das questões étnico-raciais, de gênero e orientação sexual



(Fonte: Facebook, 2019)

De acordo com o elucidado, o Serviço Social conviveu com a coexistência do neotomismo – equivalente ao defendido por Burke – e do positivismo/funcionalismo e, desta convivência desde a institucionalização até o movimento de reconceituação, permitiu a ideia de intervenção profissional neutra, negando a desigualdade e a luta de classes, tendo estas como disfunções e desvios de conduta moral, dirigindo sua ação para a correção das disfunções. Os Códigos de Ética de 1947, 1965 e 1975 reforçam esta visão:

O Serviço Social [...] trata com pessoas humanas desajustadas ou empenhadas no desenvolvimento da própria personalidade. (ABAS, 1947, p. 1 apud BARROCO, 2012, p. 45)

O assistente social estimulará a participação individual, grupal e comunitária no processo de desenvolvimento, propugnando pela correção dos desníveis sociais. (CFAS, 1965, p. 12 apud BARROCO, 2012, p. 45)

O assistente social deve: Participar de programas nacionais e internacionais destinados à elevação das condições de vida e correção dos desníveis sociais. (CFAS, 1975, p. 11 apud BARROCO, 2012, p. 45)

No próprio interior da categoria, já é possível encontrar profissionais reclamando o retorno à técnica conservadora, condizente com os dizeres contidos nos Códigos supramencionados, principalmente dos Códigos de 1965 e 1975, que buscavam incessantemente afirmar o Serviço Social como profissão técnica, ou seja, uma profissão desvinculada de um direcionamento crítico, histórico e classista na sua instrumentalidade, confirmando a falta de interesse, por parte da categoria, de lutar ou, ao menos, colocar-se ao lado das ações afirmativas das populações historicamente marginalizadas.

Figura 8. Reivindicação por um Serviço Social técnico, abstraindo a indissociabilidade das dimensões ético-política, técnico-operativa e teórico-metodológica.

Serviço Social Libertário
Curtir esta página · 15 de maio de 2018 · 🌐

O Serviço Social tem sua matéria-prima direcionada no impacto do contexto social adverso na vida dos indivíduos. O Assistente Social é quem vai intervir nestas ocasiões através de sua instrumentalidade técnico-operativa para "empoderar" o indivíduo nas mais variáveis intercorrências sociais, é esta a primazia do objeto de trabalho desta profissão, não devemos confundir nosso arsenal técnico com ativismo social ou militância partidário, não servimos a uma hegemonia ideológica que há 30 anos nos incube uma única vertente teórica (o marxismo), como a soberana que deve delimitar nossos passos. Neste 15 de maio, olhemos para trás e façamos uma reflexão do que nos foi retirado há 30 anos atrás, para nos moldar a um ativismo genérico, que nega suas origens, que nega a pluralidade e o ecletismo de correntes teóricas. Resistamos à hegemonia da categoria, e lutemos por uma reformulação profissional.

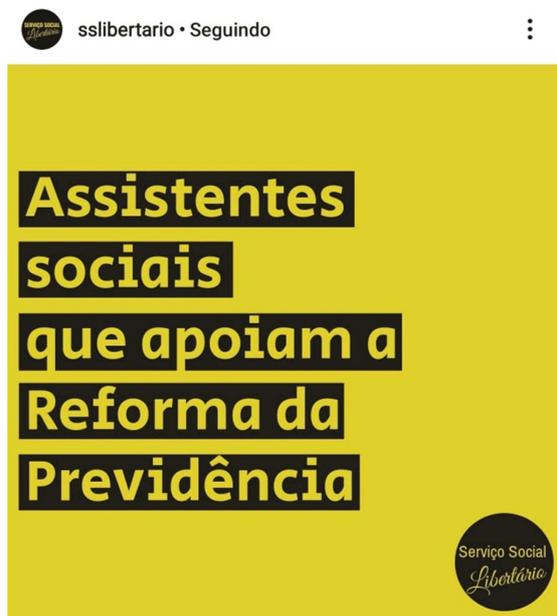
15 de maio
DIA DO ASSISTENTE SOCIAL
sobretudo um profissional, não um militante político

Vamos gritar até ficarem surdos:
O Serviço Social precisa retomar os modelos de intervenção centrado na especificidade de cada pessoa, só assim, ele atenderá, grupos, populações e comunidades em geral. Misturar tudo no mote de "luta de classes", é uma forma que encontraram de instrumentalizar a profissão para viés ideológico e partidário!
#ModelosDeIntervenção
#NovosParadigmas #SemHegemonia
#ServiçoSocialPlural

Curtir · Responder · 6 d · Editado 12

O Serviço Social, historicamente, auxiliou o Estado e as classes dominantes a eximir a pauta da desigualdade de qualquer compreensão e reflexão sócio-histórica, negando luta de classes e colocando-se como um auxiliar do Estado – repressivo – e das classes dominantes, em especial à elite católica. A partir do Código de Ética de 1986, pôde-se observar, por meio da materialização das reflexões em um documento com validade jurídico-legal, o direcionamento dos/das assistentes sociais para uma perspectiva histórico-crítica, negando o compromisso velado ou explícito com a ordem instituída, presente desde a gênese da profissão. O/a assistente social passa a ter explicitamente um compromisso com a luta pela garantia e efetivação dos direitos da classe trabalhadora. No entanto, no interior do Serviço Social ainda ocorre a negação da organização política da classe trabalhadora, se colocando em posição oposta às ações coletivas realizadas pela própria classe da qual faz parte, como as greves em oposição aos cortes na educação ou se colocando a favor da reforma da previdência, cujos efeitos rebatem diretamente no cotidiano da população usuária.

Figura 9. Assistentes sociais a favor da Reforma da Previdência



(Fonte: Instagram, 2019)

De acordo com a formulação do Código de Ética de 1993, em seus princípios, entre outros, há o destaque para dois: o compromisso com a ampliação e com a consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras e a articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios do Código e com a luta geral dos/das

trabalhadores/as. Quanto a estes princípios, explicita-se o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS a favor do processo de ampliação e consolidação da cidadania, a favor de ações contrárias à reprodução da desigualdade. A luta por uma sociedade menos desigual não é algo que vem de cima para baixo mediante reformismos sutis – tal qual preconizado pelos conservadores – mas resultado de uma luta permanente realizada pela classe trabalhadora.

Os movimentos sociais, as mobilizações, as lutas e os embates de trabalhadores e de setores excluídos são essenciais para a declaração e defesa dos direitos sociais, mesmo que ainda no âmbito das relações capitalistas. Daí a importância de articulação do Serviço Social com profissões, entidades, setores e segmentos populacionais que se identificam com o Projeto Ético-Político e, conseqüentemente, com o mesmo projeto societário. A isto se remete à necessidade de organização da categoria que ultrapasse os limites do corporativismo e do peleguismo, na perspectiva da defesa e inserção nas lutas gerais e coletivas dos trabalhadores. No entanto, mesmo que o CFESS oriente os/as assistentes sociais a se unirem às lutas e greves da classe trabalhadora, parte da categoria ainda coloca-se em posição contrária às manifestações, conservando a característica essencial do pensamento conservador: a contrarrevolução, que implica na negação de toda e qualquer manifestação – mesmo que estas não proponham a destituição do modo de produção capitalista, apenas se empenhe para a construção lenta e gradual de uma sociedade menos desigual a partir da defesa de direitos socialmente conquistados –, alegando que estas são verdadeiras “desordens” e que a categoria não deve participar de construções coletivas.

Figura 10. Assistentes sociais contra a mobilização da classe trabalhadora pela garantia de seus direitos na página oficial do CFESS no Facebook



(Fonte: Facebook, 2019)

Inclusive, parte da categoria profissional, além de negar-se a reconhecer a legitimidade das mobilizações coletivas da classe trabalhadora, mesmo que estas não tenham qualquer pretensão – em primeiro momento – de romper com a ordem instituída, mas garantir o que já lhe foi legitimado, busca satirizar e ironizar o posicionamento do Conselho Federal de Serviço Social – CFESS, conforme ilustrado abaixo. Ao abstrair a dimensão política da formação e do exercício profissional, assumindo papel submisso em relação à instituição empregadora, que, na maioria dos casos, é o Estado⁴⁴, os/as assistentes sociais voltam-se ao conteúdo do Código de Ética de 1975, quando afirmam o compromisso de respeitar a hierarquia e a autoridade do Estado. Quando o Estado opera retrocessos e prejudica diretamente a classe trabalhadora, cabe ao Serviço Social mobilizar-se junto às lutas da população usuária e demais segmentos populacionais que carregam consigo afinidade ética e política com relação ao seu Projeto Ético-Político. Portanto, não se colocar em contrariedade às contrarreformas estatais não é senão uma expressão do conservadorismo no corpo profissional.

⁴⁴ Na pesquisa mais recente divulgada pelo CFESS, em 2004, 56% das/dos profissionais de Serviço Social eram estatutários. Dados disponíveis em: < http://www.cfess.org.br/pdf/perfilas_edicaovirtual2006.pdf > Acesso em 28 jul 2019

Figura 11. Assistentes sociais satirizando o apoio manifestado pelo CFESS às reivindicações da classe trabalhadora por direitos



(Fonte: Instagram, 2019)

III. A crítica ao Projeto Ético-Político profissional

Este último item de análise consiste no mais denso, extenso e concentra a maior conjugação de esforços, que servirá também para facilitar a compreensão dos itens anteriores, vista a indissociabilidade dos princípios do Código de Ética e as possíveis transgressões deste na relação contraditória entre sujeitos que representam projetos societários distintos e que estão em permanente disputa.

Mesmo que já tenha sido desenvolvido parcialmente o entendimento do que é um projeto societário e das razões pelas quais o Serviço Social possui um projeto profissional que se filia a um deles, cabe reforçar que estes projetos são necessariamente projetos de classe, ainda que variem de acordo com uma ou outra natureza – existem mais radicais e mais liberais. Os projetos profissionais, assim como os projetos societários, são estruturas dinâmicas que respondem às alterações no sistema de necessidades sociais sobre o qual as profissões – e aqui o Serviço Social – operam.

O projeto profissional é construído por membros de uma categoria profissional que são essencial e necessariamente diferentes, com vivências diferentes. O corpo profissional é uma unidade não-homogênea e, por tal razão, todo o projeto profissional é um campo de relações contraditórias e de disputas: mesmo que haja um Projeto Ético-Político e, nele, um Código de Ética profissional, este não está isento de divergências. Abrindo o leque, por afirmar que o projeto profissional *necessariamente* tem uma dimensão política e, por isso, relação com um projeto societário, o campo de tensão é ainda maior. Nem sempre há sintonia entre o projeto profissional hegemônico e o projeto societário hegemônico, estando um em constante conflito com o outro, levando um profissional ou parte do corpo profissional à contestação da postura da categoria como contra-hegemônica em relação ao projeto de sociedade hegemônico. É o caso do Serviço Social (BARROCO, 2010; NETTO, 2009).

Como será visto a seguir, há discordâncias por parte da categoria profissional com relação aos componentes do Projeto Ético-Político – PEP, com ênfase para o Código de Ética de 1993 – CE/93. Há, sim, o entendimento que o PEP significa mais que o código, mas, para os fins desta monografia, optou-se por filiar-se à concepção de Netto (1999) com relação à vinculação do projeto profissional a um projeto societário contra-hegemônico e a reação de profissionais vinculados ao projeto societário hegemônico, ocasionando discrepâncias e implicando na ausência de entendimento acerca dos princípios do CE/93, que representam a estrutura ideológica sobre a qual se assenta o/a assistente social, ou seja, são “parâmetros ideológicos das regras materiais contidas nos artigos do Código de Ética” (CFESS, 2012, p. 120).

O Código de Ética de 1993 se organiza em um conjunto de princípios, deveres, direitos e proibições que orientam o comportamento ético profissional, oferecem parâmetros para a ação cotidiana e definem suas finalidades ético-políticas, circunscrevendo a ética profissional do interior do projeto ético-político e em sua relação com a sociedade e a história. (CFESS, 2012, p. 53)

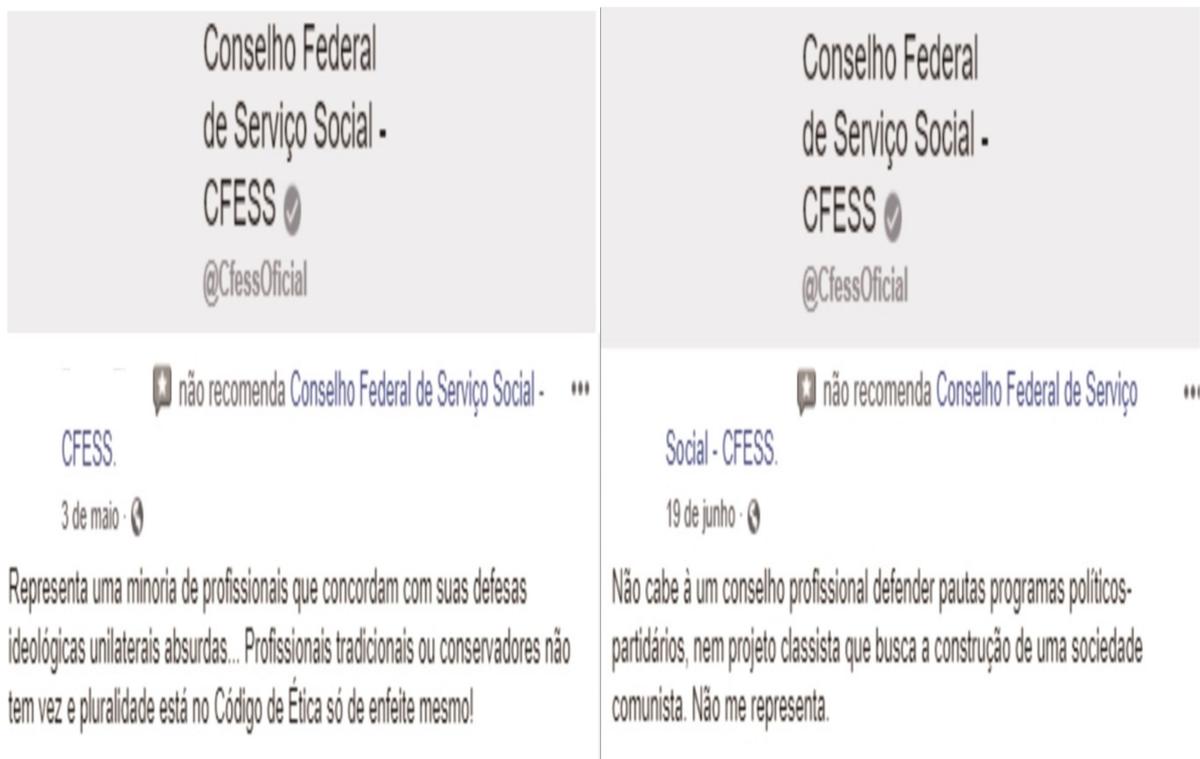
Ainda, o Código de Ética de 1993 e os valores nele contidos já estabelecem, na própria introdução, uma vinculação a um projeto societário cuja centralidade se dá no trabalho, rejeitando, portanto, a concepção a-histórica do ser social, dando continuidade ao Código de Ética de 1986, que já se colocava em oposição ao conservadorismo e rompendo com a ideia de um Serviço Social neutro.

[...] os valores são determinações da prática social, resultantes da atividade criadora tipificada no processo de trabalho. É mediante o processo de trabalho que o ser social se constitui, se instaura como distinto do ser natural, dispondo de capacidade

teleológica, projetiva, consciente; é por esta socialização que ele se põe como ser capaz de liberdade. Esta concepção já contém, em si mesma, uma projeção de sociedade - aquela em que se propicie aos/às trabalhadores/as um pleno desenvolvimento para a invenção e vivência de novos valores, o que, evidentemente, supõe a erradicação de todos os processos de exploração, opressão e alienação. É ao projeto social aí implicado que se conecta o projeto profissional do Serviço Social - e cabe pensar a ética como pressuposto teórico-político que remete ao enfrentamento das contradições postas à profissão, a partir de uma visão crítica, e fundamentada teoricamente, das derivações ético-políticas do agir profissional.(CFESS, 2012, p. 22)

O Código de Ética de 1993 submete seus onze princípios a uma concepção materialista da história e o usuário como ser social. Os valores essenciais – a liberdade e a democracia – são relativos e analisados sob a ótica *material*, isto é, a liberdade não é a liberdade burguesa, mas a liberdade que permite autonomia e a democracia que promova o não autoritarismo e a autogestão. Disso se conclui que, se reclamados individualmente, princípios perdem o sentido, como no caso da ausência de “pluralidade”, conforme a imagem abaixo. Há que se compreender a articulação entre liberdade e democracia de acordo com suas condicionalidades *históricas*, e a pluralidade subordinada à defesa das liberdades democráticas, cuja defesa se faz com o trabalho tomado como fundamento ontológico do ser social e como fundante e mediador da construção de uma sociedade mais justa.

Figura 12. A oposição de profissionais a um Serviço Social classista.





(Fonte: Facebook, 2019)

Se o Código de Ética visa à emancipação, sendo esta a sua finalidade ético-política, a liberdade, a justiça social, a equidade e a democracia são valores e formas de viabilização da emancipação humana. A democracia é a forma política pela qual os valores serão viabilizados. Uma democracia que visa ultrapassar a democracia burguesa, prevista em seu princípio IV, que se coloca na “defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da *participação política e da riqueza socialmente produzida*” (CFESS, 1993, p. 15 apud CFESS, 2012, p. 59, grifos nossos), possibilitando uma democracia diferente à democracia do capital, que é formal e que não permite a efetiva participação dos sujeitos na vida política. Ainda, como condição para o aprofundamento da democracia há a necessidade da socialização da riqueza e da crítica, possibilitada pelo estudo de vertentes teóricas para além da perspectiva do capital, proporcionada pela inserção da classe trabalhadora em ambientes educacionais. Não há necessidade de aprofundar-se sobre o quanto o atual presidente, Jair Bolsonaro, coloca-se a favor dos *desvalores* do Código de Ética, ou seja, o autoritarismo, o preconceito, a dominação, a exploração e a discriminação. No entanto, há um relativo contingente profissional organizado politicamente para lhe apoiar, inclusive reclamando uma “faxina ideológica”.

Figura 13. Assistentes sociais a favor da "faxina ideológica".

Bolsonaro promete faxina ideológica nas universidades: "Vamos trabalhar juntos para resgatar nosso amado Brasil!"



Bolsonaro promete faxina ideológica nas universidades: "Vamos trabalhar...
republicadecuritiba.net

660 2.168 12,1K

Parece que
enfim teremos uma educação
profissional/intelectual. Quero
participar da faxina...

13 sem

(Fonte: Instagram, 2019)

Para compreender a forma de buscar efetivação de uma democracia para além dos moldes burgueses, o Código de Ética articulou duas dimensões contidas, também, em seus princípios: “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero” (CFESS, 1993), a partir de uma perspectiva histórica que visa erradicar todos os processos de exploração, opressão e alienação, provocados ou intensificados pelo modo de produção capitalista; e “articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos trabalhadores”, que explicita o apoio e fortalecimento no processo de enfrentamento à imposição do capital para além dos limites do corporativismo e subalternidade à hierarquia, elementos nos quais o Serviço Social sempre esteve submetido (BARROCO, 2010).

Nesta perspectiva, o CFESS, enquanto entidade representativa máxima da categoria profissional, coloca-se na defesa intransigente das prescrições ético-políticas que consistem na recusa do arbítrio, da discriminação, do preconceito, do autoritarismo e na defesa dos direitos humanos, da viabilização dos direitos sociais via políticas públicas sociais, “em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (CFESS, 1993). No entanto, não há como negar que CFESS vem sofrendo diversos ataques por parte da categoria profissional, a qual reivindica, como exposto, um Serviço Social “livre de militância”,

negando a contradição genética entre capital e trabalho, pedindo uma opção teórico-metodológica distinta daquela que coloca a centralidade no trabalho.

Figura 14. A crítica à "militância marxista"



(Fonte: Instagram, 2019)

Ainda, há a associação do direcionamento ético-político com o Partido dos Trabalhadores – PT, evidenciando o desconhecimento por parte dos profissionais e a falta de interpretação destes quando realizam a análise de conjuntura: o reformismo via conciliação de classes realizado pelo PT não constitui a finalidade última da ação profissional. Associar uma categoria profissional a um partido político é minimizar a importância de um direcionamento ético e político a favor de um novo projeto societário.

Figura 15. A tentativa de vincular o Serviço Social a um partido político.

sslibertario • Seguindo

Vim fazer minha matrícula no curso de Serviço Social



É só preencher o formulário

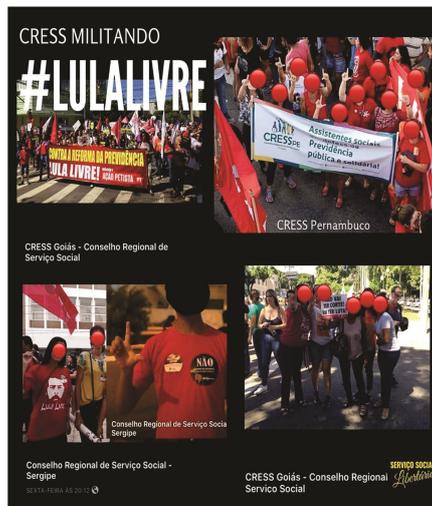
<p>Partido dos Trabalhadores Direção Nacional</p>	<p>Pedido de Filiação Partidária</p> <p>Rua Sílvio Mattos, 112 - Centro São Paulo - SP - CEP 01019-000 Fone: (11) 3243-1113 - Fax: (11) 3243-1332 www.pt.org.br • filiaoes@pt.org.br</p>	<p>1ª VIA - DN</p> <p>Protocolo do Pedido</p> <p>Filiação Inexistente Motivo:</p>
	<p>NOBRE COMPLETO</p> <p>GÊNERO <input type="checkbox"/> MASC <input type="checkbox"/> FEM DATA DE NASCIMENTO</p> <p>ENDEREÇO PARA CORRESPONDÊNCIA (RUA/AVENIDA/COMPLEMENTO)</p> <p>MUNICÍPIO BARRIO ESTADO CEP</p> <p>TÍTULO DE ELEITOR ZONA SEÇÃO</p> <p>CPF DIRETÓRIO ZONAL: OPÇÃO SETORIAL:</p> <p>EMAIL: FONES P/ CONTATO:</p> <p>OCCUPA CARGO ELEITIVO QUAL:</p>	



sslibertario Procedo ou não procedo? 😊😄

(Fonte: Instagram, 2019)

sslibertario • Seguindo



sslibertario Disseeram que era "protesto à reforma da previdência e ao desmonte dos direitos sociais", mas não perderam a oportunidade para fazer MILITÂNCIA PARTIDÁRIA eim?! CRESS É #CRIMINOSOLIVRE

#cfess #cress #pt #lulalivre #grevegeral #14jun #militancia #partidarismo #politica (Todas as fotos foram retiradas do próprio site dos CRESS ou de seus perfis oficiais nas redes sociais)

Por último, chama-se atenção para a presença de diversas páginas organizadas pela categoria profissional que reivindicam um novo projeto societário. No entendimento de quem redige esta monografia, é necessário estas sejam divulgadas uma a uma, para que se tenha dimensão da capacidade organizativa da categoria. Um dos pontos que não cabem nesta discussão, mas que há a necessidade de pensá-lo, diz respeito ao alcance de opiniões divulgadas na internet e a potencialidade que esta pode ter para mobilizar a categoria profissional para um questionamento massivo do direcionamento do Serviço Social a partir do Código de Ética de 1993.

Dentre os elementos encontrados nas páginas abaixo, chama-se atenção para: a) a reivindicação por liberdade/pluralidade teórica e acrítica, abrindo mão da busca pelo projeto hegemônico da categoria profissional que entende que a *liberdade democrática só é possível com equidade e justiça social*; b) a reivindicação por um Serviço Social “científico” e “livre de militância”, atribuindo ao Serviço Social uma noção de cientificidade sem qualquer ideal democrático, sem o intuito de transformação; ou seja, reforçando dois dos pilares do pensamento conservador pós-1848, a relativização da liberdade – e de tudo que implica para

que ela seja universalmente garantida – e o caráter científico e neutro utilizados para a manutenção do status quo.

Figura 16. As páginas do Serviço Social organizadas contra o Projeto Ético-Político hegemônico.



(Fonte: Instagram, 2019)

Finalmente, neste momento, é desnecessária qualquer argumentação detalhada para verificar o antagonismo entre o Projeto Ético-Político que ganhou hegemonia no Serviço Social e o conservadorismo. No entanto, já é possível encontrar uma página que se intitula enquanto conservadora, que, inclusive, recomenda páginas conservadoras. Chama-se atenção para a recomendação, pela organização da própria página, do *Burke Instituto Conservador*, além de em diversas imagens, como a que se refere à criminalização do aborto, carregam consigo um selo do Instituto Burke Brasil. O Serviço Social reconhecer e recomendar o maior

representante do conservadorismo romântico, estudado neste trabalho, é a máxima expressão de que o pensamento conservador está suficientemente entendido, difundido e, a partir da segunda década do século XXI, começa a organizar-se.

Figura 17. O Serviço Social abertamente conservador.



(Fonte: Facebook, 2019)

Retomando o exposto no início deste capítulo, a internet faz parte do cotidiano e as imagens expostas até aqui significa, que o que foi encontrado é a nítida expressão da discrepância entre o preconizado pelo Código de Ética de 1993 e, conseqüentemente, pelo Projeto Ético-Político e o movimento que vem sendo fortalecido tanto na esfera do próprio Serviço Social (lembre-se: a dificuldade de manter a hegemonia de um projeto profissional na contramão do projeto hegemônico da sociedade) como o fortalecimento de novas expressões e expoentes do conservadorismo a nível mundial e nacional, os quais não cabem nos limites deste trabalho, mas que deita raízes em uma teorização antiburguesa que vem se reciclando e se metamorfoseando historicamente, respaldados por dogmas religiosos e estruturados em uma exploração extraclasse, ou seja, em dominação étnica-racial e de gênero.

O enfraquecimento do Projeto Ético-Político não diz respeito a uma falta de caráter ou de anti-ética por parte dos/das assistentes sociais brasileiros/as. O intuito, com esta

monografia, não é culpabilizar os sujeitos, mas reforçar que nem sempre o PEP é efetivado integralmente na realidade. De acordo com análise realizada por Braz (2009),

[...] *não há uma relação de identidade* entre o que projetamos e o que realizamos efetivamente. O que não se dá por uma questão de mau planejamento das ações, por incompetência ou mesmo por algum problema de caráter, mas acontece porque há uma *relação não identitária* entre consciência e ação ou, se preferirmos, entre sujeito e objeto. [...] a realidade objetiva é diferente do plano subjetivo, e, portanto, daquilo que se idealiza realizar. [...] não controlamos todos os aspectos que incidem sobre a realidade, que a sua alteração/mudança/transformação não depende *apenas* de nossos atos e de nossas ações. Significa, em alusão a Marx, que a *história é feita pelos homens, mas em condições que estão predeterminadas a eles*. [...] projeto ético-político possui determinados elementos constitutivos e que eles formam o corpo de identidades que fornecem aquilo que José Paulo Netto chamou de “auto-imagem da profissão” [...] a questão da igualdade, da liberdade, da democracia, do pluralismo, da recusa da sociedade do capital, das lutas políticas contra ela e suas iniquidades, etc. [...] como os assistentes sociais puderam construir um projeto profissional tão antagônico com a realidade em que vivemos? Trata-se de um puro idealismo da categoria? Claro que não! [...] nosso projeto é expressão das contradições que particularizam a profissão e que seus princípios e valores – por escolhas historicamente definidas pelo Serviço Social brasileiro, condicionadas por determinantes histórico-concretos mais abrangentes – colidem (são mesmo antagônicas em sua essência) com os pilares fundamentais que sustentam a ordem do capital. [...] Diante da contemporaneidade, tão dura e adversa, não é incomum encontrar profissionais (tanto os que atuam na prática profissional, quanto aqueles ligados às unidades de ensino) que sustentam a “inviabilidade” do projeto ético-político. *Em geral, argumentam que o projeto apresenta princípios que não podem ser efetivados concretamente e que o fazer profissional não permite que sejam contemplados.* [...] *Só uma visão pobre de análises pode sustentar tais argumentos.* (BRAZ, 2009, p. 11-12, grifos nossos)

O que se quer dizer diante de todo o caminho percorrido, desde o processo de urbanização e industrialização do Brasil sem rompimento com instituições e tradições do período colonial, passando pelo histórico conservadorismo brasileiro, seu processo de ruptura e a composição e confirmação de um Serviço Social ao lado da classe trabalhadora, ainda existem elementos do conservadorismo clássico que rondam e que se fortalecem no Serviço Social. Negar o projeto profissional é negar um projeto societário. Concluir que existem, sim, assistentes sociais que negam o projeto classista no cotidiano leva a concluir que há que se considerar outros elementos para além da separação mecânica que presume a ultrapassagem de um Serviço Social para outro distinto, implicando na automática filiação de todos os sujeitos profissionais a um projeto societário anticapitalista.

Os elementos de negação do CFESS, a recusa à militância, da dimensão política do Serviço Social, a relativização de desigualdades, a negação de pautas identitárias, a defesa da religiosidade compulsória, entre outros elementos acima expostos são suficientes para que haja permanente e contínua vigilância e reafirmação dos princípios do Projeto Ético-Político profissional. Aos oitenta e três anos da primeira Escola de Serviço Social no Brasil, aos

quarenta anos do emblemático Congresso da Virada, aos vinte e seis anos do Código de Ética profissional, o que parece é que, mesmo que o Serviço Social tenha passado mais tempo tendo postura crítica, visto que já em 1965 o Código de Ética já tinha em seus princípios o compromisso com a democracia e com a justiça social, o legado do conservadorismo no cotidiano e na postura de assistentes sociais ainda é presente, com suas características essenciais: o padrão de família tradicional e a religiosidade herdadas do conservadorismo romântico; o antiproletariado e suas manifestações, herdadas do reenquadramento do pensamento conservador, culminando na mobilização política – em páginas da internet – por parte da categoria para um novo rumo ético-político e teórico-metodológico para o Serviço Social. mais do que nunca, é necessário colocar-se a favor da classe trabalhadora e na defesa do produto histórico desta profissão – o Projeto Ético-Político – e, para que isto seja feito, há a necessidade de conhecer o passado para a afirmação do presente e construção do futuro.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

*Este é o nosso ofício,
este é o nosso vício.
Cego enlouquecido,
visão por trevas tomada
insiste em apontar estrelas
mesmo em noites nubladas.*

*Ainda que seja por nada
insisto em apontá-las
mesmo sem vê-las
com a certeza que mesmo nas trevas
escondem-se estrelas.*

Mauro Iasi

Ao fim da monografia, há que se retornar às questões norteadoras propostas no Projeto do Trabalho de Conclusão de Curso: o que é o conservadorismo? Qual foi o posicionamento ético-político do Serviço Social a partir de sua gênese e institucionalização? Quais os aspectos que foram fundamentais para o rompimento do Serviço Social com a lógica estabelecida desde sua gênese? E, finalmente, em que medidas o conservadorismo ainda se faz presente no discurso de assistentes sociais no Brasil, mesmo após 26 anos da aprovação do Código de Ética de 1993?

No decorrer da aventura que foi a realização deste trabalho que, motivado pela inquietação advinda da ascensão do pensamento conservador no Brasil contemporâneo e do rebatimento da potencialização de discursos de ódio impulsionados por uma *onda neoconservadora* – neoconservadorismo este que não foi, em momento algum, objeto da monografia – no âmbito do Serviço Social, pode-se dizer que o produto da inquietação e do planejamento consiste em achados.

Os achados não são e nem tiveram o intuito de ser conclusivos. É a primeira aproximação de uma complexa e densa temática que perpassa diferentes esferas da sociedade e da profissão. Na verdade, o eixo principal da análise, o conservadorismo, não é senão transversal à formação acadêmica e à socialização do ser social. Aproximar-se da temática foi importante para que houvesse a consciência do quão distante o Serviço Social está da homogeneidade e de reconhecer qual o real significado social do exercício profissional e qual a real dimensão política dos sujeitos que compõem e constroem esta profissão. Aproximar-se

da temática do pensamento conservador significou que muitas das tantas certezas, na verdade, são indagações.

As certezas transformaram-se em indagações a partir do momento em que se defrontou com a primeira questão norteadora: o que é o conservadorismo? Ora, conservadorismo é aquilo que eu não quero ser e o conservador é aquele que não sou. E pronto. Mas será que, com a temporária licença de pessoalizar a monografia, passando-a para a primeira pessoa, eu não sou uma pessoa conservadora? O que é, afinal, o conservadorismo? Os achados permitiram compreender que o conservadorismo tem sim delimitação geográfica, passou por metamorfoses e varia de acordo com as condições sócio-históricas de determinado espaço. Permitiram, também, compreender que o pensamento conservador não é espontâneo e que o conservadorismo não é um elemento de recusa arbitrária de todos/as os/as assistentes sociais..

Aprender as variações do pensamento conservador no decorrer do tempo foi de suma importância para que haja a compreensão das razões pelas quais o Serviço Social passou a admitir o capitalismo, o desenvolvimentismo, por quais motivos laicizou-se e com qual intuito se coloca em posição oposta ao conservadorismo. Retornar aos fundamentos da profissão com a concepção minimamente aprofundada do que é o conservadorismo serviu para que o Serviço Social fosse menos abstrato. Ao longo da graduação, principalmente no período de estágio, havia grande preocupação quanto ao esclarecimento do que é privativo do Serviço Social nos espaços de gestão e a resposta nunca era conclusiva. Não havia compreensão das razões pelas quais o Serviço Social era chamado a inserir-se em espaços de planejamento, avaliação, monitoramento e gestão de políticas públicas sociais.

Recorrer à gênese e a institucionalização da profissão e posterior processo de ruptura serviu para que as questões que tanto provocavam inquietações fossem minimamente respondidas: pelo significado sócio-histórico da profissão. Pela auto-imagem construída. Pela recusa do arbítrio e do autoritarismo. Pelo compromisso com o aprofundamento da democracia. Pela defesa intransigente dos direitos humanos. Pela busca pela ampliação e consolidação da cidadania e dos direitos sociais. Pelo posicionamento favorável à equidade e justiça social, garantindo acesso aos bens e serviços oriundos dos programas e políticas sociais e fomento à gestão democrática. Estes princípios, contidos no Código de Ética de 1993, agora adquiriram significado e preencheram-se de historicidade e significação política.

Os achados contidos na monografia mostram um Conselho Federal – CFESS comprometido com o seu Código. No entanto, no encontro a um instrumento cotidiano – a

internet – os achados não foram tão positivos no sentido de defesa dos princípios implícitos e explícitos no Projeto Ético-Político profissional. Foi na cotidianidade que foram encontrados os *desvalores* do Código de Ética, entre outros: o espontaneísmo, a repetição acrítica, o autoritarismo, a relativização das desigualdades, a recusa da equidade.

Na vida cotidiana o indivíduo socializa, incorpora hábitos, valores e costumes. Suas concepções ético-morais passam longe da neutralidade, a que se pretendia o próprio Serviço Social. Observou-se a reprodução espontânea do que a sociedade contemporânea tem produzido: a liquidação dos direitos sociais, a privatização do Estado pela aprovação de flexibilizações de direitos que penalizam a classe trabalhadora, a recusa da democracia, a marginalização dos movimentos sociais, o preconceito, a moralização de classe.

No cotidiano, profissionais cuja socialização não inicia nem se esgota na formação em Serviço Social reproduzem espontaneamente certos costumes e valores legitimados pelo projeto hegemônico e internalizados por meio de uma formação moral anterior. A herança conservadora da profissão e a influência de ideias dominantes amplamente difundidas na cotidianidade passa a constituir os sujeitos profissionais, que podem tornar-se indivíduos preconceituosos, moralistas, despolitizados, com uma leitura simplista da realidade social, muito funcional à perpetuação do pensamento conservador no Serviço Social.

Fica claro, ao final desse trabalho, que o Projeto Ético-Político ainda é atual e que sua defesa ainda é essencial. Que suas defesas ainda não são universais. Que profissionais ainda não têm o entendimento dos elementos nos quais se colocam em direção oposta. Que o capital possui artifícios suficientes para que o conservadorismo permaneça no cotidiano da classe trabalhadora, impedindo, inclusive, sua emancipação. No entanto, o intuito deste trabalho não é dar um caráter fatalista ou, no mínimo, pessimista em relação ao futuro da profissão, pelo contrário: o intuito é fortalecer o debate e usar a presente monografia para que as ideias fomentadas germinem e se tornem outros estudos, outros debates, e que o Serviço Social permaneça à serviço da classe trabalhadora da qual faz parte. Afinal, mesmo que com o título sugerido, o passado ainda ecoa, mas é necessário ouvir através deles, afinal, este é o nosso ofício e este é o nosso vício: apontar estrelas, mesmo sem vê-las, mas com a certeza que mesmo em tempos de trevas, elas existem.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, M. B. C. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 127. P. 456-475, set./dez. 2016

ARON, R. **As etapas do pensamento sociológico**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BARROCO, M. L. S. **Ética e serviço social: fundamentos ontológicos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BARROCO, M. L. S. Não passarão! Ofensiva neoconservadora e Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 623-636, out./dez. 2015. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/sssoc/n124/0101-6628-sssoc-124-0623.pdf> > Acesso em 18 jun 2019

BENTO, A. P. **Os rebatimentos do neoconservadorismo no exercício profissional do assistente social**. Universidade Federal Fluminense – UFF. 2014. Disponível em: < <https://app.uff.br/riuff/bitstream/1/8409/1/Dissertação%20Adriana%20Pereira%20Bento%20com%20ficha%20catalográfica.pdf> > Acesso em 07 jul 2019

BOSCHETTI, I. Expressões do conservadorismo na formação profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 637-651, 2015.

BRUM, A. J. **O desenvolvimento econômico brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BRUYNE, P. **Dinâmica de Pesquisa em Ciências Sociais**, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

CARDOSO, P. F. G. Ética e formação profissional em Serviço Social: do conservadorismo à emancipação. **Revista Katál.**, Florianópolis, v. 20, n. 3, p. 325-334, set./dez. 2017.

CASSIMIRO, P. H. P. As Origens Ambivalentes do Conservadorismo: O lugar de Edmund Burke na História do Pensamento Político. **Cadernos de Pesquisa Política**, Rio de Janeiro, n. 11, p.56-87, 2015.

COLLINS, R. **Quatro tradições sociológicas**. Petrópolis: Vozes, 2009.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente social**. 1993. Disponível em: < http://cfess.org.br/arquivos/CEP_CFESS-SITE.pdf > Acesso em 20 jul 2019

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. **Código de Ética do/a assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2012.

COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. São Paulo: Moderna, 2010.

DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. D. O.; YAZBEK, M. A. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 7-12, 2019.

DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. 13.ed. São Paulo: Nacional, 1987. Disponível em: < http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/sugestao_leitura/sociologia/regras_metodo_sociologico.pdf > Acesso em 18 jun 2019

DURKHEIM, E. Émile Durkheim In: **Pensadores**, São Paulo: Abril, 1973,

GAHYVA, H. Notas sobre o Conservadorismo: elementos para a definição de um conceito. **Política e Sociedade**, Florianópolis, n. 35, p. 299-320, 2017.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GUEDES, O. S. Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947 e 1965. **Textos e Contextos**, Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 28-42, 2016.

GUEDES, O. S. Expressões do conservadorismo nos códigos de ética dos assistentes sociais de 1947 e 1965. **Textos e Contextos**. Porto Alegre, v. 15, n. 1, p. 28-42, jan/jul 2016.

HEREDIA, V. B. A sociologia como leitura de realidade. **Revista Conjectura – Filosofia e Educação**, Caxias do Sul, vol.13, n. 1, p. 1-11, jan./jun. 2008.

IAMAMOTO, M. V. 80 anos do Serviço Social no Brasil: a certeza na frente, a história na mão. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 128, p. 13-38, 2017.

IAMAMOTO, M. V. **Renovação e conservadorismo no serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

IAMAMOTO, M. V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1982.

KELLER, S. B. A. **A ascensão do conservadorismo e o esgotamento do projeto neodesenvolvimentista: implicações profissionais ao Serviço Social**. Pontifícia Universidade Católica – PUCRS. 2019. Disponível em: < <http://tede2.pucrs.br/tede2/bitstream/tede/8619/2/Tese%20-%20Su%C3%A9llen%20Bezerra%20Alves%20Keller.pdf> > Acesso em: 04 jul 2019

LESSA, S.; TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx**. 2a edição Editora Expressão Popular São Paulo – 2011. Disponível em: < <http://sergiolessa.com.br/uploads/7/1/3/3/71338853/introdufilomarx.pdf> > Acesso em 17 jul 2019

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999. Disponível em: < https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4205994/mod_resource/content/0/Marx_Engels-Manifesto%20do%20Partido%20Comunista_trad%20S.Tellaroli.pdf > Acesso em 16 jun 2019

NETTO, J. P. A Construção do Projeto Ético-Político do Serviço Social. **Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**: 1-22, 1999.

NETTO, J. P. **Ditadura e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1991.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 1992.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 111, p. 413-429, 2012.

NETTO, J. P. **Notas para a discussão da sistematização e prática em Serviço Social.** Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social – ABEPSS. 1988. Disponível em: < <http://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/03-caderno-abess-n3-parte-segunda-metodologia-uma-questao-em-questao-201702011204598599010.pdf> > Acesso em 29 jun 2019

NETTO, J. P. **O que é marxismo.** São Paulo: Brasiliense, 2006.

NETTO, L. E. **O conservadorismo clássico: elementos de caracterização e crítica.** São Paulo: Cortez, 2011.

PANEGHINI, L. R. Lutas feministas nos documentos do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS): uma breve análise. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 132, p. 252-267, 2018.

SARDICA, J. M. **O legado histórico de Leão XIII e da encíclica Rerum Novarum.** Universidade Católica de Portugal. 2004. Disponível em: < <https://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/19679/1/V03402-003-055.pdf> > Acesso em 14 jun 2019

SILVA, M. O. S. **O Serviço Social e o popular: resgate teórico-metodológico do Projeto Profissional de Ruptura.** São Paulo: Cortez, 2013.

SILVA, N. C. O. **Entre conservadorismos e rupturas: Análise das concepções de profissão orientadoras do trabalho dos/das assistentes sociais em empresas expressas na formação acadêmico-profissional de Serviço Social em Juiz de Fora de 1961 a 2016.** Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, 2018. Disponível em: < <http://www.ufjf.br/ppgservicosocial/files/2019/04/SILVA-N.C.O.-Entre-conservadorismos-e-rupturas.pdf> > Acesso em 20 jul 2019

SILVA, R. A. **O conceito de práxis em Marx.** Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN. 2017. Disponível em: < https://repositorio.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/24571/1/RenathoAndriollaDaSilva_DISERT.pdf > Acesso em 02 jul 2019

SKIDMORE, W. **Pensamento Teórico ou Social.** Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

SOUZA, J. M. A. Edmund Burke e a gênese conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 126, p. 360-377, 2016.

SOUZA, J. M. A. O conservadorismo moderno: esboço para uma aproximação. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 122, p. 1-22, 2015.

SOUZA, J. M. A. Três notas sobre o sincretismo no Serviço Social. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 119, p. 531-559, 2014.

TEIXEIRA, Joaquina Barata. BRAZ, Marcelo. O projeto ético-político do Serviço Social. Serviço Social: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília, CEFESS/ABEPSS, 2009.

TRIGUEIRO, G. R. L. Conservadorismo: perspectivas conceituais. **Revista Estudos Políticos**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, 2015.

VARES, S. F. A sociologia durkheimiana e a tradição conservadora: elementos para uma revisão crítica. **Revista Brasileira de Ciência Política**, no 20. Brasília, maio - agosto de 2016, pp 79-120. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbcpol/n20/2178-4884-rbcpol-20-00079.pdf> > Acesso em 23 jun 2019

YAZBEK, M. C.; DEGENSZAJN, R. R.; PAZ, R. D. O. Desafios para o Serviço Social em tempo de avanços do conservadorismo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 134, p. 7-12, jan./abr. 2019.

ZACARIAS, I. R.; PRATES, J. C.; CLOSS, T. T. **Fundamentos do serviço social a partir de uma perspectiva dialético-marxiana**. Direito e Marxismo Vol 1 - materialismo histórico e educação, 2014, Brasil.

ZANINI, D. Etnografia em mídias sociais. **Monitoramento e Pesquisa em mídias sociais: metodologias, aplicações e inovações**, São Paulo, p. 163 – 186. 2016. Disponível em: < <http://uvalimao.com.br/wp-content/uploads/2016/11/Monitoramento-e-pesquisa-em-midias-sociais.pdf> > Acesso em 12 jul 2019

